

.7(813.5)

ARNON DE MELLO
Governador do Estado

MENSAGEM

À

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

Apresentada por ocasião da abertura
da Sessão Legislativa de 1951.



MACEIÓ - ALAGOAS
— 1 9 5 1 —

Senhores membros do Poder Legislativo

Cumpre-me, antes de tudo, manifestar-vos a alegria com que vejo iniciarem-se os trabalhos da nova legislatura. Como Chefe do Poder Executivo, tenho na devida conta o papel que desempenhais dentro do quadro político-administrativo do Estado e do próprio regime democrático. Ao assumir o Governo, a 31 de janeiro último, eu vos disse do meu aprêço pela vossa cooperação. Eleitos vós e eu pelo povo, em pleito presidido pela Justiça Eleitoral e garantido pelo Exército Nacional — asseguradas, assim, a legitimidade e a pureza dos nossos mandatos — temos para com o povo os mesmos compromissos, e, conscientes da nossa responsabilidade, cabe-nos conjugar os nossos esforços para que dêles resultem os melhores benefícios para o povo.

A CAMPANHA ELEITORAL

Ainda está bem viva na lembrança de todos a última campanha eleitoral. Surpreendido com a indicação do meu nome como candidato ao Governo do Estado, ao agradecer a distin-

ção, que tanto me sensibilizava, eu declarei em discurso que mereceu a aprovação de todos os companheiros de jornada:

“Honra excepcional para mim foi poder exprimir nesta hora conturbada os anseios do povo alagoano. Ao receber o convite para assumir tão grande responsabilidade, sinceramente ponderei que dentro do meu Partido, como fora dêle, existem expoentes da nossa vida pública com melhores títulos e maiores serviços que os recomendam ao aprêço e à confiança dos nossos líderes políticos. E só aqui esci em aceitar a distinção quando me foi dito que a escolha se baseava na receptividade que eleitoralmente meu nome encontrara. Curvei-me, assim, à vontade do povo, que os Partidos Coligados cuidadosamente auscultaram, e deram com isso uma viva demonstração de espírito democrático.

Reafirmaram êles, ademais, com tão nobre atitude, que a pacificação de Alagoas é, de fato, o seu objetivo fundamental. Meu temperamento de homem para quem as paixões pessoais nunca fazem esquecer os interêsses públicos e que, nem por não se esquivar ao combate, procura sempre manter a serenidade, deu-lhes a certeza de que, fiel aos princípios que nos congregaram e determinado a tudo fazer pela vitória da causa pela qual nos vimos batendo, serei, se eleito, o Governador de todos os alagoanos. Não nos animam ódios nem vinganças. Nada há a temer da nossa vitória, que não será contra ninguém: será a vitória do povo alagoano. Não visamos a perseguir nem castigar, mas construir e estimular todas as energias em benefício do engrandecimento da terra comum. O nosso principal problema é, no momento, o da tranquilidade. Falta-nos, na verdade, um ambiente pacífico

para podermos melhor trabalhar e produzir. O homem do interior como o da cidade anseia por êle. E' justo e indispensável que o atendamos, e tanto mais quanto as dificuldades que nos afligem, a situação de quase penúria em que nos debatemos, assim o impõem."

"Perdõem-me que lhes pinte com tais côres, nesta hora de alegria cívica, a situação de Alagôas, mas não é outra a realidade. E ela comprova a nossa imensa responsabilidade no sentido de melhorá-la, de promover o progresso da nossa terra. Não vamos perder tempo em fixar a quem se deve tal estado de coisas. Não nos atenhamos ao passado, na apuração de culpas. Olhemos para traz apenas com o fim de auferir dos dias que foram a fôrça que nos dá a consciência do dever dignamente e quase sempre heroicamente cumprido; apenas com o fim de tirar dêles a sabedoria que dimana da experiência e nos ilumina para a ação. Dirijamos as nossas vistas para o futuro, concentremos todas as nossas energias em realizar um trabalho construtivo de soerguimento e recuperação da terra e do homem alagoanos. Cuidemos de instalar hospitais, maternidades e postos de saúde em todas as cidades e distritos. Empenhemo-nos em dar mais escolas às crianças, fornecendo-lhes gratuitamente material escolar e merenda. Tratemos de melhorar o nível de vida da gente pobre. Trabalhemos intensamente junto aos Poderes Públicos da União para que Alagôas dêles receba os maiores benefícios. Promovamos e incentivemos a assistência social, amparando as instituições de beneficência, que tão importante papel desempenham na vida do Estado. Esforcemo-nos para abrir estradas e pavimentá-las, fazendo obra

definitiva, de modo a que possam ser utilizadas no período das chuvas. Desobstruamos os nossos rios e lagôas. Construamos mais açudes pelo sertão. Não esqueçamos os trabalhadores das cidades e dos campos, cujos salários precisam ser reajustados, mesmo para maior segurança da harmonia social. Façamos uma política de fomento econômico, procurando desenvolver a produção através do crédito barato aos grandes como aos pequenos agricultores e comerciantes, criando um órgão apropriado para esse fim, como um Banco da Produção. Enfrentemos, seriamente, os problemas do povo, com a preocupação de resolvê-los, e demonstrando que precisamos do voto do povo para dar ao povo o que o povo precisa.”

Líderes dos Partidos Coligados e eu repetimos pelo interior do Estado essas palavras, que pronunciei a 30 de agosto de 1950, em momento de grande agitação política, quando se prenunciavam trágicos acontecimentos. Depois de percorrer, dia e noite, em verdadeira peregrinação, quase todos os municípios, de cidade em cidade, de vila em vila, de povoado em povoado, quase de casa em casa, aguardei serenamente o resultado das urnas, confiante na vitória porque certo de que interpretávamos a vontade do povo, e ninguém vence o povo.

FATO HISTÓRICO

O triunfo de três de outubro é um fato histórico na vida política alagoana e mesmo nacional. Provou antes de tudo que temos suficiente maturidade política para o exercício da vida democrática, tanto o nosso povo manifestou determinadamente, em hora tempestuosa,

sua vontade soberana. Depois de uma das campanhas mais violentas que já se desfechou contra um candidato ao Governo do Estado, sem que houvesse para defendê-lo jornal nem rádio, em ambiente de cruel opressão e de tenebrosas ameaças, verificou-se que êsse candidato mereceu o apoio do povo, que lhe deu dezoito mil votos a mais que a soma das legendas obtidas pelo conjunto das chapas de deputados estaduais de todos os Partidos componentes da coligação que o apoiou.

Isso revela que o candidato recebeu votação do próprio eleitorado dos Partidos adversários ou que não fizeram parte da coligação, os quais manifestaram assim, de maneira clara e positiva, a sua profunda divergência com o Governo de então. Fato altamente expressivo da situação que a êsse respeito aqui se criou foi o verificado a 31 de janeiro último, por ocasião da chegada a Maceió e da posse do candidato eleito, que o povo recebeu com entusiasmo nunca presenciado e sem que se ouvisse uma única palavra contra o antigo Governador, já então de todo esquecido, embora sòmente à véspera houvesse abandonado o Poder.

Isso aumenta excepcionalmente a responsabilidade do Governador de hoje que, se antes de 3 de outubro se considerava o candidato do povo, agora, depois do resultado das urnas, se apresenta realmente como o Governador do povo, o Governador de todos os alagoanos.

O POVO VOTOU PELA PAZ

Grave é a responsabilidade que nos impõe a confiança popular. E, porque bem considero essa grave responsabilidade, cheguei ao Govêr-

no, depois de tão desabridamente atacado, com o coração limpo de ressentimentos ou de ódios, determinado a assegurar a liberdade e a paz, passo inicial para a recuperação e o soerguimento do homem e da terra de Alagoas. Já afirmei, ao empossar-me, a minha convicção de que o povo votou a 3 de outubro pela segurança e pela paz. Entre o medo e o desassossêgo em que se debatia, preferiu êle a esperança e a tranquilidade que lhe anunciávamos. Cabe-nos, assim, não decepcioná-lo, a êsse grande povo alagoano, que surpreendeu e emocionou a Nação com a sua atitude de independência, garantindo-lhe antes de tudo um ambiente de calma e de ordem para trabalhar e produzir. Mesmo porque não é possível a nenhum homem público, no Govêrno ou fora dêle, prescindir do apôio do povo, e êste só se mantém pela fidelidade às suas aspirações. Sair desta linha de conduta política — que no nosso caso quer dizer tolerância, compreensão, espírito de conciliação — é isolar-se, viver em vácuo, distanciar-se do povo.

Quanto a mim, tive empenho em demonstrar desde logo que as palavras pronunciadas no decorrer da campanha eleitoral não foram simples palavras vãs para conquistar votos mas exprimiam um vivo sentimento, uma segura consciência de homem público, cuja maior ambição é servir ao povo. Como frizei no meu discurso de posse, governar, para mim, não é impôr mas congregar, agremiar, coordenar, atrair e canalizar energias para o benefício da coletividade. Não aspiro a ser temido mas compreendido. Compreendido nas minhas ações e compreendido sobretudo nas minhas limitações. A situação em que recebi o Estado é das mais difíceis, e de todos bem conhecida. Não posso ser considerado

capaz de fazer milagres. Não há governos onipotentes. Conheço a generosa expectativa que se formou em torno das minhas possibilidades, mas estas dependem menos de mim do que da boa vontade e do espírito de cooperação dos líderes políticos e do povo alagoano. A responsabilidade pelo êxito do meu Governo é tanto minha como dos que me lançaram a candidatura e dos que me apoiam. ~~Espero~~ ^{De todos} espero que me ajudem a resolver os problemas e contribuam para que não se criem situações que lhes dificultem a solução ou dêem distraiam preciosas atenções e energias. Alagoas já esperou demais.

Renovo aqui o caloroso apêlo que fiz no dia 31 de janeiro a todos os alagoanos, ricos ou pobres, correligionários ou adversários, para juntarem os seus esforços aos meus esforços para bem do povo e da terra comum. Não concebo a minha presença no Governo a não ser pelo empenho de realizar alguma coisa de útil para Alagoas. Nada se pode fazer do dia para a noite, mas os dois meses passados já afirmam a sinceridade dos meus intentos.

ELEIÇÕES SUPLEMENTARES

O primeiro "test" que se apresentou ao novo Governo foram as eleições suplementares. Dezoito dias depois da minha posse, tive de presidir a um pleito da maior importância, travado em seis municípios, e nos quais se decidia a sorte de candidatos a vereadores, a deputados estaduais e a prefeitos. Considerei ponto de honra para o Governo assegurar a mais ampla liberdade de voto. Divulguei pela imprensa os meus propósitos, acentuando que mais valia perder com honra do que vencer sem ela. Coloquei sol-

dados à disposição dos juizes eleitorais e mandei para cada secção um observador meu a fim de assistir ao pleito. Os candidatos a Prefeito, adversários dos Partidos que lançaram a minha candidatura, venceram em todos os municípios, o que é uma clara demonstração da lisura com que correram as eleições. Recebí, aliás, de correligionários e adversários, findo o prélio, telegramas de reconhecimento e aplausos à minha atitude.

Ainda a 15 dêste mês, nas eleições realizadas em Piassabussú para preenchimento da vaga de Prefeito, verificada em virtude da morte do sr. Ranulfo Araujo, vitorioso nas eleições de 3 de outubro, reafirmou o Govêrno a sua fidelidade aos compromissos assumidos para com o povo, mantendo-se na determinação de assegurar a plena liberdade de voto. Para lá enviou, como seu observador, o dr. Marcial Coelho, Procurador da Fazenda. Pleito disputadíssimo, decorreu, todavia, na mais completa calma, tendo o candidato vencido reconhecido a vitória do eleito, tanto que não apresentou nenhum recurso à Justiça Eleitoral.

A ATITUDE DOS LÍDERES POLÍTICOS

A linha de pacificação do Govêrno vem felizmente sendo compreendida tanto pelo povo como pelos líderes políticos. Da quase unanimidade dos Prefeitos, eleitos sob a legenda de Partidos que não apoiaram a minha candidatura, chegaram-me, logo ao empossar-me, telegramas de irrestrita solidariedade política e administrativa. Os deputados que integraram a chapa do PST, reunidos pela primeira vez depois das eleições, manifestaram em ata sua decisão de cooperar com o Govêrno. Deputados do PSP e do

PSB já me declararam seus propósitos de me ajudar a cumprir a tarefa que me cometeu o povo. Não preciso referir a atitude do PSD e da UDN, que, em convenções partidárias, votaram unanimemente moções de solidariedade ao meu Governo.

São, assim, todas as forças políticas que, conhecendo as minhas dificuldades, compreendendo a minha preocupação de governar dentro de um clima de tranquilidade e de cooperação e confiando na minha sinceridade, se dispõem a resolver comigo os problemas do povo.

A COMPOSIÇÃO DA MESA DA ASSEMBLÉIA

Agora mesmo, na própria composição da Mesa da Assembléia, verificou-se episódio definidor de que uma profunda mudança se deu em Alagoas, de que o resultado do pleito de 3 de outubro não tem significado puramente eleitoral mas excepcional alcance político para o presente e o futuro. Nêstes últimos anos, a escolha dos dirigentes do Poder Legislativo sempre deu margem a graves dissensões que dominavam a Assembléia e se estendiam ao Poder Executivo, estabelecendo-se um ambiente de discórdia e agitação que feria gravemente o interêsse público. Basta acentuar que o Orçamento em execução êste ano ainda é o mesmo elaborado em 1948, porque de lá para cá não foi possível entendimento entre os dois Poderes e dentro da própria Assembléia.

No entanto, agora — vale acentuar o fato para destacar o espírito público e o amor a Alagoas dos dignos membros do Poder Legislativo — ao se reunirem êstes pela primeira vez, domina-os inteiramente o espírito de concilia-

ção. E vemos, creio que fato inédito na história política de Alagoas, compôr-se a Mêsca da Assembléia de representantes de todos os Partidos que ali têm assento — o PST, a UDN, o PSD, o PSP e o PSB. Constituiu-se, assim, naturalmente, sem formalidades, sem que houvesse esforço individual de ninguém mas por inspiração do próprio povo — a cujos anseios não podem os deputados ficar indiferentes — constituiu-se, assim, uma nova coligação partidária para fins políticos, que veio enriquecer a que se formara antes para fins eleitorais. Vitorioso o candidato lançado por uma coligação que não obteve maioria parlamentar, tem êle agora a certeza de que pode governar, porque não lhe faltará o indispensável apóio legislativo.

A vitória foi evidentemente do espírito de pacificação, de concórdia, de composição, de conciliação, com o objetivo de assegurar ambiente propício ao bem estar do povo, ao trabalho e ao progresso de Alagoas.

A Assembléia Legislativa confirmou a vontade do povo, já manifestada nas urnas. Demonstrou que os eleitos de 3 de outubro se empenham em servi-lo e interpretar-lhe as aspirações, determinados a empregar seu tempo e suas energias não em lutas estéreis mas no esforço construtivo para resolver os problemas do povo. Abre-se, indubitavelmente, uma nova e grandiosa fase na vida de Alagoas. A data de 3 de outubro não é maior do que a de 17 de abril.

Ficai certos, senhores membros do Poder Legislativo, de que não são outros os propósitos do Poder Executivo por mim representado, e de que farei, com o amparo das vossas luzes, o que em mim estiver para não desmerecer a

grandeza da hora que vivemos, nós, alagoanos, — hora de renovação e de soerguimento.

Fiel aos propósitos de cooperação e de concórdia que manifestais com tão alto espírito público, é meu desejo manter íntimo contato com o Poder Legislativo para, através do entendimento com os representantes de todas as correntes políticas que integram a Assembléia, encaminhar o estudo das medidas de natureza legislativa de que o meu govêrno venha a precisar.

Terei sobretudo a preocupação de manter a harmonia dos Poderes, tanto considero que sem ela não é possível governar, e muito menos ser útil ao povo.

Se me sentí tão grandemente honrado com a escolha da minha candidatura e a vitória nas urnas, não menos honrado e até profundamente emocionado me sinto hoje, ao ver, menos de três meses passados da minha investidura no Govêrno, congregados no mesmo esforço construtivo, depois de uma luta tão árdua, todas as nossas forças partidárias, consolidando-se, assim, a pacificação política do Estado, que tanto preguei e pela qual tão intensa e ardorosamente me batí.

E me sinto sobremaneira feliz por poder repetir como Governador tudo o que disse ainda como candidato, logo depois de eleito e no ato da minha posse, afirmando uma linha de coerência política, de fidelidade às idéias e propósitos anunciados durante a campanha eleitoral e de respeito aos compromissos assumidos para com o povo, graças à qual espero contar sempre com a vossa imprescindível cooperação e a vossa generosa confiança, como autênticos representantes que sois do povo alagoano.

VIAGEM AO RIO

Pouco mais de um mês depois de haver assumido o Governo, decidí ir ao Rio de Janeiro a fim de entender-me com o Governo Federal sôbre os problemas de Alagoas, para cuja solução é indispensável o seu apôio. Lá estive com o Senhor Presidente da República, com quase todos os Ministros e mesmo com chefes de Departamentos, com os quais tratei de assuntos de interêsse do Estado. Os resultados dessa minha viagem estão indicados no decorrer desta Mensagem.

Ao Presidente da República fiz um amplo relato da nossa situação econômico-financeira, dos nossos problemas de saúde e de educação, das nossas necessidades. E lhe falei demoradamente da sêca que ainda nos atinge. Dêle recebí a segurança de que me daria toda a cooperação não sômente para amenizar no momento os terríveis efeitos da longa estiagem mas também para evitar de futuro esta calamidade e para resolver os demais problemas com que nos defrontamos.

Tomou de pronto o Presidente da República, a meu pedido, várias providências em favor dos sertanejos alagoanos. A primeira delas foi a remessa por via aérea de cereais e de sementes para os flagelados. Aquí aterrissaram, procedentes de São Paulo, cinco aviões, três dos quais carregados de feijão e arroz e os dois outros com sementes de feijão, milho e algodão. O navio "Cuiabá", do Lloyd Brasileiro, que chegou ontem a Maceió, trouxe cinco mil sacos de feijão, cinco mil sacos de arroz e dez mil quilos de xarque para os flagelados alagoanos.

AÇUDES E ESTRADAS

Pleiteei também do Senhor Presidente da República, e sôbre o assunto falei ao Sr. Ministro da Viação e ao Diretor do Departamento Nacional de Obras Contra as

Sêcas, a construção imediata, depois dos necessários estudos complementares, de quatro açudes, sendo um em Sertão de Baixo, no município de Batalha, com capacidade provável de 2 a 3 milhões de metros cúbicos; um em Major Izidoro; um em Riacho do Mel, no município de Palmeira dos Índios, com volume provável de 3 a 4 milhões de metros cúbicos; e um em Ponto Chique, no município de Água Branca. Os açudes são em geral construídos em cooperação com o Governo do Estado mas, dada a situação financeira em que nos encontramos, ficou acertado que todas as despesas corressem por conta do Governo Federal, incluídos os açudes no plano de emergência de socorro aos flagelados.

A êsse propósito, acabo de receber telegrama do dr. Vinicius Berredo, diretor geral do Departamento Nacional de Obras Contra as Sêcas, informando-me de que não é possível construir o açude de Riacho do Mel em virtude da má qualidade das suas águas.

Além disso, encarecí do Senhor Presidente da República a necessidade e urgência de serem concluídas as estradas Palmeira dos Índios-Atalaia, Santana do Ipanema-Pão de Açúcar e Água Branca-Mata Grande, tendo S. Excia. me informado, na última audiência que me concedeu antes do meu regresso a Maceió, que já se havia entendido a respeito com o Sr. Ministro da Viação.

MINISTÉRIO DA FAZENDA

Ao Senhor Ministro da Fazenda expuz igualmente a situação econômico-financeira de Alagoas, acentuando a necessidade de não serem cortadas as verbas orçamentárias, sobretudo as referentes à viação, vetadas no ano passado em favor do nosso Estado, e de serem pagas quanto antes as nossas subvenções e auxílios de 1950 e as quotas em atraso do imposto de renda devidas às Prefeituras.

EMPRÉSTIMO AO BANCO DO BRASIL

Entendí-me também com a alta direção do Banco do Brasil. Ao assumir o Governo do Estado, fui informado de que o Serviço de Águas e Esgotos de Maceió dava um prejuízo de cerca de Cr\$ 70.000,00 mensais. Ao indagar das causas de tal prejuízo, soube que êle decorria do fato de não haverem sido feitas ainda todas as derivações para o fornecimento de água às residências. Cada derivação custava cerca de Cr\$ 2.000,00, e os inquilinos e proprietários, na sua maioria, não podiam fazer face de imediato a tal despesa. Faltavam, por outro lado, hidrômetros com os quais se economizariam água e energia elétrica exigida pela elevação mecânica.

Não era possível manter tal situação, que, além do *deficit* que impunha ao Estado, impedia que a água chegasse a nada menos de 3.000 prédios. Como me cumpria, tratei, imediatamente, de resolvê-la, através de uma operação de crédito com o Banco do Brasil, o mesmo Banco que nos havia financiado a instalação do Serviço. Foi então requerido um empréstimo de cinco milhões de cruzeiros, oitenta por cento do qual destinados não somente a financiar as derivações — que os interessados pagarão em prestações módicas, a longo prazo — mas também à aquisição de hidrômetros para as novas derivações e as já existentes. Os restantes vinte por cento, ou sejam um milhão de cruzeiros, serão empregados para complementar os serviços construídos, com a conclusão de uma estação elevatória de esgotos e emissário da mesma e de um laboratório químico de análise de água. Feitas as derivações, instalados os hidrômetros, complementados os serviços construídos, teremos pronta a primeira etapa do Serviço de Águas e Esgotos de Maceió, contando a população com água suficiente e cada qual pagando o que consome.

Do Dr. Ricardo Jafet, presidente do Banco do Bra-

sil, recebi na semana passada um telegrama, comunicando-me que a Diretoria, em sua última reunião, concedera o empréstimo a Alagoas. Para contratá-lo o Governo do Estado vai solicitar dessa Assembléia a necessária autorização.

CRÉDITO A LAVOURA

No Banco do Brasil cuidei também do crédito à lavoura. Espero que os pequenos agricultores alagoanos tenham ainda em 1951 financiamento para trabalhar. Esse financiamento será feito através das cooperativas agrícolas, que devem ser reorganizadas para atender à sua finalidade precípua, que é o incentivo da produção.

AGÊNCIA DO BANCO DO BRASIL

Em resposta a pedido que lhe fiz no Rio, recebi telegrama do Presidente do Banco do Brasil, informando-me que a Diretoria do nosso maior estabelecimento de crédito decidira criar, para atender-me, uma agência em Santana do Ipanema, velha aspiração dos filhos desse próspero município sertanejo.

ASSISTÊNCIA SOCIAL E EDUCAÇÃO RURAL

E' meu pensamento realizar em Alagoas um programa mínimo de assistência social e educação rural, com o objetivo de elevar o nível de vida do povo alagoano. Nos entendimentos que mantive com o Ministro da Agricultura, o Ministro do Exterior e a Comissão Nacional de Assistência Técnica, manifestei-lhes o meu empenho em receber aqui técnicos que organizassem um plano na base dos recursos do Estado. Dêsse plano constará uma Escola de Serviço Social Feminino, destinada a preparar assistentes sociais para atuar nas cidades e nos campos.

Requerí também ao Ministério da Agricultura duas missões rurais, para agirem nas áreas mais característica e densamente agrárias, levando aos agricultores e suas famílias novas técnicas de trabalho e de vida.

BENEFÍCIOS DO PLANO FISI

Já os jornais anunciaram que, por intervenção minha, iremos contar com os benefícios distribuídos pelo Fundo Internacional de Socorro à Infância (FISI), que êste ano apenas favoreceu os Estados do Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte e Paraíba.

Como representante dêsse órgão das Nações Unidas e a fim de assinar com o Govêrno do Estado o "Plano FISI", aqui esteve em comêços dêste mês o Dr. Adalberto Pimentel Belo, Médico Puericultor do Departamento Nacional da Criança, com exercício na Delegacia da 3ª Região, sediada em Recife. A 17 do corrente foi assinado o aludido Plano, mercê do qual serão concedidos a Alagoas, no período de 1951-1952, os seguintes benefícios:

ALIMENTAÇÃO — 381.888 quilos de *leite em pó*, assim distribuídos: 187.488 quilos para 7.440 gestantes e nutrizes, a 70 gramas per capita; e 194.400 para 9.000 crianças, a 60 gramas per capita.

7.637 quilos (2% sôbre o total do leite em pó) de margarina.

EQUIPAMENTO

Para cinco maternidades, localizadas em Maceió, São Luiz do Quitunde, São Miguel dos Campos, Penedo e União dos Palmares.

Para dez Postos de Puericultura em Maceió, São Luiz do Quitunde, São Miguel dos Campos, Penedo, Pão de Açúcar, Santana do Ipanema e Viçosa.

Para um Hospital Infantil em Maceió e para o Departamento Estadual de Saúde.

ASSISTÊNCIA EM MEDICAMENTOS

5.000 frascos de penicilina de três milhões de unidades de ação retardada.

300.000 comprimidos de polivitamina.

500.000 comprimidos de sulfa.

200 quilos de ferro reduzido.

O Estado se comprometeu a realizar:

Para educação popular: quatro cursos populares de puericultura em municípios do interior providos de Postos de Puericultura.

Para treinamento de pessoal auxiliar dos Serviços de Proteção à Maternidade e Infância: dois cursos de Auxiliares de Maternidade, cada um com a duração de seis meses, consecutivos, em Maceió, havendo um professor, um assistente médico e uma enfermeira-assistente para cada curso; quatro cursos de auxiliares de Puericultura, sendo dois em Maceió e dois em Penedo, com a duração de três meses e realização consecutiva, isto é, um logo após outro, havendo um professor e um assistente para cada localidade.

USINA DE PASTEURIZAÇÃO

Completando o plano do FISI, está em estudo, no Departamento de Produção Animal do Ministério da Agricultura, a instalação de uma usina de pasteurização de leite em Maceió.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Junto ao Ministério da Educação pleiteei que nos fossem remetidas as quotas restantes para a construção e equipamento de escolas rurais e grupos escolares. Solicitei um curso agrícola para professoras que vão lecionar nas escolas rurais, a realizar-se aqui entre 15 de

junho e 31 de julho próximos, e a concessão êste ano de 10 bolsas para professoras primárias fazerem um curso de especialização no Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, no Rio. Com a continuação do programa de construção de escolas rurais do Govêrno Federal, deveremos ter êste ano mais 40 escolas rurais e seis grupos escolares.

Espero em 1952 contar também, no Internato Pedro II, do Rio de Janeiro, com 15 lugares gratuitos do curso ginasial para estudantes pobres de Alagoas, de acôrdo com o entendimento que tive com o seu diretor, professor Wandick Londres da Nóbrega.

CAMPOS DE AVIAÇÃO

Em minhas viagens pelo interior do Estado, desde ha alguns anos, tenho me servido quase sempre do avião em virtude da dificuldade das comunicações terrestres. Incentivei mesmo amigos meus de alguns municípios a construir campos de pouso. Agora, eleito Governador, empenho-me em desenvolver a aviação em Alagoas. No Rio solicitei do sr. Ministro da Aeronáutica a sua cooperação para um programa de construção de campos em todos os municípios do Estado. Assegurou-me êle essa cooperação, adiantando que o assunto é da competência da 2ª Zona Aérea, sediada em Recife, para onde viria o Brigadeiro Ivo Borges. Espero também, para concretização dêsse plano, a cooperação de particulares através da cessão de áreas de terreno necessárias à construção dos campos de pouso.

HOTEL PARA MACEIO'

Ninguém pode negar que precisamos aqui de um bom hotel, pois os existentes não satisfazem às exigências de uma cidade como Maceió. No Rio, conversei a respeito com um grupo paulista, que me prometeu examinar a possibilidade de, por sua conta, realizar o

empreendimento. Já aqui esteve, acompanhado de um diretor da Prudência Capitalização S.A., um engenheiro de São Paulo encarregado de escolher o terreno.

RESTAURANTE DO SAPS

Também visitei na Capital Federal o SAPS, Serviço de Alimentação e Previdência Social, a cuja diretoria solicitei que construísse um restaurante popular em Maceió. Aguardo a vinda de um técnico dêsse Serviço para a escolha do local apropriado àquele fim.

TELEFONE INTERNACIONAL

Ressente-se Alagoas da falta de um telefone que nos comunique com o resto do país. Tratei do assunto com a Companhia Rádio Internacional, que o estuda com a preocupação de atender-nos dentro do mais breve possível.

ESCALA DE AVIÕES EM PÃO DE AÇUCAR

Entrei também em entendimento com a Companhia de Aviação Aéro-Geral sôbre a necessidade que temos de seus aviões escalarem em Pão de Açucar, e espero seja dentro em pouco satisfeita essa solicitação da nossa zona sanfranciscana.

FABRICA DE CIMENTO EM S. MIGUEL DOS CAMPOS

Mantive contato com diversos homens de negócios, procurando interessá-los na instalação de uma fábrica de cimento em São Miguel dos Campos. Espero que novos estudos sejam feitos nas jazidas de calcáreo ali existentes, de modo a concretizar-se essa nossa aspiração.

FÁBRICA DE ADUBOS MISTOS

Técnicos do Ministério da Agricultura estudam no momento a possibilidade da construção de uma fábrica de azoto sintético na zona do São Francisco. Sôbre o assunto falei ao Ministro João Cleófas, manifestando-lhe o interêsse do meu Governo em que dita fábrica fosse instalada em nosso território. A sua localização, porém, depende dos estudos técnicos que estão sendo procedidos pelo Ministério.

Tratei também com um grupo financeiro chefiado pelo dr. Pamphilo de Carvalho, diretor geral da Aliança da Bahia Capitalização, sôbre a cultura da mamona em Alagoas e sôbre a construção aqui de uma fábrica de adubos mistos como a que acaba de ser instalada pelo mesmo grupo em Santos, São Paulo. Nêsses próximos meses, deverá vir a Alagoas um técnico para fazer a respeito os necessários estudos.

A SÊCA

Logo ao reassumir o Governo, que, à véspera da minha viagem ao Rio, havia transmitido ao Vice-Governador, professor Guedes de Miranda, visitei as zonas do sertão mais feridas pela calamidade da sêca para conhecer de perto a realidade decorrente da longa estiagem e tomar as providências que se fizessem necessárias. No município de Palmeira dos Índios ví Cacimbinhas ressequida, com o seu velho açude, do tempo de Gabino Besouro, nas últimas, quase em nada. Ví uma velha cacimba que há cem anos dava de beber à população do distrito e agora minguada, mostrando o fundo de terra negra. Ví em Ouro Branco, localidade de Santana do Ipanema — onde não chove há quinze meses e onde a sêca se apresenta mais terrível do que em 1932 — mulheres e homens em volta de um fio d'água existente a quatro metros de profundidade de uma pedreira, aguar-

dando horas e horas que se encha um simples pote. Ví campos talados, a palma amarelecida e desprezada e rejeitada pelo gado; o algodão, já crescido, agora sem folhas e transformado em gravêtos; as terras preparadas para o plantio e não utilizadas por falta de chuvas. Ví animais focinhando, em busca de água, a areia do rio de leito descoberto. Ví sertanejos anciosos por deixar a terra e, ao ouvir de mim que tivessem paciência, não abandonassem o seu sertão, responderam:

— Está bem, doutor. Deus há de mandar-nos a chuva. Vamos esperar.

Porque só em Deus, realmente, podem êles confiar, diante da fatalidade.

Ao regressar a Maceió, determinei ao Diretor do Departamento Estadual de Saúde Pública que mandasse um técnico visitar a zona da sêca e me fizesse quanto antes um relatório sôbre as condições de saúde das populações flageladas a fim de que eu mobilizasse todos os recursos para socorrê-los.

Felizmente foram tranquilizadoras as informações que a êsse respeito me chegaram.

Obtive do Presidente do Instituto do Açucar e do Alcool, dr. Sílvio Bastos Tavares, que cedesse ao Estado um carro tanque de álcool a fim de servir ao transporte de água para as populações sertanejas das proximidades da linha férrea. Ao mesmo tempo dirigi-me ao dr. Gercino de Pontes, diretor da Rêde Ferroviária do Nordeste, solicitando-lhe uma locomotiva para mover o carro tanque. Como o Presidente do IAA, o diretor da antiga "Great Western" atendeu prontamente ao meu pedido. No mesmo dia, porém, choveu abundantemente na mencionada zona, deixando, assim, de ser necessária a providência que eu deveria tomar.

Para as localidades mais atingidas pela sêca, enviei caminhões destinados a fornecer água às suas populações.

As notícias que agora chegam são mais animadoras. Já choveu em quase todo o sertão, e o Govêrno se.

empenha em distribuir sementes aos agricultores para o maior aproveitamento da terra molhada.

DISTRIBUIÇÃO DE VIVERES

Os primeiros víveres que nos foram remetidos pelo Govêrno Federal já tiveram o seu destino. Para Palmeira dos Índios, onde se encontrava o Secretário do Govêrno, sr. Manoel Casado de Mello, seguiram quatro caminhões carregando ao todo 276 sacos de feijão e arroz para abastecimento. A distribuição foi superintendida por representantes do Govêrno do Estado e feita por auxiliares da Comissão de Abastecimento. Localizados os postos em Palmeira dos Índios, Santana do Ipanema e Arapiraca, coube um quilo de feijão e quinhentas gramas de arroz para cada pessoa. Todos os que receberam o auxílio deram seu endereço e assinaram os seus nomes numa lista especial, e os analfabetos aí deixavam suas impressões digitais.

O grosso do auxílio em viveres, chegado pelo vapor Cuiabá, será distribuído por comissões constituídas de um representante do Govêrno do Estado e de elementos dos de mais destaque dos municípios.

BANCO DA LAVOURA

Ao assumir o Govêrno encontrei de portas fechadas a Cooperativa Banco da Lavoura, Comércio e Indústria de Alagoas Ltda. Procurou-me sua Diretoria que me apresentou um relatório em que demonstrava ter sido a crise que a atingira motivada pelo ato do meu antecessor, que exigira de pronto a retirada de elevado depósito do Estado. Sugeriu-me que tal depósito fosse transferido da conta de movimento para a de prazo fixo. Aquiescí aos desejos dos Diretores do Banco da Lavoura e fiz publicar uma nota, pela Secretaria da Fazenda, declarando que êles mereciam a confiança do Govêrno do Estado.

Ao reabrir-se no dia seguinte o estabelecimento de crédito, não houve um único cheque para desconto, o que comprova que o povo lhe mantém sua confiança.

VIAGEM AOS ESTADOS UNIDOS

Eleito Governador de Alagoas, em novembro do ano passado decidí ir ao Norte do Brasil e aos Estados Unidos. Depois de uma breve permanência no Ceará e no Pará, estive em Pôrto Rico, cuja produção de açúcar atingiu em 1948 a três quartos da do Brasil, e onde a irrigação desempenha papel importantíssimo. Nova York foi a escala seguinte.

Procurei observar e estudar a realidade americana com a preocupação de ser mais útil no Govêrno de Alagoas, empenhando-me em conhecer tudo o que nos interessasse. Dentro dêste plano, haveria necessariamente de visitar o TVA (Tennessee Valley Authority) — organização autarquica que controla a distribuição da energia elétrica do rio Tennessee — e o Sul dos Estados Unidos, que muito se assemelha ao nosso Nordeste. Tive grande emoção ao entrar na região meridional americana não sòmente por tais motivos mas ainda porque daí veio Lincoln, que enche a história política dos Estados Unidos como Walt Whitman lhe ilumina a paisagem intelectual, ambos com a mesma grandeza humana, homens-símbolos.

Visitei os Estados da Louisiana e do Tennessee, que produzem, como Alagoas, a cana de açúcar, o algodão, o fumo, o milho, o arroz. Visitei usinas de açúcar em Nova Orleans e Baton Rouge, e verifiquei que nós, em Alagoas, estamos a êsse respeito bastante adiantados, faltando-nos apenas mecanizar a colheita da cana através das modernas máquinas cortadeiras, que me pareceram uma perfeição.

O TVA

O TVA deu-me uma antevisão do que será em futuro próximo o vale do São Francisco e toda a região a ser servida pela energia hidroelétrica da Paulo Afonso. O vale do rio Tennessee era, como o do São Francisco, abandonado, dominado pelas inundações, pelas erosões, pela malária, inteiramente inaproveitado. Roosevelt tomou a peito realizar o empreendimento “a serviço do povo”, pois êle envolve — acentua sua mensagem de 1937 ao Congresso — “futuras vidas e o bem estar de milhões”. E fundou-se o TVA com o objetivo de conjuntamente desenvolver a agricultura e expandir a indústria, aumentar as fontes de energia do rio Tennessee e torná-lo o mais possível navegável em todas as épocas do ano; fazer experiências no sentido de produzir mais e melhores fertilizantes para serem vendidos a baixo custo aos fazendeiros; plantar árvores que ao mesmo tempo servissem para construções e defendessem as terras das erosões; suprir a defesa nacional e sobretudo assegurar a saúde e o bem estar do povo. Três anos depois, já em 1936, inaugurava-se o reservatório de Norris Dam, com a respectiva usina, que visitei demoradamente. Sob o contrôle do homem, a água deixou de ser um espantinho para as populações locais e passou a contribuir decisivamente para o progresso da região. Conversei com fazendeiros, prósperos e felizes, cujas terras, trabalhadas sob a orientação e assistência dos técnicos do TVA — o que lhes assegura a conservação e melhor utilização do solo — são oásis em meio àquelas para as quais não foi pedido o mesmo amparo.

O que se fez ali, por outro lado, do ponto de vista da saúde, é realmente notável. A malária, que incidia antes em 30% da população, não desapareceu apenas pelo DDT e o Aralen. Lançou-se mão dos meios mais diversos de combate à febre, desde a transferência das populações para mais de um quilometro de distância

das margens dos rios, onde não chegam os mosquitos, até o contrôlo das águas — êste, segundo os sanitaristas americanos, o meio mais eficiente de acabar com os anofelinos, destruindo-lhes os ovos.

VEIO A SER “ALGUMA COISA”

Numa área de 26 milhões de acres, o vale do Tennessee, que “não era nada”, veio a ser “alguma coisa”. Hoje tem uma população de 3.250.000 habitantes, e da energia elétrica do TVA se servem cerca de 5.200.000 pessoas. A navegação do rio, que era em 1933 de 33.000.000 toneladas-milhas, em 1949 foi de 470.000.000. Com as suas 28 usinas de força, o TVA beneficia todo o Estado de Tennessee e parte dos de Alabama, Mississippi, Georgia, Kentucky, Carolina do Norte e Virginia, fornecendo energia para 7.412 fazendas, das quais 1.442 espalhadas por 20 outros Estados e produtoras de milho, fumo, algodão e gado. Cobra 1.54 centavos por Kilowatt, enquanto o preço nos Estados Unidos é em geral de 2.97 centavos. Já em 1949 apresentou um lucro de 5% sôbre o capital empregado. E sobretudo deu ao povo saúde, conforto e confiança.

O PLANO DO SÃO FRANCISCO

Já se encontra no Congresso Nacional o plano de recuperação econômica do Vale do São Francisco, que abrange, “a regularização do regime fluvial, o melhoramento das condições de navegabilidade do rio, a eletrificação, a irrigação, a ampliação do tráfego fluvial e dos demais sistemas de transportes e comunicações, o saneamento e a urbanização regional, a educação e o ensino profissional, a saúde e assistência às populações, o fomento da produção, a defesa das reservas florestais, o reflorestamento, o incremento à imigração e à coloniza-

ção", e mais, naturalmente, a assistência técnica e o fornecimento de fertilizantes aos agricultores.

Estou possuído do maior entusiasmo quanto ao futuro do Nordeste. O Brasil, que começou aqui, assistirá em breve à revivescência da região, com o melhor efeito para a nossa unidade nacional, que não pode fortalecer-se sobre o empobrecimento progressivo de determinadas áreas e o enriquecimento exagerado de outras, que terminam prejudicadas porque perdem os mercados nacionais para seus produtos.

A propósito do São Francisco, vale recordar que o plano das suas obras foi considerado tão perfeito pelos americanos que ainda agora eles nos pedem permissão para adotá-lo no Perú. Honras à engenharia nacional.

INVERSÃO DE CAPITAIS

Conversei durante a minha viagem aos Estados Unidos com um sem número de homens de negócios, procurando interessá-los em investimentos aqui, em Alagoas. Mostrei-lhes o grande futuro que nos está reservado, depois de concluídas as obras do São Francisco. A energia barata da Paulo Afonso será suficiente para assegurar os melhores resultados à inversão de capitais. E o Nordeste terá logo elevado o seu nível de vida, aumentada a sua capacidade aquisitiva, abrindo-se com isso novas perspectivas de consumo local para os produtos da região. A maioria desses homens de negócios prometeu-me visitar Alagoas, a fim de verificar a possibilidade de aqui montar fábricas de cimento, tecidos, sapatos e de papel com o aproveitamento do bagaço da cana. A propósito do bagaço, aliás, chegou-se à conclusão em Pôrto Rico, segundo me informaram, que assim utilizado ele dá mais lucro do que o próprio açúcar. E ainda sobre açúcar: na Carolina do Norte vão adiantadas as experiências para se fazer asfalto com o melado.

Alagoas precisa preparar-se para consumir a energia hidroelétrica do São Francisco, através da qual está garantida a expansão da nossa indústria.

Senhores membros do Poder Legislativo

Pouco tenho a falar-vos da ação administrativa do atual Govêrno que, empossado há menos de três meses, ainda está tomando conhecimento da realidade que encontrou. Pelos dados que se seguem, extraídos em grande parte dos relatórios dos Secretários do Govêrno e Diretores de Departamentos, podeis considerar a situação do Estado e o que de momento é preciso fazer para melhorá-la.

I — ADMINISTRAÇÃO GERAL

FUNCIONALISMO PÚBLICO

Reiterando os compromissos que assumi com o funcionalismo, quando candidato ao Governo do Estado, logo que a nossa situação financeira esteja normalizada encaminharei a essa Assembléia Legislativa as sugestões que se me afigurarem adequadas a uma solução racional e humana do problema da remuneração dos servidores públicos.

Naquela época afirmava eu que o poder aquisitivo do funcionalismo público estadual e municipal não era, de modo nenhum, compatível com as condições do custo de vida, consideravelmente aumentadas em consequência da onda inflacionária.

A situação, com a elevação contínua e progressiva dos preços das utilidades, tende a agravar-se, devendo ser encarada com coragem e destemor.

Contrastando com o aumento concedido aos seus colegas federais e municipais e às classes obreiras do país, estas através do repouso semanal remunerado e dos dissídios coletivos, o funcionalismo público estadual e municipal tem obtido aumentos que não satisfazem e que estão longe de restabelecer o equilíbrio entre os seus vencimentos e o nível atual de vida.

Além disso, é preciso que o funcionalismo tenha os seus direitos reconhecidos e definitivamente assegurados, possibilitando-se-lhe vida honesta e decente.

Para tanto, oportunamente será enviada ao Poder Legislativo mensagem especial propondo, entre outras medidas, a regulamentação dos direitos e vantagens do

pessoal do Estado, de acôrdo com o espírito da Constituição vigente; a instituição de uma colônia de férias onde o funcionário possa refazer e reparar suas energias; abertura de crédito para o pagamento dos vencimentos adicionais por período de dez anos de serviço; assistência médica, cirúrgica e dentária; hospitalização dos funcionários, como pensionistas do Estado, cooperativismo de consumo e crédito de caráter sólido, revisão dos proventos de aposentadoria e a instituição de previdência social para os funcionários municipais.

O atual sistema de aposentadoria do funcionalismo estadual já está sendo examinado pelo Departamento do Serviço Público, com o propósito de se corrigirem as suas imperfeições, fruto, em grande parte, do convênio firmado pelo IPASE com o Governo de Alagoas em 1943.

As condições do convênio não asseguram, conforme verifiquei, um mínimo de assistência condigna aos servidores públicos. Além de terem violado direitos adquiridos, dêles exigindo o máximo de sua capacidade contributiva, deixaram praticamente ao desamparo as famílias dos contribuintes falecidos.

Por outro lado, o acôrdo acarreta para o Estado um pesado ônus, atribuindo-lhe o encargo de financiar, com os seus próprios recursos, os pagamentos aos beneficiários de pensões da antiga instituição de previdência social, ônus que, segundo se estima, atingirá, aproximadamente, a Cr\$ 20.000.000,00.

ALMOXARIFADO GERAL

Outro problema ora em estudo, para ser objeto de medidas concretas, é o que diz respeito à administração do material utilizado nos serviços públicos, cujos processos de aquisição e aplicação estão ainda muito aquém dos métodos ideais de racionalização.

Nêsse sentido, já o Departamento do Serviço Público, órgão que centraliza as atividades institucionais

do Estado, está encaminhando as primeiras providências com o propósito de instalar o Almoxarifado Geral, dando, assim, execução a uma legislação expedida em 1945 que, por motivos ignorados, deixou de ser observada.

O assunto é de grande importância para a administração, tanto que, como tema de interesse geral, foi amplamente discutido na III Conferência de Técnicos em Contabilidade Pública e Assuntos Fazendários, realizada no Rio de Janeiro em 1945, tendo, daí, resultado uma resolução em que se recomenda a instituição de almoxarifados, e na qual se salienta, como justificativa:

“E” de toda conveniência, como a experiência tem fartamente demonstrado, a compra em grande escala de material destinado ao abastecimento dos serviços burocráticos e de utilidade pública, em virtude das vantagens de ordem econômica, no tocante a preços, qualidade e outras condições favoráveis.”

REGULAMENTAÇÃO DOS CARROS OFICIAIS

Vem merecendo cuidadoso exame do Governo o problema de regulamentação do uso dos carros oficiais. Já recebi do Departamento do Serviço Público sugestões que estão sendo examinadas.

Acompanhando as normas que regulamentarão o uso dos veículos oficiais e objetivando pôr em prática um plano de aquisição e utilização desses veículos, com o máximo de economia para o erário, outras medidas serão adotadas, como a da renovação periódica, assistência mecânica contratada e alienação dos carros que, pelo seu tempo de serviço ou condições outras, a recomendem.

REORGANIZAÇÃO DA SECRETARIA DO GOVERNO

Esta repartição, cujos encargos se ampliaram sensivelmente no meu Governo, por imperiosa necessidade

de desdobramento dos serviços afetos à Chefia Executiva, será, na devida oportunidade, reorganizada, de modo a assegurar-lhe melhores condições de eficiência. Assim, dependendo o assunto de prévia autorização legislativa, enviarei em tempo, a essa Assembléia, o necessário projeto de lei, com o qual pretendo ajustá-la às novas exigências dos trabalhos. Em consequência disso, com a reestruturação planejada dos serviços pertinentes à Secretaria e ao Gabinete do Governador, serão criadas duas divisões, uma com a tarefa de direção dos serviços da Secretaria e outra com o encargo de Chefia do Gabinete do Governador.

PROCURADORIA NA CAPITAL DA REPÚBLICA

Ainda em matéria de administração geral, está o Governo estudando os meios de instalação de uma Procuradoria do Estado de Alagoas na Capital da República, de modo a manter, ali, um representante para tratar dos seus interesses.

Medida de indiscutível unidade, já reconhecida pelas administrações anteriores e por quase todas as unidades federativas do país, será levada a efeito pelo meu Governo, de acôrdo com as boas normas de administração pública. A título precário e sem qualquer configuração legal, o Estado vinha mantendo no Rio de Janeiro um Procurador, constituído ao sabor das conveniências pessoais e sem responsabilidades perfeitamente definidas.

Atualmente, quando os interesses de Alagoas dependem, consideravelmente, de providências do Governo da União, seja pela liberação de dotações do Orçamento da República destinadas a obras públicas do Estado, seja pela necessidade de rápido encaminhamento dos processos originários do Governo do Estado e ainda de eficiente articulação das duas órbitas — a Federal e a Estadual — a manutenção de um representante

credenciado, investido em funções e sobretudo responsabilidades bem delimitadas, é de flagrante necessidade.

Com essa compreensão do problema, enviarei, oportunamente, a essa Assembléia o necessário projeto de lei, objetivando dar forma legal ao serviço e assegurar-lhe melhores condições de eficiência, convencido de que não me faltará, para ela, o seu apóio.

IMPrensa OFICIAL

Pela deficiência em parte da maquinária e em parte do pessoal técnico, a Imprensa Oficial ainda não atingiu as suas verdadeiras finalidades como repartição industrial do Estado uma vez que não se encontra em condições de atender a todas as necessidades dos diversos setores administrativos estaduais, relativamente a material de expediente, além da publicação do "Diário Oficial".

O pessoal existente na Imprensa Oficial, excetuado o destinado ao serviço de administração, não atende às necessidades do serviço, sendo mesmo, em alguns setores, insuficiente em relação à maquinária.

Entre as suas máquinas de impressão existe uma "Multilith Duplicata", há anos adquirida, a qual não funciona por falta de um técnico. Inúmeras vantagens seriam proporcionadas ao Estado com o funcionamento da máquina em referência, salientando-se a impressão dos selos estaduais, os quais, presentemente, são confeccionados no Rio de Janeiro, acarretando, como consequência, o desvio de uma parte da renda do Estado. As providências no sentido de solucionar êsse entrave estão sendo encaminhadas.

A publicação, em volumes, das Leis e Decretos Estaduais, bem como dos Julgados do Tribunal de Justiça, não vinha sendo feita com a necessária regularidade. A última publicação das Leis e Decretos foi a referente ao ano de 1945 e a dos Julgados do Tribunal de Jus-

tiça a correspondente ao ano de 1930. As medidas, no sentido de ficar atualizada a legislação estadual bem como a jurisprudência do Tribunal de Justiça, já foram tomadas, estando impressa a coleção de Leis de 1946 e composta a de 1947.

Voltou o "Diário Oficial" a circular aos domingos, logo no início da atual administração, o que evitou atraso na publicação de diversas matérias, permitindo ainda a pronta divulgação dos atos oficiais.

ASSISTÊNCIA MÉDICA AO FUNCIONÁRIO

O fenômeno que se observa na administração estadual, quanto à ausência de assistência médico-especializada aos seus funcionários, leva o observador menos atento a uma conclusão: o serviço público é uma fábrica de doentes, gerando a incapacidade física e, em tais proporções, que o Governo se vê em face de um grave problema social. De um lado, uma classe numerosa empobrecida e desamparada; de outro, o problema do rendimento da administração, pela incapacidade de produção do funcionário, decorrente de suas precárias condições de saúde. Sòmente em 1950, conforme se vê dos registros do Departamento do Serviço Público, 507 processos de licença para tratamento de saúde foram despachados pelo Chefe do Poder Executivo. Levando em conta que o número de servidores públicos civís era, naquêle exercício, de 2.642, chega-se à evidência de que uma *quinta parte* do funcionalismo esteve licenciada por motivo de saúde. Aquela cifra é um depoimento que fala por sí mesmo, reclamando uma solução para o problema. Devido à falta de assistência médica, essa grande massa de servidores descreve um círculo vicioso, voltando à atividade e retornando à inatividade. Uma assistência médico-especializada, além de resolver uma questão de indiscutível alcance social, permitiria ainda controlar o tratamento do funcionário,

submetendo-o a uma disciplina que, no final, importaria no encurtamento dos períodos de licença e na prevenção de moléstias que para ela concorrem.

Tenciono designar uma comissão para proceder a um minucioso estudo do convênio existente entre o IPASE e o Estado, e espero que o mesmo venha fornecer ao Govêrno elementos seguros para a solução dêsse problema vital.



II — FINANÇAS DO ESTADO

SITUAÇÃO FINANCEIRA DO ESTADO

Ao assumir o Govêrno do Estado, encontrei uma situação financeira de franco desequilíbrio. Encargos onerosos vinham sendo criados à administração sem atribuição de recursos suficientes, para atendê-los, enquanto o aparelhamento fazendário, sujeito a influências políticas negativas, perdia a pouco e pouco a sua força de arrecadação.

Encontramo-nos evidentemente, diante de uma perspectiva desalentadora que está a exigir vigoroso esforço de todos aqueles que exercem qualquer parcela de responsabilidade na vida pública e administrativa do Estado. A tarefa de recuperação é imensa, demandando, dentro dos quadros administrativos e políticos, uma mobilização total de energias para ser superada, e a cooperação de todos os alagoanos, especialmente, dos mais interessados nos rumos da economia alagoana.

De acôrdo com os elementos de informação fornecidos ao Govêrno pela Secretaria da Fazenda e da Produção, o "deficit" previsto para o atual exercício financeiro se eleva, nesta altura, a Cr\$ 36.876.287,60 (trinta e seis milhões, oitocentos e setenta e seis mil, duzentos e oitenta e sete cruzeiros e sessenta centavos).

Em face da previsão da arrecadação, dentro do mesmo exercício, que está calculada em Cr\$ 79.184.145,20 (setenta e nove milhões, cento e oitenta e quatro mil, cento e quarenta e cinco cruzeiros e vinte centavos) o "deficit" financeiro do Estado atinge proporções alarmantes.

De passagem, e apenas como elemento de informação, vale citar que o orçamento do exercício de 1951, que é uma revigoração do de 1949, prevê uma arrecadação de Cr\$ 84.852.981,10 (oitenta e quatro milhões, oitocentos e cinquenta e dois mil, novecentos e oitenta e um cruzeiros e dez centavos) inclusive Cr\$ 3.274.597,70 (três milhões, duzentos e setenta e quatro mil, quinhentos e noventa e sete cruzeiros e setenta centavos) de operação de crédito.

Tendo-se em vista, porém, a supressão de Cr\$ 2.000.000,00 (dois milhões de cruzeiros), resultante da rescisão do Convênio entre os Estados e as Municipalidades, correspondentes aos serviços de Estatística, Saúde Pública e Assistência Técnica, e ainda da importância de Cr\$ 394.241,60 (trezentos e noventa e quatro mil duzentos e quarenta e um cruzeiros e sessenta centavos), relativa a mais 10%, de Indústria e Profissões, chega-se à conclusão de que a previsão orçamentária de 1951 só poderá ser ultrapassada com um grande esforço de arrecadação.

Não é demais também salientar que a previsão orçamentária de 1950 superou em pouco mais de quatro milhões de cruzeiros a arrecadação do exercício de 1949, a qual atingiu á cifra de Cr\$ 80.675.664,60 (oitenta milhões, seiscentos e setenta e cinco mil, seiscentos e sessenta e quatro cruzeiros e sessenta centavos).

E' de notar que a previsão, calculada em Cr\$ 79.184.145,20 (setenta e nove milhões cento e oitenta e quatro mil, cento e quarenta e cinco cruzeiros e vinte centavos), será em 1951 ultrapassada, com o reajustamento que se vem procedendo no aparelho arrecadador do Estado, por iniciativa da Secretaria da Fazenda e da Produção. Mas não o será a ponto de poder cobrir mais de uma terça parte do "deficit" financeiro pela mesma calculado.

Vale acentuar a êsse respeito que o imposto de exportação, estimado no orçamento em Cr\$ 4.500.000,00,

rendeu em 1950 apenas Cr\$ 1.019.685,20 e êste ano, até agora, Cr\$ 5.000,00.

De qualquer modo, por mais eficientes que sejam os processos da alçada do Poder Executivo, de combate ao "deficit", tudo leva a crer que não poderá êle ser vencido, com os recursos normais do atual sistema tributário. O panorama financeiro do Estado assume colorido mais sombrio quando se sabe que sòmente as despesas com o funcionalismo se elevam, sem considerar os vencimentos adicionais, cujo pagamento decorre de obrigação legal, a perto de 80% do atual orçamento, restringindo o poder do Govêrno para as realizações de interêsse coletivo.

No entanto, há obras iniciadas que não podem sofrer solução de continuidade, e cuja importancia deve ser assinalada, das quais se destacam as do Saneamento de Maceió.

Ao lado disso, a situação do orçamento para o exercício de 1951, com dotações estouradas logo no princípio do ano e despesas realizadas sem observância do duodécimo orçamentário, vem criando para o Govêrno do Estado dificuldades insuperáveis em face das suas disponibilidades financeiras e do poder de arrecadação do seu órgão de administração da receita.

Em grande parte, a situação de desajustamento do atual orçamento é um reflexo da gestão econômico-financeira do último período governamental.

Sem a preocupação de fazer análise completa dêsse período, cito apenas de passagem algumas cifras dos últimos exercícios, as quais salientam, com o devido relêvo, a política de imprevidência administrativa observada pelo Govêrno anterior no tocante às finanças públicas.

Em 1950, o exercício foi encerrado com um descoberto de Cr\$ 11.468.842,20 (onze milhões, quatrocentos e sessenta e oito mil, oitocentos e quarenta e dois cruzeiros e vinte centavos), assim demonstrados.

Passivo financeiro	15.758.073,9		
Despesas realiza- das sem crédito	9.394.969,4		
Comissão de Estra- das de Rodágem	4.716,893,2		
Credores Diversos	6.775.279,7	11.492.172,9	36.645.216,2
<hr/>			
Menos ativo financeiro			24.176.324,0
<hr/>			
			11.468.842,2

Esse resultado advém da maneira como se realizaram as obras da primeira etapa do saneamento de Maceió, as quais, calculadas pelo contrato primitivo em Cr\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de cruzeiros), tiveram aumentado o seu orçamento, sem justificação cabal, sendo dispendidos até 31 de dezembro de 1950, Cr\$ 42.596.224,50 (quarenta e dois milhões, quinhentos e noventa e seis mil, duzentos e vinte e quatro cruzeiros e cinquenta centavos).

E' oportuno salientar que a Assembléia Legislativa sempre se insurgiu contra os desacêrtos do Governô nesse sentido, ora negando créditos adicionais, ora evitando que se onerassem os contribuintes com elevação ou criação de tributos sem base racional ou técnica. Foi uma espécie de ação refreadora, infelizmente não respeitada pela gestão anterior, quando efetuou despesas sem crédito no valor de Cr\$ 9.394.699,40 (nove milhões, trezentos e noventa e quatro mil, seiscentos e noventa e nove cruzeiros e quarenta centavos).

O Conselho de Finança, órgão auxiliar da Assembléia, na fiscalização da administração financeira do Estado, talvez por falta de conhecimentos especializados dos membros que o compunham, não soube desempenhar a contento a sua função fiscalizadora.

Ao lado da imprudente política financeira, responde também pelo desequilíbrio orçamentário o afrouxamento da ação fiscal da administração passada.

Como se vê, a situação financeira do Estado, legada ao meu Governo, é de cores dramáticas, exigindo, não apenas espírito de sacrifício dos que exercem atividades de administração, mas compreensão cívica dos responsáveis pelos destinos da vida econômica, política e social de Alagoas.

Nesta emergência, anima-me a convicção de que não me faltará a cooperação esclarecida e bem intencionada da Assembléia Legislativa na solução do problema que meu Governo considera básico para a execução do seu programa de trabalhos em benefício do povo. As medidas que irei propor-lhe se tornam imperativas para a restauração das finanças públicas.

AUMENTO DO IMPÔSTO DE VENDAS E CONSIGNAÇÕES

Impõe-se o apêlo ao recurso da majoração da taxa do impôsto de Vendas e Consignações, destinado à cobertura do "deficit" financeiro.

Cumpre acentuar que dita taxa, aqui fixada em 2,2%, é na Bahia, por exemplo, de 3%, não existindo nenhum Estado do Brasil em que ela apareça menor que em Alagoas, e sendo muito poucos os Estados que a mantêm igual a nós, mesmo somada a taxa rodoviária que aqui cobramos.

E' certo que essa solução não encontra grande receptividade entre muitos contribuintes do Estado pela incompreensão dêles em tôrno dos problemas financeiros e pelos encargos que determina para as classes produtoras.

Qualquer, porém, que seja o preço do sacrifício para o saneamento das finanças públicas, deve êle ser exigido, pois os "deficits" constituem verdadeiros cancros para a vida econômica e financeira das nações, como a experiência tem fartamente demonstrado.

Se as circunstâncias de natureza política ou de ou-

tra qualquer natureza se opõem à aplicação de impostos relativamente bons, convém recorrer a impostos menos bons — como acentuam os economistas — visto que é preciso tudo fazer para evitar o “deficit”. Quer na economia privada, quer na pública, a produção e o consumo, a receita e a despesa devem estar em equilíbrio, pois economias desequilibradas conduzem evidentemente à bancarrota e à ruína.

Assim, todos os esforços deverão ser dirigidos no sentido da recuperação do equilíbrio, de modo a manter a receita e despesa sob o limite de coerente proporcionalidade.

Dessa necessidade de equilíbrio entre receita e despesa, decorre para o Estado, segundo renomado economista, o dever de procurar manter ilesas as fontes de que deriva a receita, e neste propósito não lhe é lícito forçar tais fontes a uma atividade produtora maior do que comportariam a sua capacidade e poder produtivos, como, por exemplo, exigir da economia individual contribuições que perturbem ou abalem a sua consistência.

Estamos diante de uma conjuntura que força, como medida imperiosa de normalização orçamentária e financeira, a aplicação daquele princípio, e que permite recorrer, para torná-la efetiva, à elevação do tributo que constitue a nossa principal fonte de receita.

O fim principal das boas administrações situa-se, ademais, na realização do equilíbrio orçamentário. E' éle uma expressão da idoneidade do administrador e o meio hábil de se obter uma perfeita supervisão administrativa.

Espero contar — repito — com o auxílio e a boa vontade dos representantes do povo na Assembléa Legislativa, todos voltados, desinteressada e patrioticamente, para a obra de restauração de Alagoas, nesta fase em que a paz política é um convite às atividades construtivas e criadoras.

COMPRESSÃO DE DESPESAS

Outras providências pretende o Governo pôr em prática, no setor da administração civil, com o propósito de realizar rigorosa compressão nas despesas.

Enfrentando uma situação financeira alarmante, por motivos já amplamente divulgados e conhecidos, o Governo terá que adotar, em alguns casos, medidas enérgicas, sob pena de ver agravada essa situação e ficar impossibilitado de atender às exigências de um programa mínimo de realizações em benefício do povo.

De tais medidas, algumas adotadas excepcionalmente, até que seja restabelecido o equilíbrio das finanças do Estado, já se encontram em andamento as seguintes:

I — Suspensão das admissões de pessoal extranumerário, qualquer que seja a sua modalidade, salvo para as funções altamente especializadas e de urgente necessidade para o serviço público;

II — Suspensão das nomeações de pessoal fixo;

III — Suspensão das promoções nas diversas carreiras do Quadro Único, exceção para os cargos, em comissão, de diretores e chefes de repartições ou serviços;

IV — Proibição de prorrogação remunerada de expediente para funcionários ou extranumerários;

V — Revisão completa das lotações das repartições públicas, para reajustamento dos serviços, de acordo com as suas exigências normais;

VI — Imobilização de dotações orçamentárias destinadas a Material Permanente, em determinadas verbas do Orçamento;

VII — Revisão das dotações orçamentárias determinadas a Despesas Diversas, com o fim de reduzi-las ao mínimo;

VIII — Proibição da proposta de abertura de créditos suplementares às diversas verbas do atual Orçamento, salvo em casos especialíssimos;

IX — Racionalização progressiva dos serviços de arrecadação do Estado..

SERVIÇO DO PATRIMÔNIO

O Serviço do Patrimônio, órgão destinado ao registro e administração de todos os bens imóveis do Estado, desde a sua criação, nada tem produzido de proveitoso.

A situação irregular da administração do patrimônio público, como muito bem salientou o Contador Geral do Estado, vem dia a dia agravando-se. Imóveis, cujo valor global orça em milhões, permanecem sem qualquer registro.

As terras públicas estão a reclamar um plano de ação vigoroso, do qual deverá participar a repartição do Fomento Agrícola, possibilitando o seu concurso na obra, ora iniciada, de soerguimento econômico do Estado.

Os vastos taboleiros existentes a pouca distância da Capital, repartidos em pequenos lotes, poderiam ser aproveitados no plantio do agave ou de outras espécies vegetais que fossem recomendadas pelos técnicos.

E' minha intenção, dentro do mais breve possível, tornar êsse setor de atividade um elemento ativo da administração.

III — SITUAÇÃO ECONÔMICA

ASPECTOS GERAIS

Convém destacar, de início, as tendências demográficas do Estado, apontadas através dos resultados dos últimos recenseamentos gerais. Por êles o Govêrno toma conhecimento de problemas cujas causas devem ser bem estudadas e removidas, sob pena de não vingarem planos administrativos, mesmo concebidos sob o melhor dos propósitos.

Já o censo de 1940 evidenciara que Alagoas ficara na ponta da fila no que se refere ao crescimento interno de sua população. Naquêle ano, foi o Estado apontado como o que, na Federação, mais perdera por fôrça da emigração para fora do Estado, especialmente para São Paulo, Paraná, Distrito Federal e Goiás.

Os dados já apurados do censo de 1950 mostram que o incremento decenal de 28%, observado no conjunto do País, não se estende em medida uniforme a todas as regiões fisiográficas e, muito menos, aos Estados e Territórios.

No caso de Alagoas é esta a situação: apurada a existência, aqui, de 1.106.454 habitantes em 1950, isto permite estabelecer para o decênio 1940-1950 um incremento numérico expresso por 155.154 ou seja 16,3%, uma vez que, 10 anos atrás, contava o Estado com 951.300 habitantes. Isto é, enquanto o Brasil cresceu nos últimos dez anos na proporção de 28%, e Goiás em 36,9%, Alagoas cresceu apenas em 16,3%. Continua, assim, o Estado a perder elementos geralmente os mais

jovens e os mais capazes pela emigração para o sul e o centro-oeste do País.

Internamente, há deslocamentos nítidos, especialmente rumo às terras melhores e favorecidas por outras condições de vida. Assim é que os municípios alagoanos que mais se desenvolveram demograficamente nos últimos dez anos foram os seguintes, na ordem mencionada: Arapiraca, Major Isidoro, Mata Grande, Pão de Açúcar, Batalha, Traipú, Piranhas, Rio Largo, Santana do Ipanema, Maceió e Água Branca. As percentagens de crescimento para os três primeiros municípios foram, respectivamente, 113, 99 e 70. Enquanto isso, Quebrangulo, Viçosa, Capela, S. José da Lage, Atalaia e União dos Palmares perderam gente entre 1940 e 1950.

Os planos administrativos devem refletir esta tendência populacional supra identificada.

BALANÇO ECONÔMICO

Alagoas equilibra a economia rural, agro-pastoril, com a de natureza industrial. As possibilidades naturais e humanas do Estado favorecem êsse equilíbrio, que deverá ser mantido e desenvolvido, em favor do progresso econômico e social do Estado.

ECONOMIA RURAL

Apesar disso, o grosso da economia agrícola do Estado repousa na agricultura e na criação. Basta dizer que 77% da população alagoana vive em vilas, povoados e nas áreas rurais, o que evidencia o caráter eminentemente agrícola do povo.

Daí o cuidado maior que deve ser dado ao setor agrícola e pecuário — fonte de vida da maior parte da população e da economia do Estado.

Do ponto de vista das possibilidades agrícolas, é também Alagoas privilegiada: — possui terras boas,

apesar do esgotamento do solo, por causa das técnicas atrasadas postas em seu cultivo, e regiões internas ricas como a chamada zona serrana, centralizada pelos municípios de Água Branca, Mata Grande, Santana do Ipanema e aquela localizada mais para o litoral, influenciada pelo clima litorâneo. E' o caso de Palmeira dos Índios, Pão de Açúcar, etc.. Além disso a região capitaneada por Jacaré dos Homens e Major Isidoro mostra a real possibilidade para a exploração econômica do gado, leite e derivados, com base na palma, ao passo que Arapiraca poderá transformar-se na capital da cultura do fumo e da indústria de cigarros e charutos do Nordeste. Nas margens alagoanas do Baixo São Francisco ficam as lagoas, baixios e banhados onde se poderá desenvolver moderna agricultura para a produção do arroz. O peixe, o coco e as frutas, sem mencionar algodão e outras fibras, são fontes de produção a fomentar racionalmente.

POLÍTICA DE PRODUÇÃO RURAL

Para a região da cana, é indispensável obter maior assistência técnica agrícola por parte do Instituto do Açúcar e do Alcool. Adubação, uso de maquinário, combate à cigarrinha, maior rendimento das Usinas por tonelada de cana — tudo pode ser encaminhado através dos recursos próprios do I.A.A.. O setor agrícola dêsse Instituto, recentemente criado, está em condições de fazer algo pelo melhoramento da cultura canavieira, no Estado. Que pleiteemos junto ao Instituto a aplicação de verbas específicas ali existentes para a montagem do serviço social da agro-indústria do açúcar. Por ser pequena a área canavieira em Alagoas, poderia ser ela utilizada, com sucesso, como início e modelo do serviço social agrário, objeto da recente Mensagem Presidencial ao Congresso.

Devido a elementos diversos, a lavoura da cana e a indústria do açúcar ainda não conseguiram emanci-

par-se econômica e financeiramente, permanecendo em estado de crises contínuas.

Fatores invariáveis de descompensação entre o custo da produção e o preço do produto, bem como as estiagens, as elevações dos fretes, das utilidades e dos acessórios da indústria, têm concorrido para que o açúcar seja sempre uma indústria deficitária.

Durante a visita do Senhor Presidente do I.A.A. a Pernambuco e Alagoas, em dias do mês corrente, foram-lhe dirigidos os mais fortes apêlos em favor de uma melhora na posição comercial deste produto básico da economia alagoana.

No que se refere à cultura do arroz e do côco no Baixo São Francisco, cabe ao Fomento Agrícola articular-se com a Comissão do Vale do São Francisco. As lagoas de Boacica e de Igreja Nova, além de várzeas e banhados, sem mencionar as ilhas aluvionais existentes de Paulo Afonso à foz, constituem áreas superiores quanto à finalidade das terras. A drenagem das lagoas, bem como a regularização das águas para efeito de irrigação, é questão de desobstruir canais. A Comissão tem dragas apropriadas para êste efeito em seu Distrito com séde em Propriá, Sergipe. Campos de multiplicação de sementes de arroz devem ser feitos nas ilhas aluvionais do São Francisco.

Sob o ângulo do produtor destas ilhas e lagoas, convém estabelecer melhores condições de contrato entre os meeiros e aquêles aos quais o Govêrno concedeu o privilégio de explorá-las economicamente, pois que, no caso das ilhas, são terrenos de marinha. A situação do produtor, que está sendo sacrificado, precisa melhorar.

De outro lado, urge organizar essa gente em pequenas cooperativas de produção, bem orientadas e administradas, a fim de que, por êsse meio, possa o produtor real receber financiamento. No momento, êle é duplamente esmagado: na percentagem da produ-

ção que dá ao suposto dono da terra, como paga do arrendamento, e na entrega ao financiador (geralmente comerciante) da parte que lhe toca, a preços vís fixados ainda na safra pendente. Foi êste um dos pontos em que mais bati durante a minha campanha eleitoral.

Na região dos cereais, centralizada por Santana do Ipanema e Mata Grande, o problema agrícola se cifra em sementes selecionadas, ferramentas e máquinas agrícolas, a serem vendidas a preços razoáveis, financiamento da produção e assistência técnica ao produtor. Por esta, entendo, sobretudo, aulas e demonstrações práticas para grupos de lavradores, visando a melhorar-lhes os metodos de trabalho e a superar a rotina. A Cooperativa Agrícola de Santana do Ipanema, como outras cooperativas já organizadas ou que vierem a organizar-se, deve ser melhor financiada pelo Govêrno Federal através da Caixa de Crédito Cooperativo do Ministério da Agricultura ou da Carteira de Crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil. Já, aliás, me entendí a êsse respeito com o Ministro da Agricultura, o Presidente do Banco do Brasil e o Diretor da Carteira de Crédito Agrícola do nosso maior estabelecimento de crédito.

As duas missões rurais por mim requeridas, compostas de agrônomo, veterinário, médico, assistente social e visitadora doméstica — serão distribuídas, uma para atuar na zona serrana (cereais) e outra, no Baixo São Francisco e litoral (arroz e cana).

Jacaré dos Homens e adjacências devem merecer cuidado especial. A pecuária poderá desenvolver-se ainda mais alí se houver efetiva orientação veterinária aos criadores e se forem melhoradas a industrialização do leite e a comercialização do produto.

Arapiraca pede igualmente toda atenção. As condições de solo e clima fizeram, do município, produtor de ótimo fumo. E' preciso aperfeiçoar a cultura e in-

dustrializá-la no local. Uma boa cooperativa poderia ajudar a resolver êstes dois aspectos do problema.

Muito espero para Alagoas dos projetos relativos ao fomento agro-pastoril a cargo da Comissão do Vale do São Francisco.

A CULTURA DO COQUEIRO

Os problemas fundamentais da economia alagoana, relegados, na situação anterior, a um plano secundário, já começam a ser encarados com a necessária objetividade, para que, sob orientação racional, possa o Governo auxiliar e desenvolver as próprias fontes de riqueza pública.

Sem aludir à principal indústria do Estado — a da cana de açúcar — amparada, no que diz respeito a crédito e assistência técnica, pelo Instituto do Açúcar e do Alcool — quase todas as demais indústrias de Alagoas só têm sido olhadas unilateralmente, como fontes de arrecadação da receita, sem se atentar em que, sôbre o interêsse puramente fiscal, deve prevalecer a necessidade de preservação e estabilidade das organizações de direito privado que movimentam a nossa economia. Nos Estados modernos os tributos não podem ser uma requisição de recursos necessários à vida das indústrias.

Assim, no rol das atividades produtivas para que estarão voltadas as vistas do Governo, objetivando a aplicação de tais providências, cabe situar, com especial destaque, as da cultura do côco, principal riqueza da nossa faixa litorânea.

A ausência de iniciativa visando à substituição dos métodos primitivos de tratamento dos coqueirais, e a falta de defesa organizada contra as moléstias que os destroem paulatinamente — entre as quais se destaca, pelos seus efeitos perniciosos, a conhecida como “anel vermelho” — responde em Alagoas pelos baixos índices de produtividade dos coqueiros.

Enquanto em certas regiões da América Central, como, por exemplo, nas Antilhas, um coqueiro produz em média 180 frutos por ano, em Alagoas tal média atualmente apenas atinge a 25. No entanto, segundo um técnico americano, diretor da maior firma industrializadora de derivados de côco dos Estados Unidos, que recentemente aqui esteve e estudou as nossas terras, são elas tão boas quanto as das Antilhas e as das Filipinas, onde um coqueiro produz 120 frutos por ano. De tão chocante, o desnível apontado é por si só capaz de evidenciar até que ponto foram procrastinadas as medidas tendentes à garantia do florescimento dêste importante elemento de nossa riqueza. E no que se refere a outros Estados do Brasil, basta dizer que no vizinho Sergipe se considera regular a propriedade de coqueiros quando produz, no mínimo, a média de 80 frutos anuais, por pé.

E' realmente desolador ver a paisagem triste que apresentam os nossos coqueirais, revelando, pela debilidade e esgotamento, o abandono em que se encontram.

Quais os fatores determinantes de tal situação?

Já foram êles apontados pelos técnicos:

a) péssimo estado de conservação e tratamento que sofrem nossos coqueiros, à falta dos mais rudimentares tratos culturais;

b) ação desavisada de um sem número de proprietários que, em busca de um aparente aumento de rendas, colhem côcos ainda sem se encontrarem em estado de maturidade completa, verdosos, provocando um verdadeiro aborto vegetal, muito nocivo à planta;

c) falta de assistência sanitária, ultimamente inexistente;

d) completa ausência de alimentação para êsses pobres vegetais que tudo dão e nada recebem, em outras palavras, ausência da imprescindível adubação.

Quanto às medidas necessárias à solução do problema, temos:

a) ampliação do serviço de fomento ao coqueiro, a fim de que os técnicos possam levar mais direta e eficazmente sua assistência aos agricultores;

b) aquisição de maquinária suficiente para limpeza e conservação dos nossos coqueirais, como sejam tratores para gradeamento e para destocamento, grades dentadas de discos, utensílios agrícolas, etc;

c) assistência sanitária e de combate às pragas e moléstias;

d) proibição da tiragem dos frutos verdesos ou ensinamento aos agricultores, mostrando-lhes o grande prejuízo causado por essa operação.

A situação sugere ao Govêrno que torne obrigatória a aplicação de 5% da receita do produtor na adubação do coqueiro, que se ressentido da falta de fertilizantes e a êstes responde de maneira realmente notável. Ainda no ano passado um coqueiro adubado no Campo das Palmáceas chegou a produzir 480 côcos.

Conta o nosso país com cerca de 8.000.000 de coqueiros, aparecendo Alagoas com aproximadamente ... 1.500.000. Sòmente na Ilha de Mindanas, nas Filipinas, há perto de 70.000.000. Na produção geral inclue-se o Brasil com 1 a 1,5%.

O valor do côco se exprime pelo fato de, na economia mundial, colocar-se êle no mesmo nível ou em nível superior ao do café.

Ainda que não aumentemos, em Alagoas, o número de pés, é possível que, apenas com tratamento conveniente, dentro em pouco cresça de modo surpreendente a nossa produção, sem que tenhamos a receiar a queda de preços provocada pela superprodução, porque ha uma grande procura em todo o mundo de gorduras vegetais.

Acreditam os técnicos que o simples tratamento dos nossos coqueirais elevará prontamente de Cr\$ 270.000.000,00 a renda do produto, além do benefício determinado pelo consequente aumento da arrecadação estadual. Atualmente essa renda é calculada em Cr\$..

85.000.000,00. Vê-se por ai que o côco, presentemente o terceiro produto do Estado, alcançará em breve situação excepcional.

Conto que os proprietários de coqueirais, possuidores em geral de recursos, não se contentem com a renda baixa que desfrutam, despreocupando-se com as imensas possibilidades que têm diante de sí. E me ajudem a levantar essa extraordinária riqueza da nossa terra, que encontrará sempre mercados abertos. Realmente, em nenhum outro setor econômico como nêste é possível obter resultados tão significativos.

FOMENTO AGRÍCOLA

A Secção de Fomento Agrícola, do Ministério da Agricultura, órgão que funciona em Alagoas em regime de cooperação com o Estado, se manteve quase inteiramente inoperante, tendo fracassado, de modo lamentável, no cumprimento das suas principais finalidades.

Muitos milhões de cruzeiros, parte do Estado e parte da União, foram quase que inutilmente aplicados, pela ausência de planos racionais e em virtude de afrouxamento da ação administrativa.

O homem do campo, especialmente o pequeno agricultor, desarvorado, sem auxílio financeiro e sem estímulo de qualquer espécie, não teve outras alternativa senão lutar com os seus próprios recursos, para colher resultados ínfimos que se teriam de refletir na situação econômica e financeira do Estado.

Tal desajustamento, que determina para o homem do campo um padrão de existência aquém das possibilidades mínimas permitidas pela ciência nos nossos dias, é responsável pelos atrasados níveis de crescimento demográfico que se vêm registrando em Alagoas, posto que permitem a existência de emigrações permanentes, intermitentemente agravadas nas épocas de estiagem mais longa, e contra as quais não prevalecem simples

medidas de restrição de trânsito ou policiamento de fronteiras.

Por falta de ajuda, o debilitado organismo da economia alagoana não poderia assegurar mais contribuição aos orçamentos públicos.

Com as providências já encaminhadas pelo meu Governo, em obediência ao plano de revitalização da economia alagoana, é de esperar que, nos próximos exercícios, venha a melhorar, sensivelmente, a situação do Estado.

ASSISTÊNCIA TÉCNICA

Essas providências abrangerão assistência técnica, crédito fácil, barato e a longo prazo ao agricultor e às indústrias rurais, bem assim o aproveitamento industrial dos nossos recursos minerais, visando, especialmente, ao fabrico de fertilizantes e adubos e, ainda, à instalação de novas indústrias.

Tendo em vista a concretização de algumas delas, quando da minha recente viagem aos Estados Unidos, conversei com dirigentes da F.A.O. — Agência de Agricultura e Alimentação das Nações Unidas — sobre a possibilidade de obter para Alagoas assistência técnica daquela entidade. De acôrdo com o resultado desses entendimentos dirigí-me, por ofício de 5 de março do corrente ano, ao Senhor Ministro da Agricultura, dr. João Cleofas de Oliveira, solicitando-lhe, ouvido o Itamarati no que fôsse necessário, sejam destacados para o Estado, da equipe que virá ao Brasil, enviada por aquela entidade, seis técnicos para o levantamento geral das possibilidades reais da nossa economia agrária.

Ditos técnicos deverão ser, de acôrdo com o pedido, assim discriminados:

- 1 — em peixe e pescado
- 3 — para estudo de economia florestal
- 1 — para aproveitamento industrial dos nossos recursos minerais.

1 — economia rural.

Êsses elementos farão o estudo em equipe, articulando-se com agrônomos e veterinários a serviço do Estado, tendo em vista a coordenação dos trabalhos para execução de um plano de reerguimento da estrutura econômica de Alagoas.

Quanto a êsse particular, a Secção de Fomento Agrícola, confiada a um técnico de renome e já em fase de franca recuperação, terá atuação decisiva, visto como centralizará as atividades decorrentes dos planos a serem elaborados por aquêles técnicos, mais diretamente ligadas ao seu setor de administração.

FORTALECIMENTO DAS ATIVIDADES RURAIS

O mesmo órgão, no tocante ao fomento da produção agrícola, se prepara para a concretização de um vasto plano de fortalecimento das atividades rurais, pela distribuição de sementes e materiais de interêsse da agricultura.

E' verdade que não se devem esperar, de pronto, grandes resultados para a produção agrícola, porque a tarefa de reconstrução, pela sua amplitude e profundidade, além de se impôr como fundamental às atividades específicas da Secção de Fomento Agrícola, obriga à dispersão de energias e de recursos por outros setores.

Dentro de pouco tempo, todavia, reequipado e devidamente reorganizado, o Fomento Agrícola estará cumprindo amplamente as suas finalidades, levando ao agricultor a assistência técnica e material de que carecem o amanhã e cultivo dos campos.

A obra de recuperação econômica do Estado, especialmente no que se relaciona com a produção agrícola, não será levada a efeito com êxito, se, ao lado da assistência técnica e material, com pessoal apto para o serviço, não se mantiver um organismo capaz de prestar ajuda financeira ao agricultor.

PROGRAMA DA SECÇÃO DE FOMENTO

As atividades do Fomento, no presente ano, serão desenvolvidas do modo seguinte:

1) reaparelhamento das Oficinas para recuperação do material agrário, inclusive vinte tratores que se acham fora de funcionamento;

2) fornecimento aos interessados de 80.000 mudas de coqueiros das variedades "Comum" e "Anão", produzidas no Campo de Palmáceas, em Barro Duro, afóra côcos para sementeiras;

3) restauração da Granja Conceição, em Bebedouro, com conservação e limpeza dos seus edifícios, renovação do seu Aviário e Pocilga, povoamento de animais procedentes dos melhores centros de produção do País, aumento e renovação do rebanho leiteiro ali criado, desenvolvimento da Horta e produção de mudas frutíferas das espécies mais indicadas para o meio alagoano, com formação de um abacateiral em terrenos do taboleiro, sob regime de irrigação, de modo que se tenha uma indicação segura do comportamento dessa espécie frutífera em melhores condições de cultivo;

4) em União dos Palmares, aproveitamento da Fazenda "Frios" para uma exploração de lavoura e criação, com levantamento completo de sua área, planejamento de instalações completas para plantéis puros de bovinos da raça Nelore, de que já existem 50 cabeças procedentes da Fazenda de Criação, em Umbuzeiro, no Estado da Paraíba, e da raça Gir, com aquisições dos melhores animais, de modo que se tenha produção de reprodutores para melhoramento dos rebanhos existentes no Estado. Além disso, formação de pastagens artificiais com capins mais indicados para o meio e, quanto à lavoura, cultivo de área com algodão e viveiros de mudas de laranjeiras. A Fazenda "Frios" terá, assim, uma exploração mista, como fundamento aos trabalhos que o Fomento possa desenvolver no município;

5) em São José da Lage, início de trabalhos agrícolas, de modo que se tenha um núcleo de fomento à lavoura e criação, com máquinas e material mais indicados ao desenvolvimento agrícola da região;

6) em Viçosa, restauração dos pomares existentes na Fazenda "São Luiz", aumento da produção de mudas das espécies do gênero *citrus* e de outras espécies frutíferas, bem como produção de sementes de algodão e milho de variedades mais selecionadas, de forma que tenha início um trabalho de melhoramento dessas espécies de maior cultivo no Estado;

7) em Pôrto Real do Colégio, desenvolvimento e ampliação das áreas de cultura principalmente com relação ao arroz, obtendo-se variedades selecionadas para distribuição aos lavradores da região;

8) em Santana do Ipanema, ampliação de trabalhos no Pôsto Agro-Pecuário dali, como variedades novas de algodão, localização de reprodutores bovinos e equinos para melhoramento das criações no município;

9) distribuição de sementes. O Fomento distribuirá, em época oportuna, 450 toneladas de sementes de algodão, atendendo aos grandes, médios e pequenos lavradores, o que contribuirá para aumentar a produção algodoeira no ano agrícola a iniciar-se. Sementes de feijão e milho também serão distribuídas, de modo que se auxiliem os pequenos lavradores na formação de suas culturas.

PRODUÇÃO ANIMAL

Quase tudo está por fazer em Alagoas relativamente à produção animal.

A quem quer que estude as nossas condições econômicas, ressalta logo o fato de sermos Estado importador de gado para o corte. Se tivermos em vista o princípio de que são ricos os povos ou as regiões que produzem cereaes e gado, chegaremos à conclusão de que o

Govêrno deverá fazer todo o empenho no sentido de estimular a criação de bovinos, caprinos e ovinos nas nossas zonas principais de pastoreio: o agreste e o sertão.

A manutenção e o desenvolvimento dos nossos reduzidos rebanhos está a impôr uma vigorosa ação por parte do Govêrno, no sentido de podermos reduzir a importação de animais para tração e córte.

A ampliação do meio criatório, principalmente nas zonas do agreste e das caatingas, no sentido quantitativo e qualitativo dos rebanhos, deve preceder um intenso trabalho de formação de pastagens por parte dos criadores.

A construção de cercados de arame, o aumento sempre crescente da plantação de palmas, o desenvolvimento das culturas do algodão e do milho, como subsidiários da criação, a plantação de colônião e angolinha, o aproveitamento das águas de chuvas com a abertura de cacimbas e açudes, a abertura de poços artesianos, a fenação, as medas, a ensilagem de plantas forageiras abundantes, nas épocas das chuvas, são providências que os nossos criadores devem tomar no mais curto espaço de tempo e para a execução das quais o Fomento Agrícola fornecerá as instruções que forem necessárias.

O meu Govêrno não poupará esforços para prestar os auxílios que se impuzerem ao desenvolvimento da nossa pecuária, não só facilitando a aquisição de sementes para a formação das pastagens, como intervindo na importação de reprodutores ou também aproximando, dos criadores de todas as zonas, por intermédio do Fomento Agrícola, pessoal e elementos necessários à defesa sanitária animal e ao combate às doenças mais comuns. Entre estas se destacam a aftosa e a raiva, que vêm ocupando o primeiro lugar no nosso território — a última sobretudo no vale do São Francisco, em Anadia e Camaragibe, para onde o Fomento tem enviado vacinas e pessoal a fim de serem empregados na defesa dos bovinos e equinos — bem como as moléstias e endemias que atacam os animais ao nascer. Para a execução dêsses

serviços, o Fomento será provido dos meios e pessoal apropriados, afim de que sejam satisfeitas as solicitações de zootecnistas, veterinários e vacinadores, tendo êstes últimos a seu cargo o serviço de vacinação e venda de produtos de uso veterinário, a preços de custo.

No que diz respeito à criação de gado leiteiro será idêntico o interesse do meu Govêrno em facilitar a importação de reprodutores e adotar medidas de profilaxia vacinal, necessárias à diminuição da letalidade.

Espero contar, para êsse fim, com as medidas que forem solicitadas à Assembléia Legislativa.

ESTAÇÃO EXPERIMENTAL DE CANA DE AÇUCAR

Acha-se em andamento a celebração de um "Acôrdo" para assistência técnica à lavoura canavieira do Estado. Tal acôrdo será firmado entre o Estado, a Cooperativa dos Usineiros, o Instituto do Açucar e do Álcool e o Ministério da Agricultura, visando à obtenção de recursos financeiros para experimentação de variedades novas de canas e de adubação. Abrangerá ainda a instalação de um laboratório destinado às análises de canas e de solos, de modo que Alagoas possa iniciar-se nas investigações técnico-científicas para solução dos problemas que afetam à principal lavoura do Estado.

COOPERATIVISMO

O problema da produção alagoana assenta especialmente no crédito. Crédito para a agricultura e crédito para a indústria. O crédito, porém, fácil e barato, que liberte o médio e pequeno agricultor do regime de sujeição econômica ao intermediário, o qual, sem esforço e sem maiores preocupações, absorve grande parcela dos lucros resultantes das atividades daquele.

Durante a campanha eleitoral, ao destacar o problema, sugeri que se criasse um aparelho apropriado

para aquêle fim, como um Banco do Estado ou da Produção. A idéia não foi abandonada e pretendo nomear em breve uma comissão que examine a possibilidade de fundá-lo.

Está, por outro lado, o meu govêrno empenhado no sentido de reorganizar as cooperativas agrícolas do Estado, que se estiolaram, quase todas, pela influência do interêssê político, pela ausência de recursos financeiros e pela falta de elementos técnicos.

Ao par disso, a convite do Govêrno, deverá chegar a Alagoas, ainda nesta semana, o dr. Valdiki Moura, técnico do Ministério da Agricultura, para examinar a situação das nossas cooperativas e sugerir medidas concernentes à maior eficiência da nossa Divisão de Assistência ao Cooperativismo e à Caixa de Crédito Agrícola, as quais terão a seu cargo a tarefa de reestruturação do sistema cooperativista e o contrôle e distribuição do crédito à agricultura do Estado.

A partir de dezembro de 1947, quando, por fôrça da Constituição Estadual vigente, foi suprimido o Departamento das Municipalidades e Assistência ao Cooperativismo, não mais se cuidou da reforma do órgão que deveria zelar pelos interêsses das cooperativas alagoanas, atestando êsse fato a incompreensão do Govêrno passado por um problema de vital importância para as atividades da lavoura.

Não obstante o acôrdo celebrado com o Govêrno da União, que impunha ao Estado a obrigação de concorrer, anualmente, com uma dotação orçamentária mínima de Cr\$ 50.000,00 para o incentivo ao desenvolvimento do cooperativismo e assistência técnica às cooperativas, no curso de todo o período governamental anterior nada se consignou para êsse fim na nossa lei de meios.

Dêste modo, por inadimplemento de compromissos contratuais, o Govêrno se colocou numa incômoda situação moral, pois, sem denunciar solenemente o convênio firmado, como no caso lhe competia, consentiu no recebi-

mento da subvenção anual, de igual quantia, a que se obrigava o Governo da União para aplicação às atividades do cooperativismo.

Objetivando o plano de fomento à produção a distribuição de crédito agrícola por intermédio das cooperativas, as sedes dessas entidades terão que ser consideravelmente ampliadas em todo o Estado. E, simultaneamente, será criada e instalada, em zona a ser previamente estudada, uma cooperativa central dos agricultores, que coordenará e centralizará os interesses das entidades sediadas no interior e que lhe forem filiadas.

COOPERATIVISMO SANITARIO

Se a influência do cooperativismo, no meu Governo, será decisiva na solução dos problemas agrícolas, não menor ela será na solução de problemas de saúde pública no Estado. Assim é que figuram entre as minhas preocupações a prática e a propaganda do cooperativismo sanitário, cuja experiência em outros países, notadamente no Japão, na Jugoslávia e na América do Norte, proporcionou resultados extraordinários, conseguindo resolver com êxito o problema da verminose e da esquistosomose.

Com recursos insuficientes para empreender, sozinho, obra de tão grande alcance social, como o combate à esquistosomose e à verminose, o Governo do Estado, através do cooperativismo sanitário, vai arregimentar a iniciativa privada para essa campanha, em favor do trabalhador rural e de sua família, certo de que contará com a ajuda de todo o povo alagoano.

AÇUDAGEM

De acôrdo com a Constituição Estadual de 9 de julho de 1947, é dever do Estado, na fase de elaboração orçamentária, destinar 3%, no mínimo, das rendas tributárias, para a açudagem e outros serviços assistenciais, na zona sertaneja.

Se o Governo passado seguiu a regra constitucional nos exercícios vencidos, deixou de observar requisitos essenciais ao espírito da nossa Carta Magna. Assim é que não fez aplicação efetiva da quota legalmente reservada à construção de açudes nos últimos anos. Em 1950, aliás, a pretêxto de carecer o Estado de meios para custeio de compromissos inadiáveis, a dotação destinada a açudes foi riscada das despesas oficiais.

Não se tomou, igualmente, qualquer iniciativa no sentido de se estabelecer o regime de cooperação, previsto na lei especial que regulamenta o assunto, nem se procurou evitar, como seria de boa política, a valorização com obras públicas de propriedades privadas, num evidente protecionismo.

Ainda assim, o que se realizou em matéria de açudagem, técnica e economicamente, deixa consideravelmente a desejar. Reservatórios de 30 a 50 mil metros cúbicos são absolutamente insuficientes aos reclamos da população sertaneja, mesmo em época de curta estiagem.

De conformidade com o plano traçado, o meu Governo, ao contrário, intensificará a média e a pequena açudagem, com os recursos estaduais e de que trata a Constituição Federal, com o financiamento a juros módicos aos cooperantes até metade do orçamento da obra. Além disso, já determinou providências no sentido de se iniciarem os trabalhos de análise de todos os aspectos de irrigação e açudagem, para garantir ao povo do sertão a tranquilidade no tocante ao abastecimento do precioso líquido às populações, aos rebanhos e à agricultura.

A perspectiva, assim, para a situação econômica do Estado, desde que o sertão alagoano não seja flagelado pela sêca, apresenta-se animadora, pois atacado, metódica e energicamente, o problema capital da falta d'água, a produção agrícola, a pecuária e as pequenas indústrias terão inevitavelmente que melhorar.

Concomitantemente, através dos órgãos próprios, o

meu Governo incentivará o desenvolvimento das lavouras necessárias ao abastecimento das nossas indústrias, entre as quais destaco a do algodão, de excepcional significação econômica para Alagoas, tão descurada até agora, num Estado cuja indústria de tecidos vem importando de outras unidades federativas essa matéria prima em grande escala, com evidente prejuízo para as nossas fontes de receita pública.

COLONIZAÇÃO

Dentro do esquema geral de reorganização da produção agrícola que traçou o Governo, devo destacar a iniciativa da instalação de núcleos de colonização, no interior do Estado e em zonas prévia e tecnicamente escolhidas.

A questão, por mim agitada no Rio de Janeiro, quando lá estive recentemente, perante especialistas do Ministério da Agricultura, será objeto de medidas concretas, dentro em breve, devendo ser para isso mobilizados os tipos de colonos estrangeiros mais adaptáveis ao nosso meio.

A experiência que, nêsse sentido, se realizará em meu Estado, além dos salutareos efeitos que produzirá sobre a nossa economia agrária, terá um alto sentido de educação do trabalhador rural alagoano para as atividades do campo.

Pelo trabalho desenvolvido em comum, com o auxílio de métodos novos e técnica moderna, os índices de rendimento do nosso rurícola terão inevitavelmente que se elevar, pela sua assimilação, melhorando, em qualidade e quantidade, a produção agrícola.

Os efeitos dessa orientação no tratamento dos problemas da nossa agricultura terão que se exercer especialmente no espírito do nosso trabalhador rural, dêle extirpando velhos e perniciosos conceitos de vida que o transformaram num homem descrente, nômade, fatalista e desambicioso.

A convivência com o colono estrangeiro, de grande capacidade de trabalho, de espírito progressista e com uma concepção superior de vida, importará na substituição, lenta porém progressiva, daqueles conceitos, despertando no nosso trabalhador rural novos estímulos e novas energias.

ABASTECIMENTO

Muito se tem discutido, em Alagoas e em todo o país, sem resultados práticos, o problema do abastecimento e controle dos gêneros de primeira necessidade indispensáveis ao consumo público.

Assunto delicado, pela complexidade e pelas contróversias que tem despertado, exige do administrador muita prudência ao examiná-lo e ter que adotar medidas visando à sua solução.

Essa atitude mais se impõe quando se sabe que os fatos econômicos são regidos por leis e princípios inelutáveis, cuja inobservância poderá influir como motivo de perturbações sociais e de desorganização das atividades da produção e do comércio.

Por isso mesmo, antes de orientar a solução do problema no sentido de providências coercitivas, só cabíveis em casos de anormalidades graves, está o Governo estudando fórmulas que possibilitem o aumento da produção nativa, e, ao mesmo tempo, facilitem a importação das utilidades mais necessárias ao abastecimento da população.

Dentro desse critério e até que cessem as condições que respondem pelo encarecimento progressivo do custo de vida, é pensamento do Governo, sem a preocupação de projetar o Estado como elemento de competição comercial, instalar, nos centros de maior densidade demográfica, de preferência entre a população pobre, pequenos postos de abastecimento de gêneros imprescindíveis ao consumo.

Ao lado dessas medidas, já o Governo do Estado vem

cuidando da instalação, entre nós, especialmente na Capital, de unidades do Serviço de Alimentação e Provisão Social (SAPS), como procedimento destinado a amparar as classes economicamente fracas contra a carestia de vida. Para isso, em minha última viagem ao Rio de Janeiro, entrei em entendimentos com a administração da mencionada autarquia.

Essa foi, em síntese, a orientação que me pareceu mais acertada, para o encaminhamento do complicado problema de elevação do custo de vida, para o qual se têm revelado ineficazes e até contraproducentes muitas das soluções até agora tentadas pelos Governos. E isso, precisamente, por terem sido destituídas da base científica que o problema comporta ou por se terem distanciado da realidade.

E' meu pensamento enviar à Assembléia Legislativa uma mensagem, com o projeto de lei que transforma a atual Comissão de Abastecimento em Comissão Estadual de Preços, por força do Decreto-lei federal n. 9.125, de 4 de abril de 1946.

O órgão criado pelo projeto em aprêço, obedecendo ao plano federal, na forma do citado Decreto-lei n. 9.125, está ligado à Comissão Central de Preços, tendo, assim, existência jurídica, o que não ocorre com a Comissão de Abastecimento.

Como se vê, o novo órgão poderá funcionar com bases seguras para bem servir ao povo, quanto à orientação e contrôle da política de preços e abastecimento no território alagoano.

Procura, assim, o Governo do Estado melhor aparelhar-se no sentido de evitar, o quanto possível, a elevação do custo de vida.

ASSISTÊNCIA AO TRABALHADOR RURAL

Em meu discurso proferido a 19 de setembro de 1950, quando me empenhava na campanha cívica que conduziu o povo alagoano a eleger-me para o Governo

do Estado, abordando a questão de tão palpitante atualidade, como a da assistência ao trabalhador rural, tive a oportunidade de salientar:

Um dos problemas mais sérios que o Governo terá de encarar será o da assistência médico-social ao trabalhador rural. Mas, com sinceridade e coragem, teremos de enfrentá-lo, custe o que custar. Em verdade, as nossas populações rurais se acham em verdadeiro abandono. O espetáculo que presenciamos em nossa excursão pelo interior do Estado é incontestavelmente desolador. Afogados na pobreza e na miséria, sucumbidos pelas verminoses em geral, e, particularmente, pela doença de Manson-Pirajá da Silva, pela malária, pela sífilis, mal alimentados, vivendo em habitações anti-higiênicas, inferiorizados pelas endemias, os nossos homens dos campos, constituem uma legião de enfermos, que, a despeito do abandono em tudo e de todos, fecundam heroicamente o nosso solo com o seu sofrimento, empunhando a enxada e o machado, numa tenacidade inaudita. Eis porque, cômico desta elevada missão social, procurei delinear as providências que assegurem uma era de maior prosperidade e mais tranquilos dias aos habitantes do nosso *hinterland*. É preciso que se reconheça, a toda essa gente, o direito à saúde, sem o que não sairemos jamais do atraso econômico em que vivemos. Para tanto teremos que imprimir nova orientação ao nosso Departamento Estadual de Saúde, fazendo uma revisão integral dos seus métodos de trabalho que, francamente, não se adaptam às necessidades da nossa região. Não será pela difusão de numerosos postos de saúde, deficientes, sem pessoal devotado e capaz e sem aparelhagem conveniente, que iremos atender às exigências da assistência médica em nosso interior.

Pensamos criar células sanitárias móveis, constituídas por ambulâncias providas de Raios X, aparelhagem cirúrgica, equipamentos médicos e farmacêuticos, que tornem possível levar a todos cidadãos a segurança de

eficiente assistência médico-sanitária, poupando, assim, milhares de vidas, dessas vidas que constituem a nossa força criadora.

O problema da esquistosomose, que ha pouco referi como sendo a ruina do nosso trabalhador dos campos, merecerá cuidadosa atenção. Depoimentos de ilustres clínicos conterrâneos revelam para todo o Estado de Alagoas percentual verdadeiramente alarmante. Os municípios de Atalaia, Viçosa, São José da Lage, União dos Palmares alcançam cifras que atingem a 90% da população infestada pelo terrível helminto. Toda a região banhada pelos rios Paraíba e seus afluentes, pelo rio Mundaú, pelo rio São Miguel, pelo rio Camaragibe, são focos de infiltração da moléstia. E até no sertão os açudes e cacimbas localizados em Arapiraca, Santana do Ipanema, Mata Grande favorecem a incidência desoladora da doença de Manson-Pirajá da Silva.

Da mesma forma, a malária, a sífilis, as outras verminoses, a tuberculose, a boubá e a mortalidade infantil — cujos coeficientes, entre nós, nos colocam em situação vergonhosa, depondo contra os nossos fóros de povo civilizado — estiolam e dizimam o nosso caboclo. Muitas e muitas vidas estão a se perder por esse interior afora, por falta da mais ligeira assistência médico-sanitária.

Pelo exposto, verifica-se que é imperioso modificar-se, quanto antes, o estado de coisas em que vivemos, promovendo assistência curativa e sobretudo preventiva nos centros de produção agro-pecuários e industriais. Ao lado dêsse aspecto puramente sanitário, precisamos ainda olhar com desvêlo a questão alimentar dessas populações, relegada a plano secundário, até agora.

VALORIZAÇÃO DO HOMEM PELA SAÚDE

Em todo o Estado é insuficiente o consumo de alimentos protetores, especialmente das proteínas ani-

mais, pela elevação do custo das mesmas, o que se reflete seriamente em nossas condições econômicas e sociais.

Tem razão Eílio Liorens ao asseverar que “não poderão os Governos exigir atividade criadora, nem elevação moral, se os povos sofrem na base de sua vida física: na alimentação”.

Sòmente quando o leite for acessível às massas, poderão decrescer os nossos tristíssimos coeficientes de mortalidade infantil. Sòmente quando as carnes, os peixes, os ovos, os queijos, os legumes se tornarem acessíveis à bolsa dos pobres, teremos reduzidas a morbidade e a mortalidade condicionadas pela tuberculose e doenças carenciais. Para tanto, precisamos ajustar a produção ao consumo, facilitar e baratear o escoamento da produção, eliminar, gradativamente, os impostos que oneram os alimentos básicos, reprimir a especulação, fomentar o desenvolvimento e melhoria dos rebanhos, amparar a pesca, elevar o índice educacional do consumidor e do produtor.

A valorização do homem pela saúde, proporcionando recursos médicos e higienicos a todos os alagoanos, é, assim, o mais grave problema que se nos oferece. Tudo haverá o meu Governo de fazer para que em todas as cidades, vilas, povoações, usinas, engenhos, fazendas, fabricas, roças, tenha o nosso trabalhador defesa individual e condições que o protejam contra a doença.

Melhorando o padrão de existência das populações rurais, racionalizando as culturas, mecanizando as lavouras, proporcionando crédito fácil, distribuindo educação técnica, desenvolvendo os nossos meios de transporte e garantindo medidas efetivas de assistência médico-sanitária, procurará o Governo, sem dúvida, penetrar definitivamente no caminho da nossa emancipação econômica, na ânsia de constituir-nos uma região de homens sadios e de gente forte, livres do terror da fome, da doença e da miséria.

IV — EDUCAÇÃO

ASPECTOS GERAIS

Setor de relevância na órbita das administrações, visto lhe incumbir o lastreamento da cultura em geral, em sucessivas etapas da formação intelectual do povo, a educação pública tem sido e continuará a ser uma das maiores preocupações dos governos animados da boa vontade de bem servir às coletividades.

Pode-se afirmar que o problema educacional sobreleva aos demais que se agitam na ambiência do Estado, se o considerarmos a fonte donde promanam as soluções para outros tantos.

A questão do ensino, em nossa terra, está sendo alvo da minha maior atenção, e não medirei esforços no objetivo de solucioná-la na medida do possível, condicionando-a, como é bem de ver, aos recursos econômico-financeiros do Estado.

ENSINO SUPERIOR

Caminha o nosso Estado para, em futuro não muito remoto, possuir a sua Universidade, congregando todos os estabelecimentos de ensino superior.

Ao lado da Faculdade de Direito, hoje estabelecimento federal, novos centros de estudos vão surgindo, frutos do idealismo sadio e construtor de um grupo de abnegados. Assim é que já se acha definitivamente instalada a Faculdade de Medicina de Alagoas, proporcionando aos estudantes da nossa terra o estudo das ciências médicas. A Faculdade de Filosofia e a Faculdade de Ciências Econômicas são outras manifestações de desenvolvimento cultural do Estado.

ENSINO SECUNDÁRIO

Oportunamente, procurarei dotar de melhor aparelhamento didático os estabelecimentos de ensino secundário da capital. O Instituto de Educação apresenta hoje nos ciclos de ginásio e de colégio, bem assim no curso de Formação de Professores Primários, uma super-lotação calculada em 498 escolares. Em outras palavras, frequentam, atualmente, os três cursos já aludidos 798 discentes, quando o plano para sua construção foi atinente à lotação de 300 alunos secundários. Esse congestionamento somente poderá ser resolvido com a construção, em áreas disponíveis do terreno em que está localizado o edifício do Instituto, de novas dependências para a instalação da Escola Experimental, do Gabinete da Diretoria da Educação e de um Centro de Saúde Escolar, que permitirá o descongestionamento das salas do Instituto. Em tempo oportuno, tais providências serão concretizadas no meu Governo, podendo ser aproveitada parte da verba federal de Cr\$ 2.000.000,00 destinada a reformas no Instituto de Educação, e pela qual já estão sendo construídos um galpão e um auditório.

O Colégio Estadual de Alagoas, antigo Liceu Alagoano, reclama a construção de um novo prédio para que possa atender à afluência, cada vez maior, de alunos que, no ano passado, atingiram ao total de 445, sendo que 303 no Curso Ginásial e 142 no Curso Colegial.

ENSINO PRIMÁRIO

Igualmente participa de minhas cogitações o revigoramento do ensino primário, com a diminuição das cifras percentuais de analfabetos, que nos colocam em um dos últimos lugares no País, fato a que me reportei em discursos proferidos por ocasião da última campanha eleitoral.

Por outro lado, deparou-se-me, no que se refere à aparelhagem escolar, exiguidade de prédios com instalações apropriadas para um perfeito ensino primário. Encontrei ainda grupos escolares mal funcionando, como os de Maragogi, Pôrto Calvo, Pôrto de Pedras, Batalha e Leopoldina, isso em virtude da deficiência da lotação de professores, além de 48 cadeiras isoladas sem funcionamento. Escusado é declarar que estou na firme resolução de sanar êsse estado de coisas, com as providências que se fizerem necessárias.

ENSINO RURAL

O Ensino rural é difundido em Alagoas mediante acôrdos anuais entre os Governos da União e do Estado.

Segundo a relação apresentada pelo Departamento de Obras Públicas, construíram-se aqui 164 prédios escolares para escolas rurais, relativos aos acôrdos de 1946, 1947 e 1947 (suplementar), 1948 e 1949. 32 estão sendo construídos e 6 outros estão por construir. Exce-tuando-se as escolas de Salgado e Pôrto Rico, respectivamente em Água Branca e Colônia Leopoldina, acham-se concluídos os demais prédios referentes ao acôrdo de 1946. Quanto ao acôrdo de 1947, concluíram-se 54, achando-se em construção 2; do acôrdo de 1947 (suplementar), 18 concluídos e 2 em construção; do acôrdo de 1948, 52 construídos, 7 em construção e um não iniciado; relativamente ao acôrdo de 1949, há 23 construídos e 32 iniciados, faltando dar-se início à construção de 5.

Nêstes números se incluem 65 escolas localizadas e construídas, sendo que algumas funcionam mas não existem oficialmente, porquanto não houve decretos que as criassem.

Da verba de Cr\$ 400.000,00, recebida do Governo Federal, conforme o acôrdo de 1948, para equipamento de 50 escolas rurais, foi gasta a importância de Cr\$

300.000,00, relativa à encomenda de móveis à Cooperativa de Marceneiros. Cr\$ 100.000,00 estão depositados no Tesouro do Estado, como restante da verba fornecida. Releva notar que ainda são necessários Cr\$ 200.000,00 para o equipamento completo das mesmas escolas.

INCENTIVO AO ENSINO RURAL

Paralelamente à instrução primária fundamental comum, cabe ao Governo cuidar da aprendizagem do cultivo dos campos, ministrada por professores especializados, com o fim de despertar nas crianças o entusiasmo pelo amanhã do solo, inculcando-lhes o amor à terra. Possuídos do espírito de iniciativa, formado através dos ensinamentos recebidos, é lícito acreditar que possam os homens do nosso interior fixar-se à terra, reduzindo-se ou acabando o êxodo que se observa atualmente.

Ante tais perspectivas, disponho-me a incentivar êsse ramo da Educação, certo de que meu esforço será largamente compensado.

ENSINO SUPLETIVO

No que se refere ao ensino supletivo pró-alfabetização de adultos, interessar-me-ei junto ao Governo Federal pela sua ampliação em Alagoas.

Agora mesmo acha-se no Rio, representando o Estado numa reunião de técnicos do Departamento Nacional de Educação afim de tratar do programa de ensino supletivo para êste ano, a professora Elisabeth Casado Cerqueira.

V — SAÚDE PÚBLICA

ASPECTOS GERAIS

Ligado ao da Educação, o da Saúde Pública é setor que o Governo considera de importância fundamental no campo administrativo. Ambos se completam no objetivo comum do bem da coletividade. Os trabalhos de Saúde Pública, da mesma forma que os de finalidades educativas, são de natureza silenciosa, somente observável com a passagem do tempo. Têm sentido eminentemente social e visam a valorizar o homem. E a valorização do homem significa o ponto de partida para tudo quanto se empreenda no sentido do bem estar coletivo.

Em meu Governo, o problema da Saúde Pública será tratado com a maior atenção e de acôrdo com as nossas possibilidades financeiras.

MORTALIDADE INFANTIL

A mortalidade infantil é questão que muito me preocupa e à qual já aludí em um de meus discursos da recente campanha política. Com toda a evidência, é ela a mais importante de quantas se discutem em matéria de saúde pública, e tem ainda a realçá-la o aspecto geral. Constitue, conseqüentemente, problema de base, do qual dependem vários outros. O amparo à criança, metódicamente aplicado, tornando-a robusta e sadia, propiciará o adulto mais forte e menos sujeito às enfermidades. Equivale a uma campanha de restauração física da nossa gente.

HIGIENE INFANTIL

A higiene infantil terá do meu Governo decidida atenção, porquanto a ela se subordina o futuro da criança. Através de salutar alimentação distribuída e da orientação proporcionada pelas enfermeiras às mães dos infantes, consegue-se, no decorrer dos tempos, evitar, tanto quanto possível, que morram centenas e centenas de crianças, fato que largamente contribui para a diminuição da nossa população.

EDUCAÇÃO SANITÁRIA

Setor importantíssimo para a saúde pública é o da educação sanitária. Não tem tido tal serviço a amplitude que seria de desejar, o que se deve a diferentes motivos. De acôrdo com as possibilidades que venham a surgir, diligenciarei intensificá-lo por meio de um convênio com o Serviço Nacional de Educação Sanitária.

SERVIÇO DE BIO-ESTATÍSTICA

Atividade das mais úteis, no campo da saúde pública, é o serviço de bio-estatística, pelo qual se orienta e controla o desenvolvimento dos programas de trabalho. Permite êle, pois, conhecer-se o coeficiente de mortalidade geral, abrangendo a infantil, a maternidade, bem como a superveniência de moléstias diversas, o que o torna imprescindível ao êxito das campanhas profiláticas. Cuidarei de aparelhá-lo e desenvolvê-lo de modo a poder preencher a sua finalidade.

HOSPITAL COLÔNIA "PORTUGAL RAMALHO"

Já se encontra construído, no bairro do Farol, o Hospital Colônia "Portugal Ramalho", com capacidade para 170 doentes mentais.

Dada a falta de recursos financeiros, que impossibilita o Estado de fazer às próprias custas a instalação daquele frenocômio, que virá substituir o velho Hospital Santa Leopoldina, entendimentos nêsse sentido deverão ser realizados com o Serviço Nacional de Doenças Mentais.



**VI — DEPARTAMENTO ESTADUAL DE
CULTURA**

Outro setor da administração que passará por ampla reforma é o que enfeixa os atuais encargos do Departamento Estadual de Cultura.

Órgão que se manteve, até há pouco, inoperante, por circunstâncias conhecidas, desempenhará, no atual Governo, importante papel, com a execução de um largo plano de difusão cultural.

Dando-lhe o devido prestígio, tão necessário ao cumprimento das suas finalidades, estará o meu Governo concorrendo para elevar o nível cultural de nossa gente, pelo conhecimento da historia alagoana, dos acontecimentos marcantes da nossa vida literária, social e política.

Além do mais, pela divulgação do que existe, entre nós, de beleza paisagística, desconhecida, muitas vezes, dos próprios alagoanos, o novo órgão terá uma função nitidamente valorizadora do que é nosso, dentro e fóra das nossas fronteiras.

E' pensamento do Governo, para a concretização dêsse plano, promover uma reestruturação de considerável amplitude no atual Departamento Estadual de Cultura, de modo a reunir, em um só organismo, as repartições cujas funções são correlatas, dando-lhes um necessário e indispensável sentido de unidade.

Dêste modo os setores da Rádio Difusora, Teatro Deodoro, Biblioteca Pública e de Expansão Cultural deverão ser fundidos em um único, com estrutura de administração e de autoridade enquadrada em princípios racionais.

RÁDIO DIFUSORA DE ALAGOAS

Ao assumir o Governo encontrei em poder de uma sociedade privada, por força de um contrato lesivo aos interesses do Estado, a estação de rádio sob o prefixo Rádio Difusora de Alagoas ZYO-4, instalada na administração que me antecedeu.

Obtive a rescisão amigável daquele contrato, e encarreguei o Departamento Estadual de Cultura de sua administração provisória, evitando ficasse a população privada das irradiações da única emissora local.

Já foi levantado o passivo da mesma, o qual se eleva a Cr\$ 798.036,00.

Logo tenha em mãos os dados necessários me dirigirei a essa Assembléia, solicitando providência para a regularização definitiva dêsse setor de atividade e de real importância na elevação do grau de cultura do nosso Estado.

Às quartas-feiras tenho ocupado o microfone da Rádio Difusora para dar conta ao povo alagoano dos meus atos e da marcha dos assuntos de interesse público.

**VII — DEPARTAMENTO ESTADUAL DE
ESTATÍSTICA**

Desnecessário se torna aqui salientar a função da Estatística na administração moderna, tão indispensável se revela hoje, como processo de investigação e análise dos problemas do Estado.

Em quase tôdas as atividades de govêrno ela se acha presente, como elemento decisivo na compreensão dos problemas e na orientação dos programas administrativos.

Ao tomar contato com o sistema estatístico regional sentí, desde logo, a necessidade de uma reforma do Departamento Estadual de Estatística, reorganizado pelo Decreto-lei n. 279, de 16 de outubro de 1942, pois transformações sensíveis se verificaram nas suas finalidades, como sejam as referentes à coleta dos dados em todo o Estado, por intermédio das antigas Agências de Estatística, então custeadas e administradas pelos Municípios e que hoje se acham mantidas, integralmente, pela Caixa Nacional de Estatística Municipal, e administradas pelo I.B.G.E.

Por outro lado, é propósito do Govêrno transformar o Serviço de Estatística Militar, criado pelo Decreto n. 2.748, de 22 de abril de 1942, em uma unidade seccional, de conformidade com as recomendações do Decreto Lei n. 4.181, de 16 de março de 1942, e em obediência, também, ao plano do Conselho Nacional de Estatística, executado em tódo país através dos Departamentos Estaduais de Estatística.

VIII — OBRAS PÚBLICAS

COMISSÃO DE ESTRADAS DE RODAGEM

Pelo Decreto-Lei estadual 3.284, de 16 de maio de 1947, foi instituída a Comissão de Estradas de Rodagem, que teve, em seu primeiro ano de atividades, uma verba de Cr\$ 2.900.599,50, quase exclusivamente destinada a equipamento mecânico e instalação permanente; em 1948, a receita arrecadada da CER foi de Cr\$ 16.559.031,40; em 1949, foi de Cr\$ 15.449.436,20; e já em 1950, foram arrecadados Cr\$ 17.571.321,30, dos quais, como retenção, ficou o Governo do Estado com Cr\$ 4.716.839,80. Devemos deduzir, dos recursos financeiros da CER, entre a data de sua fundação e 1950, as seguintes parcelas, entregues pela CER, de acordo com a atual legislação rodoviária brasileira, aos municípios alagoanos:

	Cr\$
1948	1.718.990,00
1949	1.119.122,90
1950	1.447.924,60

Em resumo, a posição financeira da CER até 31 de dezembro era a seguinte:

	Cr\$
<i>Recursos totais</i>	52.480.338,40
<i>Menos</i> — Quotas aos Municípios .. .	4.316.037,50
<i>Menos</i> — Retenção, pela Secretaria da Fazenda e da Produção de Taxa Rodoviária Arrecadada	4.716.893,20

Aplicação diretamente feita pela CER . 43.447.407,70

De Cr\$ 43.447.407,70 aplicados pela CER devemos abater:

Importância gasta em Bens Móveis e	
Bens Imóveis	9.970.805,80
Estoque de Material no almoxarifado .	1.480.662,00

Cr\$ 11.451.467,80

Por conseguinte, foram gastos, em quatro anos, de 1947-50	43.447.407,70
Menos	11.451.467,90

Cr\$ 31.996.939,90

PLANO RODOVIARIO

Quando candidato, prometi ao povo:

“O plano rodoviário estadual será continuado, tendo em vista o abastecimento dos mercados, circulação das riquezas e colocação imediata dos produtos perecíveis”.

Embora ainda não haja assumido suas funções o diretor-geral da CER, capitão do Exército Luiz de Souza Cavalcanti, pôsto à disposição do Estado pelo Sr. Ministro da Guerra, de antemão posso sintetizar a política rodoviária do Governo, que será pautada dentro da rigorosa observância das condições técnicas das estradas e estrito cumprimento da legislação que disciplina a espécie, aliada à construção de ligações de maior urgência, com auxílio federal, e concentração de todos os recursos nêsse sentido, sem os erros da dispersão de esforços em múltiplos trabalhos. Todas as ligações fundamentais de Alagoas, a saber, Atalaia-Palmeira dos Índios, Maceió-Recife, Maceió-Pôrto Real do Colégio e Santana do Ipanema-Pão de Açúcar merecerão especiais atenções do meu Governo.

Maceió-Pôrto Real do Colégio — Al-BR-11-Sul — Está em melhoramentos até a altura de Terra Nova, necessitando, entretanto, de diversos serviços importantes, como a melhoria das ladeiras Terra Nova, Graussú, Sumaúma, Varrela, São Miguel; construção da variante de Sinimbú e construção do trecho compreendido entre as proximidades de Junqueiro e Pôrto Real do Colégio, que irá ser em breve importante entroncamento rodo-ferroviário.

Maceió-Recife — Al-BR-11-Norte — Atacados 20 quilômetros, com verbas federais, por delegação, está necessitando de maior auxílio, afim de que, no mais breve espaço de tempo, possa o nosso Estado auferir as vantagens desta importante realização de natureza econômica e estratégica. Além de todos os benefícios que trará às indústrias situadas naquela zona do Estado, tal rodovia colocará o alto Camaragibe a cêrca de uma hora de viagem de Maceió.

Palmeira-Atalaia — Al-BR-26 — E' considerada a mais importante realização rodoviária do Estado. Sua conclusão se acha programada para o fim do ano em curso.

Pão de Açucar-Santana do Ipanema-Cachoeira de Paulo Afonso-Mata Grande-Garanhuns — O Estado pleiteou o reinício das obras rodoviárias Pão de Açucar-Santana do Ipanema e Cachoeira de Paulo Afonso-Mata Grande-Garanhuns, com administração e verbas federais.

Reconhecendo residirem em realizações positivas no campo rodoviário forças das mais poderosas para o desdobramento das iniciativas de toda espécie, farei convergir para o equacionamento e solução dos vários problemas que formam o seu todo as melhores energias e o máximo de recursos permitidos pelas circunstâncias.

Do mesmo modo, com o maior interêsse, auxiliarei os Municípios no emprêgo da quota correspondente, a que têm direito, do Fundo Rodoviário Nacional, e na

aplicação constitucional de um quinto das rendas de impostos na construção e conservação de estradas de rodagem, na forma que se estabelecer para a colaboração estadual.

DEPARTAMENTO DE OBRAS PÚBLICAS

È deveras lamentável a situação dêste Departamento no que se refere ao pessoal. Vários servidores lotados em cargos ou funções técnicas não possuem conhecimento e aptidões para o desempenho das mais simples tarefas.

Urge, assim, uma reestruturação no quadro do seu pessoal com o objetivo de tornar êste importantíssimo setor um elemento ativo na obra de soerguimento econômico do Estado.

As verbas atribuídas ao Departamento para atender as despesas com a conservação e construção de próprios públicos apresentam-se insignificantes em face do lastimável abandono em que se acha a maioria dos prédios pertencentes ao Estado.

Como testemunho eloquente dessa afirmação, basta dizer que a Divisão de Próprios Públicos elaborou, nos primeiros meses do presente exercício, orçamentos no valor global de Cr\$ 488.824,20, e todos relativos a prédios escolares localizados nesta Capital, como se vê do demonstrativo abaixo:

Grupo Escolar Diegues Junior	162.452,30
Grupo Escolar Ladisláu Neto	79.241,50
Grupo Escolar Tomás Espíndola	27.700,00
Grupo Escolar 7 de Setembro	63.499,40
Grupo Escolar Cincinato Pinto	97.210,40
Grupo Escolar Alberto Torres	58.720,60

As obras de reparação dos próprios públicos constituem, deste modo, por si só, trabalho gigantesco, afastando toda e qualquer possibilidade de realização de novos empreendimentos.

IX — SANEAMENTO DE MACEIÓ



O problema do saneamento da cidade de Maceió constitui um dos mais onerosos e mais sérios que o meu Governo terá de encarar.

Celebrado um contrato que previa a execução das obras correspondentes às duas etapas — a primeira de água e a segunda de esgotos — por determinação do Governo anterior foi o mesmo modificado, no tocante às obras da primeira etapa, importando o fato numa majoração orçamentária de Cr\$ 22.596.229,50.

O resultado é que, sem recursos para cobrir êsse acréscimo, se viu o Governo compelido a lançar mão de disponibilidades destinadas a obras diversas, em flagrante desrespeito às normas de contabilidade pública consubstanciadas em lei, e mesmo assim sem grandes resultados práticos, uma vez que não conseguiu concluir os serviços da primeira etapa.

Como já aludí em capítulo anterior, a situação impõe, para término daquêles trabalhos, o lançamento de um segundo empréstimo, de Cr\$ 5.000.000,00, destinado a custear a aquisição de materiais para a execução de derivação de água para as residências e execução de alguns complementos dos referidos serviços.

Ponto crucial dos trabalhos de saneamento é o relativo à execução da segunda etapa, constante da construção da rede de esgotos. Com um orçamento de Cr\$. 35.000.000,00, e já com as obras iniciadas, está o Governo, em vista das próprias cláusulas contratuais, na contingência de concluí-las, importando o seu retardamento em prejuízos financeiros e materiais respectivamente para o Estado e para a população de Maceió.

Assim acontecendo, pensa o meu Governo enca-

minhar, com a maior urgência, nova proposta ao Presidente do Banco do Brasil, solicitando mais uma operação de crédito na importância de Cr\$ 35.000.000,00, correspondente à segunda etapa dos trabalhos. Para isso, já iniciou demarches, inclusive o exame em torno dos reflexos negativos que a mesma poderá produzir na situação financeira do Estado com o rendimento econômico decorrente da exploração dos serviços.

Dependendo tais operações de autorização legislativa, confio em que não me faltará a decisiva cooperação dos ilustres deputados alagoanos, todos eles devotados à causa do engrandecimento e da prosperidade da terra comum.

X—ADMINISTRAÇÃO DO PÔRTO DE MACEIÓ

MOVIMENTO DO PÔRTO

O pêso total das mercadorias movimentadas no pôrto em 1950 foi de 203.803 toneladas, e o valor dessas mercadorias Cr\$ 783.902,983,00 (setecentos e oitenta e três milhões, novecentos e dois mil, novecentos e oitenta e três cruzeiros).

Houve, portanto, um decréscimo de 31.033 toneladas e Cr\$ 144.485.431,00 (cento e quarenta e quatro milhões, quatrocentos e oitenta e cinco mil, quatrocentos e trinta e um cruzeiros) no pêso total e no valor, respectivamente, em relação ao ano de 1949.

A frequência de embarcações em 1950 foi de 342 a motor e 125 a vela, contra 682 a motor e 265 a vela no ano anterior.

A movimentação total de mercadorias se distribuiu em 1950 da seguinte forma: pelo cáis — 193.718 toneladas; por fora do cáis — 10.085 toneladas.

Em 1949 a distribuição fôra: pelo cáis — 223.594 toneladas; e por fora do cáis — 11.242 toneladas.

SITUAÇÃO FINANCEIRA

Em 1950 foram gastos Cr\$ 5.701.105,50 (cinco milhões, setecentos e um mil, cento e cinco cruzeiros e cinqüenta centavos) com o pessoal, contra Cr\$ 5.389.219,90 (cinco milhões, trezentos e oitenta e nove mil duzentos e dezenove cruzeiros e noventa centavos) dispendidos em 1949; as despesas de material, que, em 1949, haviam sido de Cr\$ 992.207,90 (novecentos e noventa e dois mil, duzentos e sete cruzeiros e noven-

ta centavos) decresceram em 1950 para Cr\$ 811.362,00 (oitocentos e onze mil, trezentos e sessenta e dois cruzeiros).

Houve, portanto, em 1950, relativamente a 1949, um acréscimo de Cr\$ 311.885,60 (trezentos e onze mil, oitocentos e oitenta e cinco cruzeiros e sessenta centavos) nos gastos com o pessoal, e um decréscimo de Cr\$ 180.845,90, (cento e oitenta mil, oitocentos e quarenta e cinco cruzeiros e noventa centavos) nos dispêndios de material.

No que diz respeito aos resultados financeiros da exploração comercial do Pôrto, da qual é concessionário o Governo do Estado, são os seguintes os elementos estatísticos:

<i>Ano</i>	<i>Receita</i>	<i>Despesa</i>	<i>Saldo</i>	<i>Deficit</i>
	Cr\$	Cr\$	Cr\$	Cr\$
1942 ..	1.102.963,90	800.873,30	302.090,60	—
1943 ..	1.753.397,10	1.129.052,20	624.344,90	—
1944 ..	2.919.792,10	2.172.921,70	746.770,40	—
1945 ..	3.104.230,30	2.251.106,00	853.124,30	—
1946 ..	3.473.519,20	3.044.438,30	429.080,90	—
1947 ..	5.245.865,20	4.082.543,00	1.163.322,20	—
1948 ..	6.881.508,60	5.196.543,60	1.684.965,00	—
1949 ..	6.695.906,80	6.381.427,80	314.479,00	—
1950 ..	5.564.819,20	6.512.467,50		947.648,30

Os números constantes dêste último quadro atestam a delicadeza da situação financeira da Administração do Pôrto.

É bem verdade que a finalidade precípua dos trabalhos desta Autarquia não é a realização de saldos elevados, a obtenção de grandes receitas.

O objetivo das atividades do Estado concessionário é, por certo, proporcionar facilidades à vida econômica do *hinterland* do Pôrto, pondo ao serviço do

seu comércio e da sua indústria meios organizados e eficientes de movimentação portuária das mercadorias.

Não é, todavia, menos verdadeiro que esta Autarquia não poderá atingir êsse objetivo se não houver a segurança de uma boa situação econômico-financeira, a garantia de uma prudente condução de suas atividades.

Atingir aquela alta finalidade mercê do aperfeiçoamento das instalações portuárias e da segurança de saldos razoáveis, eis a política administrativa que se deve seguir na direção desta Autarquia.

XI — JUSTIÇA

Dentro da orientação que me impuz na fase da propaganda eleitoral, e em face dos compromissos assumidos com o povo alagoano, os problemas atinentes à Justiça do Estado serão tratados com a preocupação de racionalizá-la, criando condições que facilitem o exercício da função judicante.

Constituindo uma das três funções do Estado, é essencial que seja a mesma encarada como um Poder realmente autônomo, considerando-se-lhe as prerrogativas constitucionais e propiciando-se-lhe um clima de respeito e garantias indispensáveis à sua plena eficiência.

Já houve quem afirmasse parodiando o velho trovador castelhano, que leis sem justiça valem tanto como lanterna mágica sem luz. E talvez mais desastrosa que as trevas é a chama vacilante ou mal localizada, que empasta as imagens ou lhes dá tremuras, tão maléficas aos olhos de quem as procura ou precisa ver.

“A lei garante o cidadão e o magistrado garante a lei”. “Como organização e como função específica, diz o juriconsulto patricio, a Justiça compreende duas partes que lhe são essenciais: a jurisdição propriamente dita, que é dizer o direito, julgar, aplicar os preceitos da lei; e a administração necessária e suficiente a essa função específica. Não se julga sem juizes, tribunais, repartição da jurisdição e da competência. Nem sem o pessoal com que se recebam, se encadernem ou se arquivem os processos, se juntem petições e requerimentos, se cosam autos, se escrevam em livros o que se passe nas audiências, se distribua o trabalho diário, se mantenha a disciplina.”

A formação de uma exemplar magistratura e a marcha normal dos serviços forenses, como já afirmei durante a campanha eleitoral, estão condicionadas a uma boa organização judiciária, a par de uma remuneração compatível com o árduo mandato de que se acham investidos os seus servidores, indiscriminadamente.

Prestigiar a Justiça, colocar a magistratura ao abrigo de qualquer influência perturbadora à sua delicada missão de pesquisar imparcialmente, acatar e fazer cumprir os seus julgados, integrá-la de funcionários zelosos e cumpridores dos seus deveres, constitui a minha principal preocupação.

Pensando em concretizá-la, na devida oportunidade submeterei à esclarecida consideração do Poder Legislativo, um novo projeto de organização judiciária, cuja elaboração se encontra em andamento, através de uma comissão nomeada pelo meu Governo e composta dos drs. Carlos Cavalcanti de Gusmão, Desembargador; Zeferino Lavenére Machado, Procurador Geral do Estado; José Xisto Gomes de Melo, Juiz de Direito da 1ª Vara; e Afrânio Salgado Lages, Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, Secção deste Estado.

Em linhas gerais, a reforma judiciária compreenderá: a criação de mais uma Vara na Capital e uma distribuição equidosa dos serviços entre os seus titulares; a supressão dos Juizados Municipais, com o cumprimento da disposição constitucional que determina sejam as comarcas judiciárias tantas quantas forem os municípios do Estado; a organização da magistratura em entrâncias; a valorização dos serventuários e auxiliares da Justiça, concedendo-lhes o direito à aposentadoria e pensões, além de justa remuneração, medida que possibilitará o recrutamento e seleção de pessoal habilitado; regulamentação do preceito constitucional que assegura o provimento dos cartórios e ofícios com os

escreventes juramentados; a revisão do regimento de custas judiciários, etc.

É meu pensamento, logo esteja normalizada a situação financeira do Estado, iniciar a construção do Edifício do Forum da Capital, reunindo todo o serviço forense da primeira instância, bem como promover a instalação condigna das *salas de audiências* nos juizados do interior.

Uma das condições para uma Justiça rápida e eficiente está na centralização de todos os serviços judiciários da Capital. O Edifício do Forum resolverá êste problema, além de permitir instalações materiais e ambiente de trabalho compatíveis com o desempenho de sua elevada missão.

CORREGEDORIA

A par das medidas acima e com o fim de melhorar cada vez mais o rendimento dos serviços judiciários, vem o meu Govêrno dando o mais amplo prestígio à Corregedoria Geral da Justiça, de modo a facilitar o exercício das atividades que se processam em Juízo.

Confiando a sua direção a um dos juizes de mais projeção e experiência dos quadros da magistratura alagoana, o dr. José Xisto Gomes de Melo, tudo indica que, em periodo relativamente curto, a máquina judiciária esteja funcionando sem os defeitos que concorrem para o retardamento dos processos que lhe são submetidos.

ASSISTÊNCIA A MENORES

Tendo em vista ainda os compromissos que assumi para com o povo, estão sendo estudadas as bases para a execução do plano de preservação, assistência e reforma de menores, problema dos mais urgentes e palpitantes do nosso Estado.

Tudo quanto existe, entre nós, é obra de iniciativa particular, fruto do amor ao próximo de homens como João Lício Marques, que não só fizeram programas mas se entregaram a realizações práticas.

Problema de tanta transcendência não pode e não deve ser ignorado pelos que detêm cargos da administração.

Nesse particular, estamos em desigualdade gritante com Estados de situação econômico-financeira talvez inferior à nossa. O vizinho Estado de Sergipe, por exemplo, possui um modelar serviço de assistência e proteção a menores, constituindo orgulho para os sergipanos a sua "Cidade da Criança".

O nosso Juízo de Menores está a lutar com a falta de organização de um serviço de assistência, confundindo-se a sua especialização judiciária com a ação administrativa do Estado concernente à proteção à infância em todos os seus aspectos.

Como recorda o juiz patricio, alteraram-se os termos da equação: o Juízo de Menores não veio servir à assistência que concomitantemente ou anteriormente deveria ter sido organizada. Deu-se-lhe a função de criá-la sem nenhum elemento de vida, esquecendo o exemplo das nações em que melhor se ostentam êsses serviços, tais como a Itália e o Uruguai, cujas organizações de assistência servem de modelo ao mundo, mas cujos juízos de menores foram, posteriormente a essas organizações, criados com funções próprias.

O Governo do Estado empenhar-se-á em solucionar essa questão fundamental, tudo fazendo para que Alagoas saia da condição de inferioridade em que se encontra. Para isso, vem promovendo pesquisas que lhe permitirão, com a fundação de uma Cidade de Menores, realizar verdadeira obra de alevantamento moral da infância abandonada.

XII — SEGURANÇA PÚBLICA

ASPECTOS GERAIS

Devo dizer-vos que a minha primeira e principal preocupação, ao assumir o Governo, foi o problema da ordem pública.

Havíamos saído de um dos períodos mais conturbados de toda a nossa história política. Em nenhuma outra fase foi possível registrar tamanha exacerbação de ânimos, a prenunciar grave explosão de vinditas, provocações e atritos pessoais. A conjuntura se apresentava particularmente difícil porque impossível limitar a área em que a crise se denotava de modo mais virulento. Em todos os municípios, cidadãos, grupos políticos ou famílias haviam sido rudemente atingidos por campanhas de injúrias e calúnias, quando não de agressões e seviciamentos praticados em muitos casos pelos próprios agentes da autoridade pública.

A campanha que eu havia encetado, entretanto, tivera base em promessa de tranquilidade para a comunidade alagoana. Era forçoso preservá-la de nova onda de inquietação, assegurando a todos os cidadãos, indistintamente, as mais amplas garantias do Poder Público.

Constituindo o aparelho policial central, tomei de início a decisão de entregar todas as Delegacias de Polícia do interior do Estado a oficiais e sargentos da Polícia Militar. O elemento civil participara ativamente da luta política e não era lícito dêle esperar uma atitude de isenção. A medida alcançou excelente resultado. Afora um ou outro atrito de natureza local, determinado mais por excitação própria do ambiente

onde ocorreu, nenhum fato grave se verificou. E hoje, passados menos de três meses do início do meu Governo, posso afirmar que todo o Estado desfruta da mais perfeita paz, encontrando-se os cidadãos, seja qual for a sua filiação partidária, cercados das mais plenas garantias. Ninguém poderá incriminar ao Governo do Estado a prática de qualquer violência, nem qualquer cidadão foi até hoje molestado porque tivesse se entregue, com maior entusiasmo, à propaganda política contra as facções vitoriosas.

Os excessos porventura ocorridos ou a prática de atos menos elogiáveis, na administração passada, foram relevados, e o Governo se encontra dedicado à faina de reunir todos os alagoanos em um mesmo ambiente de garantias e de tranquilidade para que todos possam juntos trabalhar pelo engrandecimento da terra comum.

Convencido de que a onda de crimes que se vinha verificando no Estado era motivada, em parte, pelas facilidades com que os cidadãos conduziam armas, está o Governo no momento empreendendo uma campanha visando a evitar o porte de arma, salvo quando tal exija a atividade a que se entregue o condutor.

Dita campanha, iniciada em moldes preventivos, tem tomado as vezes caráter repressivo, embora de maneira suasória. Felizmente a grande maioria da população vem correspondendo aos apêlos do Governo, prestigiando a campanha e aplaudindo as medidas tomadas.

POLÍCIA MILITAR

O aquartelamento da Polícia na Capital apresenta-se insuficiente para o atual efetivo, apesar de haver uma companhia destacada em Palmeira dos Índios e outra em Penêdo. A localização daquêle quartel, em ponto central da cidade, prejudica de modo sensível a instrução, serviços e até mesmo a disciplina da tropa.

O ideal seria a construção de um novo quartel em local mais adequado. As sedes das companhias desta-

cadás em Palmeira dos Índios e Penêdo não estão em melhores condições.

Carece ainda a Polícia Militar de leis e regulamentos que norteiem suas atividades. O Estatuto em vigor data de 1944, sendo, portanto, anterior às Constituições Federal e Estadual. A revisão do referido Estatuto deverá ser efetuada com urgência, incorporando-se ao mesmo as disposições dos regulamentos do Exército Nacional no que fôr aplicável.

A Justiça Militar, outrossim, requer estruturação como respeito aos dispositivos constitucionais.

POLÍCIA CIVIL

Os serviços de polícia civil do Estado, pelas deficiências que apresentam, estão a exigir uma reforma, corrigindo-se as suas falhas e dando-se-lhes um aparelhamento mais eficaz ao desempenho de suas atividades.

O Regulamento do Serviço Policial (decreto n. 1.236, de 11 de abril de 1928) está desatualizado, merecendo cuidadosa revisão.

A polícia técnica, preciosa arma no combate ao crime, não existe entre nós.

O nosso modesto Gabinete de Investigações e Capturas, anexado a uma das Delegacias da Capital, não dispõe de pessoal habilitado.

O próprio Serviço Médico Legal, entregue à direção de competente técnico, possui instalações precaríssimas, faltando-lhe ainda material para a realização das mais simples perícias.

No ano de 1950, o Serviço Médico Legal realizou 447 perícias, das quais 332 no vivo e 115 no morto.

O Instituto de Identificação, outra organização de grande importância na luta contra o crime, está em condições quase idênticas às do Serviço Médico Legal.

Durante todo o ano de 1950, foram identificadas naquêle Instituto 2.444 pessoas.

Superada a crise econômico-financeira que atraves-

samos, na reorganização dos serviços policiais do Estado não deverá ser esquecida a criação de delegacias regionais entregues a titulares em Direito, como base da *polícia de carreira*, a exemplo do que existe em centros mais adiantados.

Com efetivo insuficiente para atender aos seus encargos, a Guarda Civil precisa, por sua vez, quanto antes, de ampliá-lo, proporcionando melhores condições de segurança e garantia à população da Capital.

TRÂNSITO PÚBLICO

As vistas do Govêrno terão de se voltar especialmente para o problema do trânsito público, que permanece insolúvel desde tempos imemoriais.

E' do conhecimento geral a estatística de acidentes que ocorrem em Maceió e no interior do Estado, com prejuizos materiais e até com perdas de vidas humanas preciosas, pela ausência de um sistema recional de trânsito público.

Por outro lado, o regime de impunidade de profissionais e as facilidades observadas na concessão da carteira de motorista, têm a sua parcela de responsabilidade na desorganização geral dos serviços.

Em ocasião propícia, remeterei à Assembléia Legislativa o necessário projeto, por meio do qual pretendo reestruturar a atual Inspetoria do Tráfego, substituindo-a pela Diretoria Geral do Tráfego Público, com o necessário equipamento material e técnico capaz de melhorar as suas condições de eficiência.

Essa reforma está sendo estudada, e para êsse fim obteve o meu Govêrno a colaboração do Govêrno Federal, que colocou à disposição do Estado um técnico no assunto.

SISTEMA PENITENCIÁRIO

Falando em praça pública, nesta capital, por ocasião da campanha eleitoral, em 19 de setembro de 1950,

afirmei o seguinte sôbre a Penitenciária de Maceió:

“Bem no coração da nossa Capital ergue-se o casarão que serve de Penitenciária, abrigando os desajustados sociais, que para ali são enviados pelas autoridades policiais e judiciárias do Estado.

A edificação daquêle velho pardieiro data de 2 de dezembro de 1847, ou seja, de mais de cem anos. Construído o prédio sem obedecer a um plano de conjunto e sem corresponder a uma visão definida das funções de defesa social, já em 1871 recebia palavras de crítica do doutor Thomaz Bonfim Espíndola, notável médico e historiador conterrâneo.

Mudada em 1895 a denominação de cadeia pública para Casa de Detenção (lei n. 106 de agosto de 1895), e mais tarde impropriamente denominada de Penitenciária (decreto n. 1.606 de 16 de janeiro de 1932), a centenária edificação da praça da Independência fere e contraria todas as regras recomendadas pela ciência penitenciária.

Assemelha-se mais, na feliz expressão de um outro médico alagoano, a um trapiche humano. Correccionais, condenados às penas de reclusão e detenção, presos ou criminosos políticos, detidos para simples averiguações policiais ou com processos em formação, ali vivem empilhados, dentro de células de proporções insignificantes, como mercadorias em armazem.

Não temos estabelecimentos especiais para o recolhimento de mulheres e menores, e muito menos manicomio judiciário.

A falta de acomodações, de pessoal habilitado, de trabalho para corrigir a ociosidade dos que ali são segregados temporariamente pela sociedade, tem determinado, nos últimos tempos, um afrouxamento de sua disciplina e o abandono do caráter reeducativo com que se apresenta a pena, sendo fato corriqueiro e banal a plena liberdade fora das prisões de que gozam os infelizes que têm a desdita de infringir as leis penais.

Além do mais, a inexistência de trabalho organizado e produtivo, aproveitando o esforço dos que ali são recolhidos e ao mesmo tempo os preparando para o exercício de uma profissão honesta e lucrativa, representa um pêso nas debilitadas finanças do Estado.

Urge, pois, a construção de uma penitenciária agrícola, em local próximo à Capital, e com uma pequena secção industrial. A preferência por uma penitenciária agrícola emana do fato de que 98% dos sentenciados provêm do interior do Estado ou exerciam antes um ofício atinente à agricultura, devendo, assim, cumprir a pena, serem reconduzidos aos campos, onde, com os conhecimentos técnicos adquiridos, poderão reintegrar-se facilmente na vida rural. A pequena secção industrial terá a finalidade de aproveitar os serviços dos que não são agricultores, fornecendo ainda utilidades às repartições públicas, como sejam, calçados à Polícia Militar e Guarda Civil, móveis escolares, tijolos e telhas para as construções de edificios públicos, etc.

Aproveitando o exemplo de outros Estados da Federação, poder-se-á construir um pavilhão no Recolhimento do Bom Pastor, no Farol, para abrigar as mulheres delinquentes, entregando-se as mesmas aos cuidados das religiosas daquela instituição.

Na Colônia de Alienados, a inaugurar-se, deverá ser feito um pavilhão independente para o manicômio judiciário.

Os menores não deverão jamais ser postos em prisão na mais degradante promiscuidade com adultos, criando-se, ao contrário, estabelecimentos para o seu recolhimento.

A construção de uma penitenciária não dispensará a existência de um depósito para presos na Capital do Estado e de várias prisões nas sedes dos municípios destinados a abrigar os detentos processados e ainda não definitivamente julgados.

A organização do patronato oficial dos egressos e

liberados não deverá ser esquecida porque, no dizer do especialista em ciência penitenciária, não se pode compreender o regime progressivo sem a existência de patronatos dessa natureza.

E' necessidade indeclinável, finalmente, um regulamento para os diferentes estabelecimentos penitenciários do Estado, o qual venha substituir o velho regulamento da Penitenciária de Maceió, baixado pelo decreto n. 101, de 7 de dezembro de 1895, abolindo as extorsivas taxas de carceragem e dando organização aos mesmos estabelecimentos compatível com o nosso nível cultural."

Ao falar-vos hoje, Senhores Representantes do Povo, como Governador do Estado, não desejo em nada modificar as palavras do candidato.

A Penitenciária do Estado, construída há mais de 100 anos para uma lotação de 40 detentos, abriga atualmente 218, sendo 153 sentenciados, 27 pronunciados e 14 correccionais. Encontrei, por isto, ao assumir o Governo do Estado, 53 dêsses detentos utilizados em serviços externos, mediante requisições de chefes de repartições e pessoas idôneas.

Em Santa Fé, propriedade do Estado situada em União dos Palmares, trabalham 26 detentos, que alí se dedicam a serviços agrícolas e à cerâmica. Essa Penitenciária não tem um só guarda, sendo os serviços internos entregues aos próprios detentos.

Tal situação não pode permanecer por mais tempo. Já iniciei os estudos necessários à criação de colônias penais agrícolas em União dos Palmares e Palmeira dos Índios. Em União dos Palmares pretendo construir alojamentos para os detentos na Fazenda Santa Fé. Em Palmeira dos Índios estudo no momento a possibilidade de aproveitar, em caráter provisório, para tal fim, a Colônia Agrícola alí existente. Para ambos os núcleos, dado o regime de relativa liberdade, serão encaminhados apenas os detentos de melhor conduta, não sendo aproveitados os condenados por crime contra a propriedade.

O trabalho agrícola terá a orientação dos técnicos da Secção do Fomento Agrícola, competindo ao Estado provê-los de escolas, casas de farinha, instrumentos agrícolas como arados, foices, enxadas, etc., além de animais, a fim de ajudá-los na faina do campo.

Para minorar a difícil situação em que se encontra a Penitenciária de Maceió, creio que é o que se pode fazer de imediato.

MANICÔMIO JUDICIÁRIO

No plano de obras para o corrente exercício, a cargo do Ministério de Educação e Saúde, figura a construção de um pavilhão destinado a servir de manicômio judiciário.

A construção em aprêço deverá integrar o Hospital Colônia "Portugal Ramalho".

XIII — PROBLEMAS GERAIS

REIVINDICAÇÕES MUNICIPALISTAS

Os municípios alagoanos, em grande maioria, não conhecem ainda os efeitos benéficos das boas vias de comunicação e muitos até o presente não possuem sistema adequado de iluminação elétrica e abastecimento de água.

O problema rodoviário será encarado com realismo e determinação. E quanto ao problema da falta de luz elétrica e instalações de distribuição de água, medidas serão adotadas objetivando permitir aos municípios obtenção dos recursos financeiros indispensáveis, através das instituições de crédito e dentro dos critérios permitidos pela legislação vigente.

Como partidário da revitalização municipal e conforme com o meu programa de Governo, solicitarei da Assembléia Legislativa, tornando efetiva uma das reivindicações mais sentidas de autonomia política e financeira das comunas alagoanas, a regulamentação do art. 6º da Constituição Estadual, que atribui aos Municípios trinta por cento do excesso da arrecadação estadual de impostos sobre o total das rendas locais, anualmente, ressaltando o produto do imposto de exportação.

A nova lei de organização municipal, estatuto básico para a vida dos municípios, certamente merecerá a atenção dessa Assembléia, evitando a desorganização administrativo-financeira das comunas.

LUZ, FORÇA, TELEFONE E TRANSPORTES URBANOS DA CAPITAL

Em consequência do último conflito mundial, generalizou-se por todo o país uma crise de luz, força, telefone e transportes nas cidades de maior densidade demográfica.

Maceió, cuja usina geradora de energia, antes mesmo da última guerra, já se apresentava insuficiente para atender o seu progresso crescente, teve sua situação agravada com o desgaste natural do maquinário.

A empresa concessionária, alegando prejuízos na exploração dos serviços concedidos, vem pleiteando uma majoração de tarifas como base para o reequipamento da sua usina geradora. Nesse sentido encaminhou requerimento ao Conselho Nacional de Águas e Energia, que até agora não lhe deu solução.

O nosso serviço telefônico, o primeiro serviço telefônico automático instalado no país, é, hoje em dia manifestamente insuficiente para suprir às necessidades da nossa população.

Em matéria de transportes urbanos não estamos em melhores condições.

Providências de caráter urgente, portanto, deverão ser tomadas para assegurar à nossa Capital condições mínimas indispensáveis para o seu desenvolvimento e para o bem estar de sua população.

Há um requerimento da empresa concessionária do serviço, que foi encaminhado pelo meu antecessor a essa Assembléia, cujo pronunciamento aguardo.

ASSISTÊNCIA SOCIAL

E' este um dos setores que deve merecer cada vez mais a atenção dos poderes públicos. Pelas proporções que está tomando o serviço social em todos os países civilizados, podemos avaliar a importância sempre cres-

cente que desempenha no mundo moderno essa atividade que, sem ser recente, se reveste hoje, entretanto, de aspectos inteiramente novos. De fato, considerando-se a valorização do homem como a base do progresso e da prosperidade de uma coletividade, não se pode deixar de dar a maior ênfase possível ao trabalho que vise recuperar para a sociedade o valor negativo que constitui um povo doente, ignorante e miserável.

Ninguém desconhece que Alagoas é um dos Estados em que o povo atingiu um grau altíssimo de doença, de ignorância e de necessidade. Faz-se mister, portanto, que se encare de frente esta angustiosa questão, buscando resolvê-la não apenas com a iniciativa particular, cuja ação é necessariamente restrita, mas sobretudo através de uma organização ampla, que coloque o problema em grandes linhas e cuja estruturação racional busque, para os seus múltiplos aspectos, as soluções mais adequadas dentro da nossa realidade.

Examinando os orçamentos passados verificamos que o que se tem realizado até agora em matéria de assistência social no Estado é quase exclusivamente de caráter particular. A prova disso está em que as disponibilidades reservadas para êsse fim, no Orçamento do Estado, não chegam sequer para a conservação das entidades civís que a promovem, pois sob a rubrica "Subvenções para Assistência Social", consigna a nossa lei de meios a irrisória quantia de Cr\$ 211.156,00 para 23 instituições. Sabido como é que o número dessas instituições tem aumentado constantemente, chegamos à conclusão de que o Estado praticamente está desinteressado do problema. E' meu propósito incentivar e propiciar o aumento da iniciativa privada no terreno da assistência social. Nos termos da Mensagem Presidencial, "impõe-se maior articulação das atividades de associações ou fundações, entidades de classe, órgãos estaduais e municipais, serviços autarquicos e outros, visando a evitar duplicação de iniciativas, dispersão e,

consequentemente, desperdício de recursos." A fim de remediar esta grave deficiência, tenciona o Govêrno criar uma organização que terá como finalidade prestar todo apôio e dar orientação técnica às obras assistenciais em nosso Estado, coordenando-lhes as atividades e secundando-lhes os esforços a fim de que fique, pelo menos, equacionado, entre nós, o problema da assistência ao doente pobre, ao velho, ao mendigo, à criança abandonada, etc. E' nosso pensamento apresentar brevemente a essa Assembléia um projeto de lei, baseado na organização do Conselho Nacional de Serviço Social, criando uma Fundação, cuja ação se estenderá às instituições hospitalares que mantenham leitos gratuitos, a ambulatórios, crèches, orfanatos, etc., canalizando para essas obras, e fiscalizando o emprêgo que delas fizerem, as subvenções estaduais e também federais, desde que nada existe em contrário no decreto n. 29.425, de 2 de abril dêste ano, que dispõe sôbre o processamento das subvenções e contribuições da União.

Além das funções específicas acima enumeradas, a mencionada organização terá a seu cargo secundar a ação do Govêrno na magna tarefa de formar uma consciência sanitária e despertar no nosso povo a convicção de que, se não vencermos a fase colonial em que nos encontramos em questões de saúde, estaremos trabalhando em vão.

Atacará, assim, o Govêrno o problema pelos seus dois principais ângulos, desde que "o nível de saúde de um povo é corolário do seu progresso econômico e somente a gradual ascensão dos padrões sociais e educativos da vida nacional e a melhoria do nível de bem estar da população poderão conduzir ao aperfeiçoamento dos nossos índices sanitários."

CONCLUSÃO

Senhores membros do Poder Legislativo

Estou cumprindo, como vos expus, o meu dever, no empenho de realizar o que prometi ao povo alagoano durante a campanha eleitoral. Mas não me satisfaz apenas o cumprimento das minhas promessas, tantos, tão graves e tão agudos são os problemas que clamam por solução. Se me animo a novas empresas não é evidentemente pela consciência de um poder que não posso, nem pela confiança em forças próprias que evidentemente me faltam, pois desde logo sinceramente vos confesso a minha humildade e a minha timidez diante da grandiosidade da obra a realizar. Vale-me nesta conjuntura a paixão do bem público, que me domina e me incentiva. Fortalece-me sobretudo o espetáculo da vossa unidade, cujas causas identifico no anseio de todos vós de serem úteis a Alagoas, propiciando-lhe o que ela de há muito espera dos seus dirigentes para que o povo se torne menos necessitado e mais feliz: uma ordem de coisas em que a Liberdade, a Paz, o Direito, a Segurança Econômica, a Justiça Social não sejam valores renegados mas reconhecidos, exaltados e defendidos pelo Poder Público.

Eu vos desejo, senhores representantes do povo alagoano, o mais completo êxito no vosso labor legislativo, e vos reafirmo a minha confiança na vossa ação.

Palácio do Govêrno, em Maceió, 21 de abril de 1951.

ARNON DE MELLO
Governador do Estado

ANEXOS

**RELATÓRIO APRESENTADO AO SENHOR GOVERNADOR DO ESTADO PELO SECRETARIO DA
—— FAZENDA E DA PRODUÇÃO ——**

Senhor Governador:

Aos assumir recentemente a direção desta Secretaria, verifiquei, no primeiro encontro com os negocios fazendarios, que não era boa a situação financeira deixada pela anterior administração do Estado.

Em face da inexistência de lei de meios, adequada às exigências da hora atual, evidencia-se que o erário está impossibilitado de enfrentar os encargos que se criaram sem os correspondentes recursos financeiros.

Pelas vigentes responsabilidades do Tesouro, já agora se registra em Cr\$ 36.876.287,60 o deficit previsto para o exercício corrente.

A preocupação desta Secretaria envolveu, no momento, a busca de medidas destinadas ao equilibrio financeiro.

Neste sentido, estou examinando os vários pontos fracos do setor fiscal, com a finalidade de dar à receita pública o necessário ritmo de ordem.

Para tal objetivo, evspero contar com a valiosa colaboração das classes conservadoras.

Certo é que os recursos de que carece o Tesouro precisam vir de outras fontes que não somente as tributárias.

A melhoria das condições de desenvolvimento agrícola e industrial influirá muito nos resultados da arrecadação.

Sei que Vossa Excelência está interessado no real aproveitamento da ação dos serviços rodoviários e de fomento agrícola.

Com todos esses elementos em linha de estudos, esta Secretaria oportunamente submeterá à aprovação de Vossa Excelência

a indicação dos meios de conjurar as dificuldades que ora afligem a Fazenda Estadual.

Ai ficam os comentários sôbre a situação que se revela mais ligada à movimentação dos dinheiros públicos.

Outros aspectos do quadro financeiro da administração passada pertencem ao julgamento do Poder Legislativo, notadamente no que tange a despesas realizadas, sem autorização legal, na importância de Cr\$ 9.394.969,40 (nove milhões, trezentos e noventa e quatro mil, novecentos e sessenta e nove cruzeiros e quarenta centavos).

Documentando o que acabo de informar a Vossa Excelência, transcrevo, a seguir, a exposição que em 2 do corrente me dirigiu o senhor Contador Geral do Estado:

«Cumprindo determinação de V. Excia, exponho a seguir os dados da situação financeira do Estado.

CONTAS DO EXERCÍCIO DE 1950

Dependentes embora da conclusão dos trabalhos de conferência dos empenhos de despesa, as contas do exercício de 1950 já indicam com muita aproximação o resultado que abaixo se define:

Recursos Financeiros de		
1949	9.373.235,50	
Receita Orçamentária		
Arrecadada	80.675.664,60	90.048.900,10

Menos

Despesa Orçamentária		
Realizada	80.636.664,60	
Despesas Realizadas sem		
Crédito	9.394.969,40	90.031.634,00

Recursos financeiros não onerados Cr\$ 17.266,10

A comprovação desses recursos está nas seguintes parcelas:

Ativo Financeiro

Caixa Geral	1.170.205,40
Agentes Responsáveis	9.629.557,80
Estações de Arrecada-	

ção, c Exatores	4.639.934,50	
Bancos e Corresponden- tes	9.736.676,30	25.176.374,00

Passivo Financeiro

Restos a Pagar de . . .		
1946 1949	341.634,10	
Restos a Pagar de 1950	4.037.086,90	
Depositos Especiais . .	11.385.417,50	15.764.138,50

9.412.235,50

Menos

Despesas Realizadas sem Crédito (re- tificação do ativo financeiro) . . .	9.394.969,40	
Recursos financeiros não onerados . .	Cr\$ 17.266,10	

Prendem-se ao ativo financeiro as notas que se seguem:

1) As despesas realizadas sem crédito figuram, em virtude de ordem superior, a débito de:

Agentes Responsáveis

Comissão de Saneamento de Maceió .	8.225.539,60
Diretor do Serviço de Doenças Mentais	100.000,00

8.325.539,60

Estações de Arrecadação, c Exatores .	1.069.429,80
---------------------------------------	--------------

Cr\$ 9.394.969,40

2) Dada a segurança que se deve emprestar ao **passivo financeiro**, é de se promover a revisão das condições dos seguintes depósitos inscritos em Bancos e Correspondentes:

Caixa de Crédito Agrícola de Alagoas	3.419.017,10
Cooperativa Banco da Lavoura, Co- mercio e Industria de Alagoas Ltda	3.089.274,90
Cooperativa Banco Popular e Agrícola de Palmeira dos Índios, c Prazo Fixo	1.036.068,00
Cooperativa Banco Popular de Major Izidoro Ltda.	273.707,60

Estado as seguintes dividas consolidadas cujo serviço de amortização e juros possui obrigatoriamente verbas próprias nos orçamentos anuais.

Apólices 1886 — 5%	82.400,00
Apólices 1906 — 5%	28.900,00
Banco do Brasil, c Contrato de 30.12.46	17.333.333,20
Empréstimo Externo — 1906 — 5%	5.295.007,90
	<hr/>
	Cr\$ 22.739.641,10
	<hr/>
	<hr/>

Todos êsses algarismos, fornecidos pela Contadoria Geral do Estado, mostram significativamente a debilidade de um quadro que é o reflexo de imprevidências administrativas.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelencia os meus protestos de estima e consideração.

a) **Dr. José Maria de Melo**
Secretário da Fazenda e da Produção.

CONTAS DO EXERCICIO DE 1950

EXPOSIÇÃO DA CONTADORIA GERAL DO ESTADO

I — EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA

São os seguintes os algarismos da execução orçamentária de 1950:

	Cr\$.
Receita orçamentária arrecadada	80.675.664,60
Despesa orçamentária realizada	80.630.600,00
	<hr/>
Superavit	45.064,60

Confirma-se a seguir o saldo positivo:

	Cr\$.
Menor despesa orçamentária realizada	14.221.243,90

Menos

Menor receita orçamentária arrecada-		
da	4.177.326,50	
Créditos adicionais	9.998.852,80	14.176.179,30
	<hr/>	<hr/>
Superavit		45.064,60

II — POSIÇÃO FINANCEIRA DO ESTADO

Ao encerrar-se o exercício de 1950, a posição financeira do Estado, excluídas as dívidas não empenhadas, definia-se assim:

	Cr\$.
Comissão de Estradas de Rodagem	4.716.893,20
Credores Diversos	
Funcionalismo (Acréscimo de vencimentos conferido pela Lei n. 127, de 3.9.1949)	4.900.000,00
Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado	1.280.000,00
Outros Credores	595.279,70
	<hr/>
	6.775.279,70
	<hr/>
	11.492.172,90

Tais encargos, inscritos no passivo permanente, mostram, dada a insuficiência de recursos financeiros, que o exercício de 1950 foi encerrado com um descoberto de Cr\$ 11.468.842,20, conforme a demonstração seguinte:

Compromissos a se resgatarem por meio de abertura de crédito adicional	11.492.172,90
Menos	
Diferença a favor do ativo financeiro	23.330,70
	<hr/>
Descoberto	11.468.842,20

III — RESULTADO ECONÔMICO

Oteve-se no exercício de 1950 um superavit econômico de Cr\$. 5.652.141,90, a saber:

Patrimônio Líquido em 31 12 1950	75.968.604,70
Menos	
Patrimônio Líquido em 31 12 1949	70.316.462,80
	<hr/>
Superavit econômico	5.652.141,90

A êsse resultado subordinam-se os seguintes números da conta patrimonial:

Construção de Bens Imóveis:

Por verba estadual	315.403,50	
Por verba federal	4.322.172,20	4.637.575,70
Aquisição de Bens Móveis		107.758,00
Aquisição de Títulos		2.402.000,00
Dívida Ativa do Exercício		833.462,20
Retificação da Dívida Ativa até 1949		248.736,30
Bancos e Correspondentes, c Serviço da Dívida Externa		102.970,00
Comissão de Saneamento de Maceió, c Obras:		
Por verba estadual	1.665.714,00	
Por verba federal	5.999.928,10	7.665.642,10
<hr/>		
Comissão de Saneamento de Maceió, c Despesas de Financiamento		1.154.691,80
Banco do Brasil, c Contrato de 30.12.1946		1.333.333,40
Superavit da execução orçamentária		45.064,60
		<hr/>
		18.531.234,10

Menos

Cobrança da Dívida Ativa	488.618,30	
Prefeitura Municipal de Santana do Ipanema, c Decreto-lei n. 3.012	71.145,70	
Serviços de Águas e Esgotos de Maceió, c Lei n. 1.467	713.500,00	
Comissão de Estradas de Rodagem	4.716.893,20	
Credores Diversos	5.775.279,70	
Juros e Comissões da Dívida Externa	113.655,30	12.879.092,20
		<hr/>
Superavit econômico		5.652.141,90

Concorreu para o superavit econômico a participação das seguintes verbas federais:

Construção de Bens Imóveis (prédios escolares e outros)	4.322.172,20
Comissão de Saneamento de Maceió, c Obras (Decreto Federal n. 28.175, de 2.6.1950)	5.999.928,10
	<hr/>
	10.322.100,30

IV — RECEITA ORÇAMENTÁRIA

No exercício de 1950, foi a receita arrecadada inferior à prevista em Cr\$ 4.177.326,50, conforme a demonstração seguinte:

	Cr\$.
Receita prevista	84.852.991,10
Receita orçamentária arrecadada	80.675.664,60
	4.177.326,50

Os algarismos da receita orçamentária arrecadada assim se apresentam:

	Cr\$.	%
Imposto sobre Vendas e Consignações ..	48.648.599,90	60,30
Taxa Rodoviária	9.135.947,60	11,32
Imposto sobre Transmissão de Propriedade		
Imovel Inter-vivos	4.142.122,70	5,13
Imposto sobre Indústrias e Profissões ..	3.942.416,30	4,89
Eventuais	2.290.573,50	2,84
Imposto Territorial	2.243.230,30	2,78
Contribuições dos Municípios	2.024.497,40	2,51
Imposto sobre Transmissão de Propriedade		
de Causa-Mortis	1.276.950,20	1,58
Imposto de Sêlo	1.048.229,10	1,30
Receita de Indenizações e Restituições .	1.032.487,20	1,28
Imposto sobre Exportação	1.019.685,20	1,26
Estabelecimentos e Serviços Diversos ..	572.533,20	0,71
Renda de Capitais	569.712,80	0,71
Receita de Exercícios Anteriores	554.021,00	0,69
Taxa de Estatística	532.115,50	0,66
Cobrança da Dívida Ativa	488.618,30	0,60
Taxa de Serviços de Trânsito	330.945,60	0,41
Multas	260.724,60	0,33
Imposto sobre Exploração Agrícola e Industrial		
..	187.576,60	0,24
Taxa de Fiscalização e Serviços Diversos	129.031,10	0,16
Taxa para Fins Educativos	124.069,10	0,15
Renda Imobiliária	72.377,40	0,09
Quotas de Fiscalizações Diversas	49.200,00	0,06
	80.675.664,60	100

Comparam-se a seguir as arrecadações orçamentárias de 1949 e 1950:

	em milhares de cruzeiros			
	1949	1950	+ e - em	1950
Imposto sobre Vendas e Consignações	46.646	48.649	+	2.003
Taxa Rodoviária	8.744	9.136	+	392
Imposto sobre Transmissão de Propriedade Imovel Inter-Vivos	2.781	4.142	+	1.361
Imposto sobre Indústrias e Profissões	5.666	3.942	-	1.724
Operações de Crédito	3.728	—	-	3.728
Eventuais	2.220	2.291	+	71
Imposto Territorial	2.249	2.243	-	6
Contribuições dos Municípios	1.926	2.024	+	98
Imposto sobre Transmissão de Propriedade Causa-Mortis	935	1.277	+	342
Imposto de Sêlo	987	1.048	+	61
Receita de Indenizações e Restituições	106	1.033	+	927
Imposto sobre Exportação	4.006	1.020	-	2.986
Estabelecimentos e Serviços Diversos	561	573	+	12
Renda de Capitais	536	570	+	34
Receita de Exercícios Anteriores	591	554	-	37
Taxa de Estatística	512	532	+	20
Cobrança da Dívida Ativa	812	489	-	323
Taxa de Serviços de Trânsito	317	331	+	14
Multas	239	261	+	22
Imposto sobre Exploração Agrícola e Industrial	237	187	-	50
Taxa de Fiscalização e Serviços Diversos	172	129	-	43
Taxa para Fins Educativos	126	124	-	2
Renda Imobiliária	111	72	-	39
Quotas de Fiscalizações Diversas	47	49	+	2
	<hr/>	<hr/>		<hr/>
	84.255	80.676	-	3.579

V — DESPESA ORÇAMENTÁRIA

A despesa autorizada para o exercício de 1950 é vista assim:

Créditos orçamentários 84.852.991,10

Créditos adicionais:

Suplementares	8.212.087,30	
Especiais	1.786.765,50	9.998.852,80
		<hr/>
		94.851.843,90

No confronto seguinte, a despesa orçamentária realizada é menor do que a autorizada em Cr\$ 14.221.243,90:

Cr\$.

Despesa autorizada	94.851.843,90
Despesa orçamentária realizada	80.630.600,00
	<hr/>
Menor despesa orçamentária realizada	14.221.243,90

E' a seguir distribuído o montante da despesa orçamentária realizada:

	Cr\$.	%
Administração Geral	12.031.741,90	14,92
Exação e Fiscalização Financeira	5.978.492,50	7,41
Segurança Pública e Assistência Social	13.678.967,80	16,97
Educação Pública	14.740.422,00	18,29
Saúde Pública	8.592.131,40	10,66
Fomento	52.227,00	0,05
Serviços Industriais	858.408,90	1,07
Dívida Pública	2.596.560,20	3,22
Serviços de Utilidade Pública	9.921.893,80	12,31
Encargos Diversos	12.179.754,50	15,10
	<hr/>	<hr/>
	80.630.600,00	100

Os elementos da despesa orçamentária realizada são estes:

	Cr\$.	%
Pessoal Fixo	46.042.014,00	57,10
Pessoal Variável	9.237.350,00	11,46
Material Permanente	107.758,00	0,14
Material de Consumo	4.333.742,40	5,37
Despesas Diversas	20.909.735,60	25,93
	<hr/>	<hr/>
	80.630.600,00	100

Receita		
Receita Orçamentária	80.675.664,60	
Receita Extra-orçamentária	49.628.163,10	130.303.827,70
		<hr/>
Saldos de 1949		35.545.738,00
		<hr/>
		165.849.565,70
		<hr/>
Despesa		
Despesa Orçamentária	80.630.600,00	
Despesa Extra-orçamentária	60.042.591,70	140.673.191,70
		<hr/>
Saldos para 1951		25.176.374,00
		<hr/>
		165.849.565,70
		<hr/>

VIII — BALANÇO PATRIMONIAL

Ao encerrar-se o exercício de 1950, o balanço de ativo e passivo oferecia, em títulos gerais, as parcelas abaixo:

Ativo		
Ativo Financeiro	25.176.374,00	
Ativo Permanente	100.782.118,60	125.958.492,60
		<hr/>
Ativo Compensado		149.747.373,30
		<hr/>
		275.705.865,90
		<hr/>
Passivo		
Passivo Financeiro	15.758.073,90	
Passivo Permanente	34.231.814,00	49.989.887,90
		<hr/>
Saldo Econômico (Patrimônio Líquido)		75.968.604,70
Passivo Compensado		149.747.373,30
		<hr/>
		275.705.865,90
		<hr/>

IX — BANCOS E CORRESPONDENTES

Em 31 de dezembro último, importavam em Cr\$ 9.736.676,30 os depósitos a débito de Bancos e Correspondentes.

Para fins de classificação no ativo financeiro, é de se promover o exame das condições dos seguintes depósitos ligados ao montante acima:

Caixa de Crédito Agrícola de Alagoas	3.419.017,10
Cooperativa Banco da Lavoura, Comércio e Indústria de Alagoas Ltda., c Aviso Prévio	662.404,70
Cooperativa Banco da Lavoura, Comércio e Indústria de Alagoas Ltda., c Movimento	2.426.870,20
Cooperativa Banco Popular de Major Izidoro Ltda., c Aviso Prévio	273.707,60
Cooperativa Banco Popular e Agrícola de Palmeira dos Índios Ltda., c Prazo Fixo	1.036.068,00

Quanto a uma das parcelas em referência, vale ainda nesta hora a seguinte nota exarada nas Contas do Exercício de 1947:

«Convém transformar em empréstimo, por meio de crédito especial a quantia que o Estado depositou na Caixa de Crédito Agrícola de Alagoas.

Isso é determinado pelo fato de se achar a mesma quantia presa hoje a financiamentos de liquidação morosa».

Não obstante essa nota, conferiu-se ao depósito em causa, em virtude de determinação superior, o caráter de disponibilidade garantidora de créditos destinados às obras do saneamento de Maceió.

X — DESPESAS REALIZADAS SEM CRÉDITO

Das despesas realizadas sem crédito tem-se o seguinte: Registradas pelo Conselho de Finança:

Agentes Responsáveis:		Cr\$.
Comissão de Saneamento de Maceió	8.225.539,60	
Diretor do Serviço Nacional de Doenças Mentais	100.000,00	8.325.539,60
Não apresentadas a registro do mesmo Conselho:		
Estações de Arrecadação, c		
Exatores		1.069.429,80
		<hr/>
		9.394.969,40

A regularização das parcelas acima deverá ser feita por meio de abertura de crédito adicional.

XI — OBRAS DO SANEAMENTO DE MACEIÓ

Tais obras, somente realizadas na parte referente ao serviço de águas, consumiram, desde o seu início até 31 de dezembro último, as seguintes importâncias:

Por verba estadual	28.370.761,80	
Por verba federal	5.999.928,10	34.370.689,90
		<hr/>
Sem autorização legal (Agentes Responsáveis) . .		8.225.539,60
		<hr/>
		42.596.229,50

Prende-se às mesmas obras a seguinte informação que, no ano passado, o autor destas notas consignou no processo S.P.F. 5843-50:

«Verificã-se na exposição de fls. isto:

a) que os serviços inaugurados necessitam, para o seu complemento, de Cr\$ 385.000,00, dispensados os honorários de administração;

b) que as obras de consolidação, inclusive imprevistos, exigem um acréscimo de despesas no valor de Cr\$ 540.000,00;

c) que um dos seguintes alvitres deverá ser adotado, no tocante ao custeio do Serviço de Águas e Esgôtos de Maceió (SAEM):

1) ou uma subvenção anual de Cr\$ 360.000,00;

2) ou um empréstimo de Cr\$ 2.600.000,00, destinado a ampliação da rede de abastecimento.

Trata-se de mais uma exposição sôbre acréscimo de despesas.

No terreno da 1ª etapa das obras contratadas, os cálculos do Escritório Saturnino de Brito comportaram-se mais ou menos assim: Cr\$ 20.000.000,00, nos primeiros meses; 30.000.000,00, com a solução Catolé; Cr\$ 41.000.000,00, com a justificativa de modificações do plano inicial; Cr\$ 44.000.000,00, com outras modificações expostas na véspera da inauguração do serviço de águas; Cr\$ 45.000.000,00, com os acréscimos indicados na presente exposição.

A verdade é que até este momento as despesas montam a Cr\$ 43.414.811,50, sendo o seu custeio operação de sacrifício para o Tesouro, desde o serviço de amortização e juros do em-

préstimo de Cr\$ 20.000.000,00 até as requisições a um orçamento pobre de benefícios imediatos à coletividade.

Não cabem a esta Contadoria outras apreciações que não as atinentes aos recursos financeiros para os Cr\$ 925.000,00 agora indicados como novos acréscimos.

O erário está esgotado. Caminha-se para o registro de um descoberto superior a Cr\$ 13.000.000,00. Não ha, pois, como satisfazer o requerido na exposição de fls.

Quanto a um dos alvitre para o custeio do SAEM, o do empréstimo, é de se esperar novo pronunciamento do Escritório Saturnino de Brito».

XII — BENS MÓVEIS

Na conta Bens Móveis há o seguinte:

Valor em 31.12.1949	15.506.144,40
Aquisições em 1950	107.758,00
	<hr/>
	15.613.902,40

Apresentaram-se, nas Contas do Exercício de 1949, vultosas retificações nos valores antes inscritos.

Em virtude dessa ocorrência, cabe ao Departamento do Serviço Público rigorosa revisão nos inventários de todas as repartições do Estado.

XIII — BENS IMÓVEIS

Figuram na conta Bens Imóveis:

Inscrições até 31.12.1949 ..	31.481.863,80
Construções em 1950:	
Por verba estadual	315.403,50
Por verba federal	4.322.172,20
	<hr/>
	4.637.575,70
	<hr/>
	36.119.439,50

Os valores acima estão aquém da realidade.

Isso é falha merecedora de correção imediata.

No caso, considerem-se ainda agora as seguintes palavras do officio que em abril de 1950 o autor destas linhas expediu à Secretaria da Fazenda e da Produção:

«Em 1941, segundo o regulamento aprovado pelo Decreto n. 2.666, o registro analítico dos bens imóveis do Estado passou a ser uma das tarefas da Procuradoria da Fazenda.

Visou certamente o diploma legal em apreço, quanto ao citado registro, a regularização da atividade relativa às aquisições e variações imobiliárias.

Mas foi nulo o resultado da medida: continuaram as antigas falhas, não obstante as repetidas advertências desta Contadoria.

Em face de sugestões d'este departamento de contas, designou o governo, conforme Diário Oficial de 11 de junho de 1942, comissão especial para a revisão do patrimônio imobiliário.

Pela cópia inclusa do ofício 62—43 desta Contadoria, notará V. Excia. que a citada revisão sempre fôra reclamada.

Criou-se, antes da vigência do Decreto-lei n. 3.285, de 27 de maio de 1947, o Serviço do Patrimônio, órgão destinado ao registro e administração de todos os bens imóveis do Estado.

Segundo o Decreto-lei n. 3.300, de 4 de julho de 1947, o referido Serviço ficou diretamente subordinado ao Chefe do Poder Executivo e perdeu, pelas disposições de seu regulamento, a atribuição correspondente ao registro e administração dos imóveis de uso especial.

Desde a designação de junho de 1942 até hoje, só se conseguiu agravar a situação irregular da administração do patrimônio público. Permanecem sem registro imóveis cujo valor orça por milhões de cruzeiros.

Afim de se corrigir essa grande irregularidade, é indispensável que V. Excia. proponha ao Chefe do Executivo seja pelo Departamento do Serviço Público reorganizado o Serviço do Patrimônio do Estado, tendo em vista as observações expendidas neste ofício».

XIV — INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO (IPASE)

No tocante ao convênio existente entre o Estado e o IPASE, merece atenção ainda hoje o seguinte trecho da Exposição de Contas do Exercício de 1947:

«Em ofício de 19 de março de 1945, a Contadoria Geral do Estado mostrou as deficiências do convênio de 27 de maio de 1943.

Do citado ofício procederam, de algum modo, as cláusulas aditivas de 12 de setembro de 1945.

E' certo que à nova orientação não se subordinou até agora o trabalho de levantamento do acervo do antigo Montepio dos Servidores do Estado.

Um dos entraves à ordem desejada decorre da circunstância de não possuir o Tesouro a prestação de contas das contribuições de inativos e avulsos ao IPASE recolhidas entre maio de 1943 e outubro de 1945.

Assinale-se a inexistência, na Fazenda, de registro para os descontos mensais sôbre grande número de pensões do antigo Montepio.

Medida contra os empecilhos é instituir-se para o convênio fiscalização permanente.

Assim, funcionário especializado, com exercício na Secção de Despesa do Tesouro, encarregar-se-ia de:

- a) liquidar o acervo do antigo Montepio;
- b) conferir, à vista de livro devidamente organizado, as relações mensais de pensões que o IPASE paga por conta do Estado;
- c) regularizar o assentamento das contribuições recolhidas ao antigo Montepio;
- d) levantar o quadro das contribuições de inativos e avulsos recolhidas ao IPASE até outubro de 1945;
- e) providenciar sôbre o pagamento do pecúlio ou pensão de que se ocupam os artigos 10 e 11 do Decreto-lei n. 3.056, de 13 de outubro de 1945;
- f) normalizar a situação das contas de empréstimo do antigo Montepio;
- g) fiscalizar o convênio firmado entre o Estado e o IPASE».

XV — RESPONSABILIDADES VENCIDAS

Para as providências que ainda se fazem necessárias, transcreve-se a seguir o officio que em abril de 1950 o autor da presente exposição dirigiu ao então titular da Fazenda:

«Comunicações sôbre responsabilidades vencidas essa Secretaria em todas as épocas recebeu deste departamento.

E' de se considerar útil a repetição de assunto referente à ordem contábil e à boa aplicação dos dinheiros públicos.

A suposição de existência de falhas nos pedidos de liquidação de responsabilidades foi em tempo destruída, segundo se vê da inclusa cópia do officio 64-43 desta Contadoria Geral.

Figuram, nas Contas do Exercício de 1949, os seguintes títulos sempre dependentes de liquidação a curto prazo:

- a) Adiantamentos;
- b) Agentes Responsáveis;
- c) Diversos Responsáveis;

Verificam-se em cada um desses títulos responsabilidades vencidas desde 1930.

A relevância da matéria levou o Governo, por sugestão desta Contadoria, a criar, em 1942, a Comissão de Liquidação de Débitos e Créditos do Estado.

Do trabalho dessa Comissão pouco resultou.

Pelo exposto, compreenderá agora V. Excia. a necessidade de providências enérgicas no sentido de se ativar, para fins de liquidação, além da marcha dos processos de prestação de contas, a chamada dos responsáveis que se encontram atrasados na apresentação dos comprovantes da aplicação de somas recebidas» .

Em 31 de dezembro último, as contas referidas na transcrição acima assim se indicavam:

Adiantamentos	33.758.192,40
Agentes Responsáveis	9.629.557,80
Diversos Responsáveis	238.832,60

XVI — SERVIÇO DA DÍVIDA EXTERNA

Por força do Decreto-lei federal n. 6.019, de 23 de novembro de 1943, o serviço da dívida externa do Estado continua a cargo da União.

Figura a débito do Governo Federal, para aplicação no referido serviço, a importância de Cr\$ 595.162,00.

Devem constituir parcelas de amortização ou resgate dos compromissos externos do Estado as seguintes disponibilidades inscritas em Bancos e Correspondentes — c) Serviço da Dívida Externa:

Coutts & Co. — Londres	Frs.	155.000,00
M. C. Duclos — Paris	Frs.	2.161.525,00
Investment Registry — Londres	£	9.038—16—10
Lloyds Banck — Londres	£	1.747—15—08

XVII — DA FORMAÇÃO DE ESTOQUES DE MATERIAL

Não cumprindo até hoje, o Decreto n. 2.996, de 18 de janeiro de 1945, que instituiu o Almoxarifado Geral do Estado, encerra preceitos sobre a formação de estoques de material.

Há provavelmente no Departamento do Serviço Público os modelos e normas que decorreram da elaboração do referido Decreto-lei.

A respeito do assunto o autor destas notas enviou, no ano passado, ao então titular da Fazenda o seguinte ofício:

«Vários almoxarifados independentes existem na administração estadual.

Abastecidos através de dotações orçamentárias, tais almoxarifados, pela falta de centralização, acumulam materiais cujo movimento não se funda, até certo ponto, em princípios contábeis e econômicos.

Estão no mesmo caso os pequenos depósitos de material de consumo das diferentes repartições do Estado.

Apresentou esta Contadoria, em ofício de 3 de junho de 1942, sugestões sobre o controle de material.

Teve o assunto o devido apreço: houve logo instruções governamentais.

Mas as normas estabelecidas só se prendem a um lado da questão.

A parte mais importante é a centralização das entradas e saídas de material.

Disso tratou, com objetividade, o Decreto-lei n. 2.996, de 18 de janeiro de 1945.

Esse diploma legal, não observado até hoje, orientou as seguintes palavras da sugestão que, no Rio de Janeiro, ofereci em agosto de 1949 à III Conferência de Técnicos em Contabilidade Pública e Assuntos Fazendários:

«Nem sempre a despesa de material ocupa posição bem definida no orçamento.

E' que o Padrão Orçamentário em vigor, não obstante as suas colunas de mutações patrimoniais e despesas efetivas, ainda está longe de oferecer absoluto controle ao registro dos bens patrimoniais.

O problema reside na formação de estoques em almoxarifados.

Muitos materiais que se transferem de um para outro exercício tomam destino diverso do que lhes foi atribuído no ato de sua aquisição.

Há exemplos de se aplicarem na construção de edifícios públicos materiais comprados por conta de dotações de despesa efetiva.

Nesses casos, como verificar, obedecido o Padrão Orça-

mentário em vigor, a repercussão que sôbre o patrimônio teve a execução do orçamento?

O assunto mereceu a atenção do Governo do Estado de Alagoas.

No Decreto-lei n. 2.996, de 18 de janeiro de 1945, dêsse Governo figuram os seguintes dispositivos:

Art. 1º — Fica criado, integrando a Divisão do Material do Departamento do Serviço Público (D.S.P.), o Almojarifado Geral do Estado (A. G. E.), para formação de estoques de material necessário ao abastecimento das repartições estaduais.

Art. 2º — Publicado o orçamento do Estado, as dotações destinadas à aquisição de material permanente e de consumo ficarão automaticamente distribuídas ao Departamento do Serviço Público.

Art. 3º — Será instituída, na Contadoria Geral do Estado, uma conta especial de ativo financeiro, cujo saldo devedor representará estoque de material disponível.

Art. 4º — A despesa com o fornecimento de material pelo A.G.E. às repartições será debitada à dotação própria de cada repartição, mediante empenhos e créditos da conta referida no art. 3º.

Art. 5º — As aquisições de material pelo A.G.E. ficarão subordinadas à conta especial a que se refere o art. 3º dêste Decreto-lei, correndo seu pagamento por conta de depósito especial no Banco do Brasil, livremente movimentado pelo Diretor Geral do Departamento do Serviço Público».

O material dos almojarifados, em virtude de tais disposições, inscreve-se entre os valores de que trata o parágrafo 1º do artigo 42 das Normas aprovadas pelo Decreto-lei n. 2.416, de 17 de julho de 1940.

A cogitação de se assegurar perfeita ordem às entradas e saídas do material destinado ao serviço público é motivo para se devassarem novos rumos contábeis.

Ubaldo Lôbo e João Ferreira de Moraes Júnior, em certa parte da justificação do seu ante-projeto de Lei de Contabilidade Pública, apresentado em 1940, assim se expressam:

«Cercar de mil formalidades e precauções o gasto de poucos mil réis e não cuidar do destino que tomam milhares e milhares de contos de material e

outros bens, é, positivamente, querer enganar-se a si mesmo e não compreender o que seja administração. Administrar não é só arrecadar e gastar, mas ainda guardar, vigiar e aplicar convenientemente os bens pertencentes ao Estado.

Esquecer que as entradas e as saídas de material nos almoxarifados equivalem, afinal, a entradas e saídas de dinheiro nas Tesourarias é prejudicar inconscientemente os contribuintes e a Nação».

Essas ponderações abrem caminho à defesa da iniciativa alagoana.

Isso quanto ao emprego exato do material dos almoxarifados.

Considere-se ainda a necessidade da obtenção de rigorosa concordância entre a despesa de mutações patrimoniais e a incorporação de valores ao ativo permanente.

Em face do exposto, sugere-se à III Conferência de Técnicos em Contabilidade Pública e Assuntos Fazendários que as aquisições de material para formação de estoques em almoxarifados se façam independentemente de classificação orçamentária, embora se subordinem aos totais dos créditos votados a favor de unidade ou grupo de serviços da administração pública».

Concordando com a sugestão acima transcrita, a VIII Comissão — «Aspectos Econômico — Patrimoniais do Orçamento», em relatório enviado ao Presidente da referida Conferência, exarou esta proposição:

**«OS ESTOQUE DE MATERIAL INCORPORADOS
AO ATIVO FINANCEIRO COMO VALORES REALI-
ZAVEIS, SERÃO UTILIZADOS MEDIANTE EMPENHO
A CONTA DAS DOTAÇÕES DAS REPARTIÇÕES
REQUISITANTES**

JUSTIFICATIVA

«E' de toda conveniência, como a experiência tem fartamente demonstrado, a compra em grande escala de material destinado ao abastecimento dos serviços burocráticos e de utilidade pública, em virtude das vantagens de ordem econômica, no tocante a preços, qualidade e outras condições favoráveis.

Assim sendo, sugere-se a adoção da medida constante da proposição, que, ao que parece, atende aos interesses administrativos».

Encontrou a proposição em exame apoio no artigo 59 das normas aprovadas pela mencionada Conferência.

Manda o aludido artigo que a aquisição do material seja regulada em lei.

O Estado, a tal respeito, já possui legislação completa.

Ressente-se ainda hoje essa legislação da falta de cumprimento do Decreto-lei n. 2.996, de 18 de janeiro de 1945.

Conveniente à boa ordem do serviço público é, pelas razões expostas, a imediata execução do Decreto-lei em referência.

Estou certo de que V. Excia., dada a relevância do assunto, pedirá ao Chefe do Executivo as providências necessárias aos fins aqui visados».

XVIII — POSIÇÃO DO ORÇAMENTO DE 1951

E' útil conhecer-se o orçamento em vigor.

Vinculado, em certa medida, aos compromissos do exercício de 1950, o atual quadro orçamentário pode ser visto da maneira seguinte:

Despesa

Orçamento votado em 1948		84.852.991,10
Compromissos de 1951:		
Aumento de vencimentos e salários para 1950	7.096.320,00	
Idem idem para 1951	10.813.200,00	
Acréscimo de vencimentos (Lei n. 127, de 3.9.49)	4.200.000,00	22.109.520,00
	<hr/>	
Compromisso de 1950:		
Comissão de Estradas de Rodagem	4.716.893,20	
Credores Diversos	6.775.279,70	11.492.172,90
	<hr/>	<hr/>
		118.454.684,00

Receita

Orçamento votado em 1948	84.852.991,10	
Menos		
Operações de Créditos	3.274.594,70	81.578.396,40
	<hr/>	<hr/>
Deficit previsto		36.876.287,60

XIX — CONCLUSÃO

A presente exposição funda-se, quanto a débitos e créditos, nas quarenta e uma peças que adiante se apresentam.

Nas citadas peças repousam os elementos indispensáveis ao exame minucioso dos fatos registrados.

* * *

Produto de atividade contábil, o exposto neste trabalho revela ao lado de observações de natureza administrativa, todos os aspectos da situação econômico-financeira do Estado.

Contadoria Geral do Estado, em 10 de fevereiro de 1951.

Samuel Bulhões Vieira da Silva — Contador Geral do Estado.

APENDICE

Discurso de aceitação da candidatura

Discurso pronunciado pelo Sr. Governador Arnon de Mello a 30 de agosto de 1950, no salão da Fenix Alagoana, em Maceió, ao agradecer a indicação do seu nome como candidato ao Governo do Estado.

Exmo. Snr. Edgard de Góes Monteiro, presidente do P.S.D.

Exmo. Snr. Dr. Ezechias da Rocha, presidente do P.R.

Exmo. Snr. Deputado Mário Gomes, presidente da U.D.N.

Exmo. Snr. Senador Ismar de Góes, presidente do Comité Pró-Candidatura Getúlio Vargas

Minhas Senhoras. Meus Senhores.

Sou muito agradecido ao deputado Rui Palmeira, vocação política que tem suas raízes nos tempos do Império, quando já brilhavam seus ascendentes. Reconheço nas suas palavras generosas a influência da velha amizade que nos une desde o colégio, desde os doze anos de idade.

E' este um grande momento da nossa vida pública, momento em que aqui nos reunimos para dizer ao povo que as forças oposicionistas de Alagoas — P. S. D.,

U.D.N., P.R. e Comité Pró Candidatura Getúlio Vargas — se encontram coligadas com o objetivo de eleger o futuro Governador do Estado. Tal resultado é uma demonstração do senso de responsabilidade dos dirigentes dessas agremiações políticas, cujas preocupações se voltam, antes de tudo, para os interesses coletivos.

Grande empenho fizemos no sentido de encontrar uma solução unitária, que conciliasse todos os Partidos alagoanos, mesmo aqueles mais afastados de cada um de nós. Nos entendimentos de que participámos no Rio, afirmámos a nossa disposição de aceitar um candidato extra-partidário. Surgido como capaz de reunir-nos o nome do General José Vieira Peixoto, eminente alagoano ligado por laços de amizade aos nossos adversários e que, às suas grandes qualidades intelectuais e morais, junta a condição de descendente do Marechal Floriano, apresentámo-nos em procurá-lo para declarar-lhe que o apoiaríamos sem nenhuma condição, sem dêle nada exigir, submetendo-nos, muito pelo contrário, a todas exigências que nos fizessem os nossos adversários e que não afeitassem a nossa dignidade, prontos, realmente, a todas as renúncias. Não tendo sido possível, ainda assim, a conciliação geral, e desejando dar uma demonstração da nossa sinceridade, dirigimos ao General José Vieira Peixoto caloroso apêlo, por êle considerado emocionante, para que aceitasse ser candidato dos partidos oposicionistas, candidato que, embora de luta, por força de circunstâncias alheias à nossa vontade, teria, se eleito, plenos poderes nossos para promover a pacificação de Alagoas, pela qual nos dispunhamos a pagar qualquer preço.

Sômente depois de frustradas tôdas essas demarques, para cujo sucesso empenhámos todos os nossos esforços, é que considerámos a indicação de um elemento partidário como candidato ao Govêrno do Estado.

Honra excepcional para mim foi poder exprimir nesta hora conturbada os anseios do povo alagoano.

Ao receber o convite para assumir tão grande responsabilidade, sinceramente ponderei que dentro do meu Partido, como fora dêle, existem expoentes da nossa vida pública com maiores títulos e maiores serviços que o recomendam ao aprêço e à confiança dos nossos líderes políticos. E só aquiesci em aceitar a distinção quando me foi dito que a escolha se baseava na receptividade que eleitoralmente meu nome encontrara. Curvei-me, assim, à vontade do povo, que os Partidos Coligados cuidadosamente auscultaram, e deram com isso uma viva demonstração de espírito democrático.

Reafirmaram êles, ademais, com tão nobre atitude, que a pacificação de Alagoas é, de fato, o seu objetivo fundamental. Meu temperamento de homem para quem as paixões pessoais nunca fazem esquecer os interesses públicos e que, nem por não se esquivar ao combate, procura sempre manter a serenidade, deu-lhes a certeza de que, fiel aos princípios que nos congregaram e determinado a tudo fazer pela vitória da causa pela qual nos vimos batendo, serei, se eleito, o Governador de todos os alagoanos. Não nos animam ódios nem vinganças. Nada há a temer da nossa vitória, que não será contra ninguém: será a vitória do povo alagoano. Não visamos a perseguir nem castigar, mas construir e estimular tôdas as energias em benefício do engrandecimento da terra comum. O nosso principal problema é, no momento, o da tranquilidade. Falta-nos, na verdade, um ambiente pacífico para podermos melhor trabalhar e produzir. O homem do interior como o da cidade anseia por êle. E' justo e indispensável que o atendamos, e tanto mais quanto as dificuldades que enfrentamos, a situação de quase penúria em que nos debatemos, assim o impõem.

Nas minhas frequentes viagens pelos nossos municípios e através das cartas que tenho recebido de todos os pontos do Estado, verifico como sofre o nosso povo, cujas necessidades dia a dia aumentam com o

encarecimento da vida. Homem do povo, que me prezo de ser, sinto como na própria carne os sofrimentos do povo alagoano, que, mal vestido, sub-nutrido, faminto, desiludido, desenganado, abandonado, até, a bem dizer, já adquiriu o direito de não ter fé. Daí, em parte, êsse desinterêsse pela vida pública, êsse desprezo pelo exercício do voto, que aqui se observa e que se afirma no reduzido eleitorado e ainda na abstenção às urnas. Comparece o povo às eleições, expõe-se a todos os riscos, e depois tudo continúa como dantes, senão pior.

Foi esta triste realidade que me fez participar tão direta e intensamente da vida política de Alagoas, à qual hoje dedico todas as minhas energias e todo o meu tempo. Realidade que está às nossas vistas e que se exprime através de problemas os mais graves, a que me referí ainda recentemente em entrevista ao "Jornal do Comércio" de Recife, e que nunca é demais relembrar. Em matéria de educação, estamos em penúltimo lugar nas estatísticas, com 77,9 % de analfabetos, achando-se depois de nós apenas o Piauí, com 78,4%. No que toca à saúde, já não falo da mortalidade infantil, que é de fato alarmante, da sífilis, da poli-verminose, da tuberculose, das febres, da boubá, do tracoma, êste avassalando a zona sertaneja. Aludo apenas à esquistosomose, doença terrível que já ataca em determinadas regiões 90 % da nossa população e contra a qual é quase impossível lutar, pois, apanhada nos rios, a êstes, todavia, a pobreza não pode dispensar para o banho, para a lavagem da roupa, para tudo o mais. Temos também o problema das enchentes, consequência inevitável das erosões provocadas pelo desflorestamento. E' doloroso constatar que, emquanto, em fins do século passado, D. Pedro II foi ao Pilar de vapor, hoje só dificilmente se chega lá de canôa, porque a terra das erosões encheu não apenas os rios Mundaú e Paraíba mas também as lagôas. Quanto às estradas, durante o inverno desaparecem,

tornam-se intransitáveis. No que respeita à produção, os nossos pequenos agricultores continuam sem amparo, e, ou se entregam à agiotagem, escravizando-se, ou cruzam os braços, com graves prejuizos para a economia do Estado. Não posso compreender, aliás, como, num país que sofre dos males do latifúndio e da manocultura, que são o atrazo, se abandone à própria sorte a pequena propriedade, que é o progresso, e não se fomente com maiores recursos a produção. Um dos resultados dessa política é o êxodo dos homens do interior para as cidades ou para o Sul do País, os quais, não encontrando no campo razoáveis condições de vida, não se fixam à terra, emigram e nos deixam em crise de braços para o trabalho agrícola. E frizemos, finalmente, que Sergipe, com seiscentos mil habitantes, possuía até há pouco cento e seis mil eleitores, e Alagoas, com um milhão e cento e cinqüenta mil habitantes, consequentemente com quase o duplo da população do pequeno Estado visinho, contava apenas com noventa e quatro mil eleitores, ou sejam doze mil eleitores menos que Sergipe! Informam-me que, apesar de aumentado o eleitorado pelo último alistamento, persiste a diferença.

Meus conterrâneos.

Perdoem-me que lhes pinte com tais cores, nesta hora de alegria cívica, a situação de Alagoas, mas não é outra a realidade. E ela comprova a nossa imensa responsabilidade no sentido de melhorá-la, de promover o progresso da nossa terra. Não vamos perder tempo em fixar a quem se deve tal estado de coisas. Não nos atenhamos ao passado, na apuração de culpas. Olhemos para traz apenas com o fim de auferir dos dias que se foram a força que nos dá a consciência do dever dignamente e quase sempre heroicamente cumprido, apenas com o fim de tirar dêles a sabedoria que dimana da experiência e nos ilumina para a ação política. Dirijamos

as nossas vistas para o futuro, concentremos todas as nossas energias em realizar um trabalho construtivo de soerguimento e recuperação da terra e do homem alagoanos. Cuidemos de instalar hospitais, maternidades e postos de saúde em todas as cidades e distritos. Empenhem-nos em dar mais escolas às crianças, fornecendo-lhes gratuitamente material escolar e merenda. Tratemos de melhorar o nível de vida da gente pobre. Trabalhemos intensamente junto aos Poderes Públicos da União para que Alagoas dêles receba os maiores benefícios. Promovamos e incentivemos a assistência social, amparando as instituições de benemerência, que tão importante papel desempenham na vida do Estado. Esforçemo-nos para abrir estradas e pavimentá-las, fazendo obra definitiva, de modo a que possam ser utilizadas no período das chuvas. Desobstruamos os nossos rios e lagoas. Construamos mais açudes pelo sertão. Não esqueçamos os trabalhadores das cidades e dos campos, cujos salários precisam ser reajustados, mesmo para maior segurança da harmonia social. Façamos uma política de fomento econômico, procurando desenvolver a produção através do crédito barato aos grandes como aos pequenos agricultores e comerciantes, criando um órgão apropriado para êsse fim, como um Banco da Produção. Enfrentemos, seriamente, os problemas do povo, com a preocupação de resolvê-los, e demonstrando que precisamos do voto do povo para dar ao povo o que o povo precisa.

E' esta uma campanha para uma vida, para uma geração, para várias gerações, e a ela dedicarei tôda a minha existência. Eis porque não espero dos meus conterrâneos e correligionários apenas os seus votos. O que sobretudo lhes encareço é o seu estímulo e a sua cooperação, indispensáveis para que, eleito Governador do Estado — glória suprema que tanto me emociona e empolga — possa bem desempenhar o meu mandato. O compromisso dos alagoanos para comigo não cessará, por-

tanto, a 3 de outubro, ao serem depositados nas urnas os seus votos. Nessa data e com êsse ato, apenas se iniciam as nossas relações políticas para um trabalho coletivo em favor de Alagoas, que necessita como nunca da ajuda de todos os seus filhos de boa vontade.

Meus correligionários e conterrâneos.

Não vos apresento aqui o meu programa de Govêrno, que será submetido ao vosso exame em outra oportunidade. Devo, todavia, esperar que a minha conduta política, como o meu passado de trabalho em benefício de Alagoas — trabalho a que me dediquei sem preocupações eleitoralistas, nunca indagando da filiação partidária de ninguém e de ninguém exigindo qualquer compromisso — me categorize para ser acreditado pelo povo. Sem nenhum mandato de representação procurei sempre ser-lhe útil, e a simpatia com que êle hoje me distingue comprova que fui e sou compreendido nos meus esforços e que contarei sempre com a sua solidariedade, pois meu Govêrno será do povo e para o povo. O destino afastou-me de Alagoas, menino pobre de 18 anos, tangido pela necessidade de trabalhar e estudar em um meio maior. Mas a distância e o tempo não me fizeram esquecer minha terra, e nunca foi maior do que agora a minha ambição de servi-la.

Profundamente sensibilizado pelo vosso gesto generoso, meus correligionários, que sem qualquer discrepância vos unistes, como outros Partidos de Alagoas, em tôrno do meu humilde nome, devo francamente dizer-vos que não temo as responsabilidades decorrentes da honra que me conferistes, porque nela mesma encontro incomparável estímulo para corresponder à vossa confiança. E sômente peço a Deus que não me falem fôrças a fim de realizar a dura tarefa que me cabe nesta cruzada de que sou um simples soldado, disposto a todos os sacrificios.

Discurso de posse

Discurso pronunciado na Praça Pedro II, a
31 de janeiro de 1951, ao tomar posse do
Govêrno do Estado.

*“Povo alagoano
Meus conterrâneos e amigos*

Eu quase não posso falar. Sinto-me dominado por intensa emoção. Depois da empolgante manifestação que recebí, o silêncio diria melhor que as palavras. Mas é preciso falar, é preciso falar para dizer que o Governador será fiel às promessas do candidato, feitas nos momentos de dúvida não para conquistar votos, mas realmente para serem cumpridas.

Ao assumir o Govêrno de Alagoas, cabe-me antes de tudo expressar-vos as minhas calorosas felicitações e o meu profundo reconhecimento.

Felicitações de brasileiro e de democrata diante do resultado das eleições de 3 de outubro, que marcou um dos pontos mais altos não sòmente da História Política de Alagoas, mas do Brasil. Convencendo aos mais descrentes, demonstrastes que o regime democrático é de fato exequível em nosso País, através do voto secreto e da Justiça Eleitoral. Em nenhum outro Estado se exerceu como aquí, nestes últimos anos, a violência, sem que isso vos impedisse de manifestar nas urnas a vossa vontade. Renovaram-se, assim, as esperanças do povo, convencido hoje de que é dêle mesmo que emana o poder político e de que nenhum homem público pode mais sobreviver se não lhe considera devidamente os interêsses.

E vós, povo alagoano, antes olhado quase com piedade pela Nação, devido aos sofrimentos que vos infligião, orgulhais hoje os brasileiros.

Não seria possível deixar de referir aqui os juizes alagoanos, modelares na sua conduta no decorrer de todo o processo eleitoral e cuja integridade, patriotismo e bravura cívica foram elementos decisivos para que não se conspurcasse a verdade do voto.

Foram eles ainda que, ante a insegurança em que nos encontrávamos, apelaram para a garantia das forças armadas nacionais, aqui tão brilhantemente representadas por êste bravo e digno 20º Batalhão de Caçadores, que esteve à altura das tradições de honra e de amor à liberdade do Exército Nacional, sempre a serviço do povo.

Nem poderíamos esquecer a solidariedade com que acompanhou a nossa luta a imprensa do Brasil, representada por quase todos os diários do Rio e dos Estados, e por jornalistas como Osório Borba, Carlos Lacerda, Raymundo Magalhães Júnior, Joel Silveira, Rafael Correia de Oliveira, Vitor do Espírito Santo e tantos outros, que emocionaram o País com os seus artigos em favor de Alagoas.

E, com as felicitações que vos dirijo, povo alagoano, trago-vos também o meu reconhecimento, profundo reconhecimento de filho desta terra, que, mercê da vossa coragem e do vosso civismo, se projeta de tal modo no quadro nacional e presta ao Brasil tão grande serviço. Reconhecimento, profundo reconhecimento de ordem pessoal por me ver, em pleito disputadíssimo, honrado com dois mandatos — o de Governador e o de Deputado Federal — que me foram conferidos por mais de sessenta e cinco mil votos. Tal distinção, nunca tributada em nosso meio a qualquer outro homem público, acresce e aprofunda extraordinariamente a minha responsabilidade. E' preciso ser depositário da confiança popular para bem medir a responsabilidade que ela impõe.

Tudo farei para corresponder a essa confiança, que se dirige menos a mim do que às fôrças políticas que me fizeram candidato e cujos líderes tão brilhantemente se afirmaram na dura, longa e intensa luta em favor da liberdade da nossa terra. Desde os que atuavam no plano nacional e estadual até os que militavam nos municípios, nas pequenas cidades, nas vilas, nos distritos, nos povoados, nos lugarejos mais longínquos, todos animados do maior ímpeto, temerários e heróicos, prepararam o ambiente para a surpreendente e prodigiosa eclosão de 3 de outubro.

Bem sei que muitos outros companheiros possuíam melhores títulos do que eu para o exercício do mandato de que me acho investido, e que a minha candidatura decorreu menos dos meus merecimentos pessoais do que das circunstâncias e dos acontecimentos. Vale-me, contudo, a certeza de que, com a minha eleição, Alagoas não perde o concurso dêles, pois a êles recorrerei, convencido de que não me faltarão em momento algum.

Faço um caloroso apêlo a todos os alagoanos que amam a sua terra para que juntem aos meus os seus esforços com o objetivo de resolver os problemas do povo. Quem quer que deseje sinceramente servir a Alagoas, encontrará em mim a determinação de aproveitá-lhe a boa vontade. Não procurarei afastar ou excluir ninguém, antes pelo contrário, e tanto mais quanto nunca, como agora, o nosso Estado precisou mais da ajuda de todos os seus filhos. Feliz me sentirei se chegar ao fim do meu mandato com todas as fôrças que apoiaram a minha candidatura unidas em torno do Govêrno e acrescidas de outras. Para mim, governar não é isolar-se ou impor sua vontade, mas congregar, agremiar, coordenar, canalizar energias no benefício geral.

Simple unidade de um empolgante movimento que seduziu e penetrou todas as camadas da população de Alagoas, interessando vivamente o próprio País, não é apenas sôbre mim que recaem as responsabilidades pelo

bom sucesso do Govêrno que se inicia. Cada homem público da nossa terra, do senador ao vereador, de todo e qualquer Partido, diria mesmo cada alagoano, rico ou pobre, grande ou pequeno, preto ou branco, velho ou moço, homem ou mulher, usineiro, industrial, comerciante, médico, advogado, engenheiro, funcionário público, comerciário, industriário, ferroviário, operário, agricultor, trabalhador das cidades e dos campos, pescador, estivador, seja o que fôr e empregue onde quer que seja a sua atividade, é convocado para assumir comigo tão grande responsabilidade nessa fase de soerguimento e recuperação do homem e da terra de Alagoas. Necessito realmente de todos. Conheço a generosa expectativa que se formou em torno da minha ação, mas devo sinceramente declarar que nada posso fazer sem essa ajuda coletiva. A situação em que recebo o Estado é das mais difíceis, e de todos conhecida. Não me considerem capaz de realizar milagres. Não há governos onipotentes. O que prometo é empregar todas as minhas energias e todo o meu tempo ao serviço de Alagoas. Nada exijam do Govêrno, que pelo menos agora nada tem a dar a ninguém, mas sòmente a pedir a todos. Pedir, sobretudo, compreensão.

Depois de uma fase tão conturbada da nossa vida, abrem-se-nos novas perspectivas. E' justo esperar do bom senso e do patriotismo dos alagoanos, de qualquer categoria social ou côr política, que cumpram o seu dever, e considerem que da sua ação dependem o bem-estar e o progresso da terra comum.

A pacificação é o problema fundamental de Alagoas — afirmei eu repetidamente durante a campanha eleitoral, declarando ao mesmo tempo que, eleito, seria o governador de todos os alagoanos, realmente de todos os alagoanos, que não perseguiria, nem castigaria, porque só desejava empregar o meu tempo em fazer o bem-estar da terra comum. Minha vitória não seria a vitória

de ninguém nem contra ninguém, porque seria a vitória do povo.

Apesar do ardor da luta, em que tanto se extremaram contra mim os adversários, chego ao poder — e o digo com a mais profunda alegria — sem ressentimentos nem odios, inteiramente empolgado pela vontade de ser útil ao nosso Estado e cumprir as promessas feitas na hora incerta.

Estou convencido de que o povo alagoano votou a 3 de outubro pela paz e pela segurança. Entre o medo e o dasassossêgo em que se debatia, preferiu êle a esperança e a tranquilidade que lhe anunciamos. Concretizou-se então a nossa vitória, considerada impossível por todo o mundo, mas não por mim, que sempre a tive como certa, e concretizou-se porque exprimimos os anseios do povo e o povo confiou em nós. Cabe-nos, assim, não decepcioná-lo, a esse grande povo alagoano, e garantir-lhe antes de tudo um ambiente de paz e de ordem para trabalhar e produzir. Mesmo porque não é possível, depois da vitória, prescindir do apôio do povo, e êste só se mantém pela nossa fidelidade às suas aspirações. Não acredito em govêrno que nêle não se baseie. Meu empenho, como Governador, será sempre no sentido de bem interpretar-lhe a vontade, o que constitue grande ambição, o objetivo da minha vida pública.

Não vos quero falar agora de programa de govêrno. Já vos disse, no decorrer da campanha eleitoral, das idéias que me animarão à frente dos destinos de Alagoas. Quanto antes tomarei as necessárias providências para que se faça um levantamento da atual situação do Estado, e à base dos dados que forem fornecidos, organizarei um plano de ação administrativa.

Povo alagoano.

Depois de enfrentar peleja tão árdua, confesso-vos, nesta hora em que ascendemos ao poder, a minha humildade e a minha timidez, não apenas diante das vossas

esperanças, mas também dos vossos aplausos pelos serviços que eu tenha prestado a Alagoas. Considero que, se não há, no plano político, julgamentos definitivos, não há consequentemente fama que se não reduza e minguie, caso não seja acrescida de ação continuada. Deus queira que não me faltem forças para perseverar na linha que me tracei e graças à qual me abristes êsse crédito excepcional de confiança, a que se referiram, com tanta generosidade e tocando-me tão profundamente o coração, os vossos ilustres intérpretes. Mas vós, povo alagoano, que me investistes na grave responsabilidade de vos governar, deveis assumir nesta praça pública — onde preferi falar-vos e receber o Govêrno, como se o próprio povo mo transmitisse — deveis assumir o compromisso de dar-me, com a responsabilidade, a autoridade decorrente do vosso apoio, de que o Governador precisa tanto quanto o candidato, ou mais do que êste.

Como acentuei em outra oportunidade, não se encerraram nas urnas de 3 de outubro as nossas relações. Quase diria que agora é que se iniciaram elas na realidade.

Amparai-me, ajudai-me, povo alagoano, que o meu Govêrno será o vosso Govêrno, como o meu insucesso será o vosso insucesso, pois nada poderei fazer sem vós.

ÍNDICE

MENSAGEM

INTRODUÇÃO

	Pgs.
A Campanha eleitoral	3
Fato histórico	6
O povo votou pela paz	7
Eleições suplementares	9
A atitude dos líderes políticos	10
A composição da Mesa da Assembléia	11
Viagem ao Rio	14
Açudes e estradas	14
Ministério da Fazenda	15
Empréstimo ao Banco do Brasil	16
Crédito à Lavoura	17
Agência do Banco do Brasil	17
Assistência social e educação rural	17
Benefícios do plano FISI	18
Ministério da Educação	19
Campos de aviação	20
Hotel para Maceió	20
Restaurante do SAPS	21
Telefone internacional	21
Escala de aviões em Pão de Açúcar	21
Fábrica de cimento em São Miguel dos Campos	21
Fábrica de adubos mistos	22
A seca	22
Distribuição de víveres	24
Banco da Lavoura	24
Viagem aos Estados Unidos	25
O TVA	26
Veio a ser «alguma coisa»	27
O plano do São Francisco	27
Inversão de capitais	28

XIII — PROBLEMAS GERAIS

Reivindicações municipalistas	131
Luz, força, telefone e transportes urbanos da Capital	132
Assistência social	132
Conclusão	135

A N E X O S

Relatório apresentado ao Senhor Governador do Estado pelo Secretário da Fazenda e da Produção	139
Contas do exercício de 1950	145

A P Ê N D I C E

Discurso de aceitação da candidatura	167
Discurso de posse	175

Composto e impresso nas oficinas
da Imprensa Oficial — MACEIÓ

Câmara dos Deputados



CAM00034361